

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES
E SISTEMAS PÚBLICOS

VANESSA DA SILVA MARIOTTO ONODY

**O COMPORTAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO
BRASIL: UM OLHAR PARA O CASO DA UFSCAR ENTRE 2006 E 2015**

SÃO CARLOS
2017

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES
E SISTEMAS PÚBLICOS**

VANESSA DA SILVA MARIOTTO ONODY

**O COMPORTAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS DA UNIVERSIDADE ABERTA DO
BRASIL: UM OLHAR PARA O CASO DA UFSCAR ENTRE 2006 E 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos do curso de Mestrado Profissional, para obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos.

Orientador: Prof. Dr. Andrei Aparecido de Albuquerque

SÃO CARLOS
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Vanessa da Silva Mariotto Onody, realizada em 20/06/2017:

Prof. Dr. Andrei Aparecido de Albuquerque
UFSCar

Profa. Dra. Fabiane Letícia Lizarelli
UFSCar

Prof. Dr. Carlos Alberto Grespan Bonadim
USP

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância do membro Prof. Dr. Carlos Alberto Grespan Bonadim e, depois das arguições e deliberações realizadas, o participante à distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa da aluna Vanessa da Silva Mariotto Onody.

Prof. Dr. Andrei Aparecido de Albuquerque
Presidente da Comissão Examinadora
UFSCar

Dedico este trabalho de pesquisa a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para que esta pesquisa fosse realizada...

... e àqueles que foram meu sustento e minha inspiração:

Gabriel e Lívia, meus filhos.

Guilherme, meu marido.

João e Angelita, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me permitiu ter saúde e disposição para concluir mais esta etapa;

Aos meus pais, João Mariotto e Angelita Mariotto e meus irmãos, Valéria e Wagner pela paciência e apoio dedicado;

Ao meu marido Guilherme, por sempre acreditar na conclusão deste sonho, e aos meus filhos Gabriel e Livia pela tolerância aos muitos períodos de reclusão dedicados aos estudos, que lhes custaram a falta da merecida atenção;

Ao meu orientador Prof. Dr. Andrei Aparecido de Albuquerque, pela paciência e criticidade que de modo tão competente me permitiu a conclusão do trabalho;

À Prof. Dra. Fabiane Letícia Lizarelli, pelo estímulo, ideias e conversas ao longo da pesquisa e ao Prof. Dr. Carlos Alberto Grespan Bonacim, pelas enriquecedoras contribuições;

Aos professores do mestrado, pelo aprendizado ao longo do curso;

À minha turma de mestrado, pelas experiências compartilhadas. Agradecimento especial à Josiane, minha amiga e companheira dos trabalhos, pelo estímulo e estudo;

À Profa. Dra. Marilde Terezinha Prado Santos, Secretária Geral de Educação à Distância, pela paciência, apoio e contribuição para com a pesquisa de maneira enriquecedora e a todos os meus colegas de trabalho da Secretaria Geral de Educação à Distância, principalmente Janaína Goulart e Francieli Del Ponti que me motivaram e me ajudaram no estudo;

À coordenadora de tutoria do curso de Gestão Pública, Daniela Salgado, minha amiga e grande incentivadora;

Ao Prof. Dr. Daniel Ribeiro Silva Mill, Coordenador Geral da Universidade Aberta do Brasil na UFSCar, pelo auxílio e aprendizado ao longo do período;

Finalizando, a todos meus familiares e amigos que me inspiraram e ajudaram nesta caminhada.

*“Não há borboletas se a vida não passar
por longas e silenciosas transformações.”*

(Pe.Eduardo Malaspina)

RESUMO

Frente às mudanças nos parâmetros de financiamento do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) no decorrer dos dez anos de sua implantação, estabeleceu-se um diagnóstico junto ao Sistema UAB na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a qual possui cinco cursos de graduação, dois cursos de especialização e cursos de aperfeiçoamento na modalidade a Distância, comparando o percentual de recursos para o financiamento da UAB-UFSCar e os percentuais destinados ao Sistema UAB e o montante total para o mesmo período, destinado ao Ministério da Educação (MEC) para o Ensino Superior. O objetivo é sinalizar em que medida, nos últimos 10 anos, os valores destinados à UAB-UFSCar são proporcionais aos recebidos para financiamento da UAB e do MEC, possibilitando minimizar lacunas e promover uma maior visão para utilização e planejamento do montante destinados à EaD. Para tanto, foi realizada coleta de dados a partir de informações disponíveis em sites governamentais e documentos oficiais. Posteriormente, foram aplicados testes estatísticos para comparar o volume e evolução de valores das instituições. Verificou-se alteração do volume de valores destinados à UAB-UFSCar em relação ao Sistema UAB e ao MEC no período analisado, sendo identificada tendência de queda ao longo dos últimos dois anos. A mesma queda foi apresentada no montante de recursos de investimento do MEC para o Sistema UAB desde o ano de 2012.

Palavras-chave: Universidade Aberta do Brasil. Financiamento público. Educação superior à distância. Universidade Federal de São Carlos.

ABSTRACT

In face of the changes in the financing parameters of the Open University of Brazil System (UAB) over the course of ten years of its implementation, we established a diagnosis along with the UAB System in the Federal University of São Carlos (UFSCar) – which is composed of five undergraduate courses, two specialization courses and improvement courses in the Distance Education modality – comparing the percentage of resources for the financing of UAB-UFSCar and the percentages of resources destined to the UAB System and the total resource for the same period, destined to the Ministry of Education (MEC) for Higher Education. The objective is to indicate to what extent, in the last 10 years, the resources destined to UAB-UFSCar are proportional to the resources received to finance the UAB and the MEC, making it possible to minimize gaps and to promote a greater vision for the use and planning of the resources destined to Distant Education. For this purpose, data collection was done from information available on government websites and official documents. Subsequently statistical tests were applied to compare the volume and progress of values of the institutions. A change in the volume of resources allocated to UAB-UFSCar in relation to the UAB System and to MEC was noted in the analyzed period, a downward trend was identified over the last two years and the same drop was presented in the amount of MEC's investment resources for the UAB System since the year 2012.

Keywords: Open University of Brazil System. Public financing. Higher education at distance. Federal University of São Carlos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Fonte de Financiamento IES.....	58
Tabela 2. MEC: Despesas com o Ensino Superior - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – período de 2006 a 2015	71
Tabela 3. UAB: Recurso executado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil no período de 2006 a 2015	72
Tabela 4. UAB-UFSCar: Recurso executado pela UFSCar através do Sistema Universidade Aberta do Brasil no período de 2006 a 2015	73
Tabela 5. Teste Estatístico: Período 2006-2010 x 2011-2015	84
Tabela 6. Teste Estatístico: Período 2006-2011 x 2012-2015	85
Tabela 7. Teste Estatístico: Período 2006-2012 x 2013-2015	85
Tabela 8. Teste Estatístico: Período 2006-2013 x 2014-2015	86
Tabela 9. Teste Estatístico: Período 2007-2011 x 2012-2015	86
Tabela 10. Teste Estatístico: Período 2007-2010 x 2011-2015	87
Tabela 11. Teste Estatístico: Período 2007-2012 x 2013-2015	87
Tabela 12. Teste Estatístico: Período 2007-2013 x 2014-2015	88
Tabela 13. Teste Estatístico: Período 2008-2011 x 2012-2015	88
Tabela 14. Teste Estatístico: Período 2008-2012 x 2013-2015	89
Tabela 15. Teste Estatístico: Período 2008-2013 x 2014-2015	90
Tabela 16. Testes Estatísticos: períodos que aceitaram H_1	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Evolução do Fluxo de Estudantes (ingressantes) do Sistema UAB	34
Quadro 2. Evolução do Fluxo de Estudantes (formados) do Sistema UAB	35
Quadro 3. Evolução do Número de Instituições Públicas do Ensino Superior (IPES) integrantes do Sistema UAB	35
Quadro 4. Grupos de Pesquisa em EaD na UFSCar	37
Quadro 5. Oferta de vagas para o Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental UAB-UFSCar	50
Quadro 6. Oferta de vagas para o Curso de Tecnólogo em Produção Sucroalcooleira UAB-UFSCar	50
Quadro 7. Oferta de vagas para o Curso de Licenciatura em Educação Musical UAB-UFSCar....	51
Quadro 8. Oferta de vagas para o Curso de Licenciatura em Pedagogia UAB-UFSCar	51
Quadro 9. Ofertas de vagas para o Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação UAB-UFSCar	52
Quadro 10. Estudos, focando EaD nas IES	55
Quadro 11. Etapas de liberação e pagamento de bolsa CAPES	59
Quadro 12. Histórico de pagamentos de bolsas DED 2006-2015	60
Quadro 13. Dados sobre o referencial teórico	64
Quadro 14. Classificação da Pesquisa	66
Quadro 15. Segmentação para períodos analisados.....	68
Quadro 16. Protocolo para Pesquisa.....	69
Quadro 17. Análise da representação gráfica comparativa dos órgãos: MEC, UAB e UAB-UFSCar	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo de parceria do Sistema UAB, envolvendo instâncias do MEC, Universidades e governos estaduais e/ou municipais	32
Figura 2. Modelo representativo da articulação entre IES e Polos de Apoio Presencial para oferta de cursos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil	33
Figura 3. Diagrama Estrutural da SEaD	44
Figura 4. Organograma do Setor Financeiro da UAB-UFSCar.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Financiamento do MEC: 2006 a 2015.....	74
Gráfico 2– Financiamento do Sistema UAB: 2006 a 2015	74
Gráfico 3– Financiamento da UAB-UFSCar: 2006 a 2015.....	75
Gráfico 4– Recursos do MEC e UAB: proporção de financiamento da UAB em relação ao montante de recurso do MEC para Nível Superior.....	76
Gráfico 5 – Recursos do MEC e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar em relação ao montante de recurso do MEC para Nível Superior	77
Gráfico 6– Recursos da UAB e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar em relação ao montante de recurso destinado ao Sistema UAB	78
Gráfico 7– Recursos da UAB e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar de custeio em relação ao montante de recurso de custeio destinado ao Sistema UAB	79
Gráfico 8 – Recursos da UAB e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar de custeio em relação ao montante total de recurso destinado ao Sistema UAB	80
Gráfico 9 – Recursos da UAB e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar de bolsa em relação ao montante de recurso de bolsa destinado ao Sistema UAB	81
Gráfico 10 – Recursos da UAB e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar de bolsa em relação ao montante total de recurso destinado ao Sistema UAB	82

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPE	Coordenadoria de Administração e Planejamento Estratégico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior
CITE	Coordenadoria de Inovações em Tecnologias na Educação
CoDAP	Coordenadoria de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional
ConsUni	Conselho Universitário
CoPEA	Coordenadoria de Processos de Ensino Aprendizagem
CoRI	Coordenadoria de Relações Institucionais
DED	Diretoria de Educação a Distância
FAI	Fundação de Apoio Institucional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORPLAD	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GR	Gabinete do Reitor
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPES	Instituição Públicas de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPA	Plano Plurianual
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RH	Recursos Humanos
SEaD	Secretaria Geral de Educação a Distância
SECADI	Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEED	Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SISREL	Sistema de Extração Dinâmica de Dados
SisUAB	Sistema da Universidade Aberta do Brasil
SGB	Sistema de Gestão de Bolsas
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Contextualização do tema	18
1.2	Problema de pesquisa.....	19
1.3	Objetivo.....	20
1.4	Justificativa	21
1.5	Estrutura do trabalho.....	23
2	EDUCAÇÃO DE ENSINO PÚBLICO SUPERIOR	24
2.1	Educação Superior no Contexto Nacional	24
2.1.1	Reforma da Educação Superior	25
2.2	Educação Superior a Distância no Brasil.....	26
3	UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	30
3.1	Panorama dos cursos da UAB no Brasil	30
3.2	Educação Superior a Distância na Universidade Federal de São Carlos	36
3.2.1	Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD)	40
3.2.2	Oferta de cursos de graduação da UAB-UFSCar	47
4	EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA A DISTÂNCIA E FINANCIAMENTO	53
4.1	Repasses de recursos da UAB para as IES	56
4.2	Cálculo dos repasses financeiros para UAB-UFSCar.....	62
5	METODOLOGIA	65
5.1	Especificação da Pesquisa.....	65
5.2	Seleção, coleta de dados e definição da pesquisa	67
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
6.1	Análise via representação Gráfica	73

6.2	Análise Estatística.....	83
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
	REFERÊNCIAS.....	95
	ANEXOS.....	102
	Anexo 1. Parâmetros de Fomento CAPES ano 2013.....	102
	Anexo 2. Parâmetros de Fomento CAPES ano 2015.....	108

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Segundo Duarte e Oliveira (2012), a educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento socioeconômico de um país; no entanto, para implantação de políticas públicas educacionais voltadas ao financiamento da educação superior, faz-se necessário o conhecimento da situação destes investimentos.

“O assunto financiamento das instituições de ensino superior (IES) brasileiras se constitui em tema de grande relevância, com implicações não só no campo educacional, mas também nos campos econômico, social e político”. (DUARTE; OLIVEIRA, 2012, p.104).

Diante do exposto Brasil (2016c) pontua que o órgão responsável pelas demandas da educação em âmbito nacional é o Ministério da Educação (MEC) e este possui como principal missão coordenar a política de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas no exercício de sua função normativa e para a prestação de assistência técnica e financeira aos estados, municípios e Distrito Federal, em benefício da sociedade. O MEC dispõe de competência para atuação na política pública nacional das seguintes áreas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; avaliação, informação e pesquisa educacional; pesquisa e extensão universitária; e magistério.

A Secretaria de Educação Superior (SESu) é a unidade do MEC com atribuições para planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior. A manutenção, a supervisão e o desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior (IFES) também são de responsabilidade de gestão da SESu (BRASIL,2016c).

Segundo Ouriques et al.(2012) a Educação a Distância (EaD) é uma aliada na concretização dos objetivos básicos da educação brasileira, delineados pela Constituição Federal, e pode ser ofertada na educação básica, de jovens e adultos, especial, profissional e na superior.

Almeida (2002) completa a afirmação anterior ao destacar que por meio da EaD, é possível apresentar as informações desejadas de maneira organizada e no momento definido, construindo uma grande trama entre as pessoas, suas práticas e conhecimentos em um

espaço dirigido para a formação e desenvolvimento daqueles envolvidos no processo de aprendizagem.

Em 28 de janeiro de 2005 a SESu organizou o Grupo de Trabalho EaD no Ensino Superior, com a finalidade de formular recomendações para ações estratégicas em educação superior à distância em âmbito nacional. Este grupo de trabalho ao final recomenda a criação de lei que regule a educação à distância, resultando no decreto nº 5622 de 19/12/2005.

Este decreto caracteriza a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica no processo de ensino e aprendizagem ocorre com o uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores, desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diferentes.

Diante de tal panorama, Behr e Costa (2014) colocam ser relevante a adoção da modalidade de cursos em EaD por instituições de diferentes naturezas, com destaque para as instituições públicas de ensino superior, nas quais existem iniciativas de fomento à EAD por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o qual possibilita adoção e oferta de cursos na modalidade em instituições públicas. No entanto, esse fomento altera e cria estruturas de recursos nas instituições, ao apresentar uma nova realidade de gestão.

A UFSCar – Universidade Federal de São Carlos é uma das pioneiras no setor público a implantar a Educação à Distância no Brasil, através da oferta de cinco cursos de graduação no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. A UFSCar assume no ano de 2006, o compromisso junto ao MEC de ofertar os cursos de educação a distância de licenciatura em Educação Musical, licenciatura em Pedagogia, bacharelado em Sistemas de Informação, bacharelado em Engenharia Ambiental e tecnólogo em Produção Sucroalcooleira.

O MEC através do Sistema UAB fomenta os cursos de graduação em EaD da UAB-UFSCar.

Este estudo possui, como tema central, o financiamento da educação superior e como objeto de estudo o Programa Universidade Aberta do Brasil, implantado pelo Governo Federal, em 2005.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

De acordo com UFSCar (2017), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), fundada em 1968, fez-se a primeira instituição federal de Ensino Superior instalada no interior do Estado de São Paulo. Com quatro *campi*: São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa

do Sino, destaca-se pelo alto nível de qualificação de seu corpo docente no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em regime de dedicação exclusiva.

É completado em UFSCar (2017) que a Universidade oferece 62 cursos e um total de 2.757 vagas na graduação presencial; compreende 47 programas de pós-graduação, 08 cursos de mestrado profissional, 41 de mestrado acadêmico, 27 de doutorado e 95 cursos de especialização. No escopo da extensão, a UFSCar oferece 1355 atividades de extensão e 311 programas.

Pelo contexto apresentado, a Universidade Federal de São Carlos introduziu as atividades para promover a demanda da EaD em sua instituição por meio da Resolução nº 520, de 7 de julho de 2006 no Conselho Universitário (ConsUni), que aprovou a inserção da instituição no Sistema UAB (UFSCar, 2006). O objetivo era que as atividades desenvolvidas pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade Federal de São Carlos (UAB-UFSCar) contribuíssem para a democratização e a socialização do conhecimento, ampliando o horizonte estudantil para demais estudantes alunos.

Neste trabalho, existe a premissa de que os percentuais de recursos destinados ao MEC, à UAB e a UAB-UFSCar se manteve igual ao longo dos 10 anos iniciais de vigência do Sistema UAB. Desta forma, o problema de pesquisa consiste na seguinte questão:

Nos 10 anos iniciais do Sistema UAB, os recursos financeiros destinados à UAB-UFSCar mantêm-se proporcionalmente iguais aos recursos recebidos para financiamento da UAB e do MEC designado Educação Superior?

1.3 OBJETIVO

O objetivo geral do presente trabalho é **“verificar se nos 10 anos iniciais do Sistema UAB, os recursos financeiros destinados à UAB-UFSCar mantêm-se proporcionalmente iguais aos recursos recebidos para financiamento da UAB e do MEC para Educação Superior”**.

Este objetivo geral pode ser decomposto nos seguintes objetivos específicos:

- a) identificar o orçamento e recursos de custeio liberados pela União ao Ministério da Educação para as instituições de Ensino Superior no período de 2006 a 2015;
- b) identificar os recursos despendidos ao programa Universidade Aberta do Brasil e UAB-UFSCar entre 2006 e 2015;
- c) comparar quantitativamente os valores obtidos nos estudos citados acima;

d) indicar implicações dos resultados alcançados para as políticas de gestão da UAB.

Inicialmente, para consecução deste objetivo, buscou-se evidenciar as principais características de financiamento às instituições de ensino superior do governo federal por meio da revisão de trabalhos já realizados sobre o tema (BERH; COSTA, 2014; CORBUCCI, 2003; DUARTE; OLIVEIRA, 2006; FABRINO, 2010; FRANCA, 2013; MAGALHES et al., 2010; WAKIN, 2010; VELOSSO; MARQUES, 2005).

1.4 JUSTIFICATIVA

De acordo com Franca (2013), a educação é a função natural pela qual a sociedade transmite a sua herança de costumes, hábitos, capacidades e aspirações. Os seus benefícios sociais ultrapassam os benefícios individuais; assim, é dever do Estado garantir o acesso à escola e a qualidade do ensino (BRASIL, 1996).

Franca (2013) ressalta que a gestão do sistema de ensino está organizada de maneira descentralizada; a União é responsável por organizar o sistema federal de ensino e prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao distrito federal e aos municípios.

Duarte e Oliveira (2012) explicam que o financiamento da educação no Brasil acontece, principalmente, por meio de recursos públicos advindos dos impostos pagos pela sociedade. É ressaltado pelos autores que o financiamento da educação brasileira é previsto em lei para todas as esferas do governo, correspondendo a um percentual mínimo obrigatório. Como o ensino oferecido pelas Instituições Federais do Ensino Superior (IFES) é gratuito, o Governo Federal é o principal financiador da manutenção destas instituições restando, porém, uma pequena parcela por conta da arrecadação própria de cada instituição.

A Educação a Distância no Brasil (EaD) tem sido aliada dos sucessivos governos, que a tem utilizado como uma forma economicamente viável de ampliação do acesso para superar a defasagem educacional latente em diversas regiões do país (GOMES, 2013). O autor explica que a EaD tem representado um papel importante na expansão do ensino superior, pois tem sido utilizada para ampliar, consideravelmente, o número de alunos, além de diminuir espaços geográficos para o ensino.

O Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB) começou a ser viabilizado no final de 2005, quando foi feita a chamada pública para a seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores em Instituições Federais de Ensino Superior para a Modalidade de Educação a Distância da UAB. Em 2006, o Sistema UAB foi oficialmente

instituído pelo Decreto n. 5.800 (BRASIL, 2006), que estabelece seus principais objetivos e modelo de execução, destacando-se, em seu Art. 7º, a prerrogativa do MEC de implantar, acompanhar, supervisionar e avaliar os cursos do Sistema.

De acordo com CAPES (2016), o Sistema UAB age como articulador entre universidades de ensino superior e as esferas governamentais de nível estadual e municipal, fomenta o desenvolvimento da educação a distância no Brasil e também apoia o desenvolvimento de metodologias de ensino com base nas TICs. Para Segenreich (2009, p.216), a UAB é “uma política agressiva de expansão quantitativa de vagas na rede pública de educação superior”.

No sexto artigo do Decreto 5.800 de 2006, consta a descrição do agente financiador responsável pelo Sistema UAB:

As despesas do Sistema UAB correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacionais de Desenvolvimento da Educação - FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a seleção de cursos e programas de educação superior com as dotações orçamentário existente observado os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira (BRASIL, Decreto 5.800, 2006).

O presente trabalho far-se-á de grande valia à reorganização das informações dos recursos encaminhados para o financiamento dos seguintes agentes públicos: Ministério da Educação (MEC), Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Universidade Aberta do Brasil da Universidade Federal de São Carlos, à luz das teorias consagradas na literatura acadêmica, ao fornecer subsídios para a gestão institucional, notadamente as relacionadas à política de gestão e administração financeira.

No caso do programa estudado, a Universidade Aberta do Brasil, o trabalho também apresenta sua relevância. Estabelecer uma comparação e identificar a proporcionalidade de recursos para financiamento apresenta-se como um importante estudo para o programa ao pensar em sua sustentabilidade em termos de políticas públicas; bem como, permitir a identificação de enfoque de tais políticas, isto é, verificar o comportamento ao longo do período estudado das políticas relacionadas a esse programa estabelecido em 2005.

O presente trabalho permitirá identificar se houve, por exemplo, aumento, redução ou estabilidade dos recursos destinados ao financiamento deste programa e, por conseguinte, como se deu sua evolução ao longo do período.

Espera-se, portanto, que os resultados desta pesquisa possam ser utilizados pelos gestores de política pública em EaD nacional como ferramenta de planejamento e estratégia

para suas políticas e práticas de gestão, bem como complementar estudos sobre essa temática no Sistema.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O Capítulo 1, de introdução, contextualiza o tema de pesquisa, apresenta os objetivos e a importância da pesquisa em âmbito acadêmico, institucional e de gestão.

O Capítulo 2 apresenta uma revisão e contextualização da literatura sobre Instituições Públicas de Nível Superior e Educação a Distância, englobando conceitos históricos e a fundamentação teórica que embasa o tema em questão. No Capítulo 3, são desenvolvidos uma revisão bibliográfica sistemática sobre a Universidade Aberta do Brasil, bem como os desdobramentos deste programa, ao relacionar as pesquisas atuais. O Capítulo 4 traz uma revisão bibliográfica sobre financiamento público e suas práticas.

No Capítulo 5, são relatados os aspectos metodológicos do trabalho e os procedimentos utilizados.

No Capítulo 6 são descritos os resultados obtidos, por meio da apresentação e análises dos dados aplicados.

O Capítulo 7 apresenta as considerações finais.

Finalizando, são relacionadas as referências bibliográficas utilizadas no trabalho e os anexos, contendo informações complementares sobre a pesquisa.

2 EDUCAÇÃO DE ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

Este capítulo versa sobre os principais aspectos históricos da Educação Superior nacional, de 1934 a 2015, as políticas públicas de governo e a reforma da educação superior no Brasil. Pontua o surgimento da Educação Superior a Distância como um novo segmento na educação no mundo e no Brasil, referindo-se às potencialidades da modalidade em nível acadêmico com perspectivas de aumento dos indicadores nas políticas públicas educacionais.

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO NACIONAL

De acordo com Brasil (2016), em 1934, com a nova Constituição Federal, a educação passou a ser vista como um direito de todos, a ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

O autor ressalta que o sistema educacional brasileiro, incluindo o ensino superior, até 1960, era centralizado, um modelo seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia, com diminuição da centralização do MEC.

Através da reforma universitária, em 1968, a educação superior pode assegurar autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades. A reforma representou um avanço na educação superior brasileira, ao instituir um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas (BRASIL, 2016).

Michelotto, Coelho e Zainko (2006) apontam que a educação superior no Brasil passou por fases de forte expansão de instituições e de matrículas, com destaque para os anos 70, a partir dos quais se iniciou o processo de privatização da Educação Superior no país.

A Educação Superior no Brasil passou por duas fases de forte expansão, conforme demonstrado por Michelotto, Coelho e Zainko (2006). A primeira delas ocorre no período militar, de 1964 a 1980, em que o número de matrículas nesse nível de ensino aumentou quase dez vezes. Contraditoriamente, no período subsequente, de abertura política e redemocratização do país (1980-1995), o sistema apresentou um crescimento meramente vegetativo. Os autores ressaltam que em 1980 havia 882 instituições de ensino superior no país e em 1995, apenas 12 instituições tinham se agregado ao sistema, contabilizando um

modesto crescimento de 1,36% no período. A segunda fase de expansão iniciou a partir de 1995, período em que houve uma verdadeira explosão de crescimento do ensino superior brasileiro. Essa grande expansão ocorreu em razão do crescimento da rede privada e, nos anos recentes, em virtude do processo de diversificação das instituições.

A expansão das instituições de ensino superior pode ser explicada, segundo Michelotto, Coelho e Zainko (2006), no período de 1995 através da diversificação dos sistemas de universidades: um sistema estatal, um sistema privado e um híbrido. Tal fato faz com que a expansão da oferta do ensino superior ocorra com uma maior adequação do nível de ensino ao mercado e pela diferenciação entre as instituições: i) horizontal (instituições com financiamento público e/ou privado) e ii) vertical (distintos tipos de instituições com financiamentos diversos – ofertantes de serviços, como os institutos profissionais e os institutos técnico-profissionais¹¹ por exemplo). O estudo demonstra que um sistema diferenciado, composto por instituições com diferentes fins, é voltado a responder as necessidades do contingente variado de estudantes e do desenvolvimento dos países, por meio de demandas de maior diversificação profissional, oriundos de flexibilidades e rápida adaptação às mudanças.

2.1.1 Reforma da Educação Superior

Segundo Otranto (2006), a Reforma da Educação Superior ocorreu no governo Lula da Silva, iniciando-se com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). No relatório final do GTI, de acordo com Otranto (2006) a reforma passa pela reposição do quadro docente, ampliação de vagas para estudantes, educação à distância, autonomia universitária e financiamento.

A reforma da educação superior no governo Lula guiou-se por meio da promulgação de leis e decretos que direcionaram mais para a continuidade do que para a ruptura com as políticas para a educação superior estabelecidas no governo FHC. Ainda que tenha havido, no período de 2004 e 2006, aumento de recursos públicos para as Instituições Federais de

¹ Os institutos técnico-profissionais, embora sejam considerados como paralelos ou parte da educação secundária, são tratados pelo documento como parte do sistema da educação superior.

Educação Superior (IFES), o que refletiu na “contratação de novos professores e servidores técnicos - administrativos e expansão dos *campi* situados no interior dos Estados” (AMARAL, 2008, p. 667).

Seguindo tal lógica, o relatório do GTI, argumenta que a universidade pública brasileira, nos limites impostos pela educação presencial, mesmo com a ampliação de recursos, não teria condições de aumentar as vagas de forma maciça em curtos e médios prazos. Por este motivo, apresenta a educação à distância como um caminho viável e necessário (OTRANTO, 2006).

Para Ferreira (2012), a presidenta Dilma iniciou o governo reafirmando a continuidade do programa de expansão da educação superior do governo Lula, mediante o anúncio da construção de novas universidades federais, da criação de novos *campi* universitários e de novos Institutos Federais. A autora argumenta que a expansão da educação superior na ótica do governo Dilma tinha por objetivo a expansão e interiorização dos institutos e universidades federais. Buscava promover a formação de profissionais para o desenvolvimento regional, assim como estimular a permanência desses profissionais no interior do país; além de potencializar a função e o engajamento dos institutos e universidades como expressão das políticas de governo na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais (BRASIL, 2011).

Ferreira (2012) coloca que no governo Dilma verificou-se o anúncio de um novo ciclo de expansão de universidades mediante a formatação de campus temático e multicampus, da defesa de parâmetros internacionais de comparação de qualidade, do financiamento baseado na eficiência e da presença das grandes universidades. A autora salienta, ainda, que tais fatores implicam a nova configuração, organização e gestão destas instituições.

Na próxima seção é apresentado um panorama literário das instituições de nível superior na modalidade de Educação a Distância.

2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL

Como já mencionado anteriormente e apresentado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a educação brasileira é um dos direitos sociais mais importantes para o país juntamente com saúde, moradia, trabalho, lazer e outros direitos previstos pela Carta Magna.

Conforme o artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação é apresentada como um direito de todos e dever de prestação pelo Estado e pela família. Tem objetivos atingir o pleno desenvolvimento da pessoa, o correto preparo para exercer a cidadania e também a qualificação para o trabalho.

Nos próximos parágrafos é apresentada uma explanação sobre educação a distância para, posteriormente, discutir como ela vem sendo introduzida nos cursos de graduação nas universidades e no ensino superior.

Entre inúmeros conceitos de EaD, vale ressaltar o defendido por Moran (1994) apud Mota e Segundo (2016, p. 3), destacando ser a EaD um “o processo de ensino-aprendizado, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente.” Os autores mencionam que para as atividades nessa modalidade de ensino sejam realizadas, é necessário que seja através de meios tecnológicos, os quais possibilitem a comunicação entre professores e alunos. As pessoas podem estar espalhadas por várias cidades ou até países, e a comunicação entre ambos se dá *off* e *on-line* (em tempo real).

De acordo com Ouriques et al.(2012), a educação a distância (EaD) é uma das modalidades que auxilia na concretização dos objetivos da educação brasileira, e pode ser ofertada na educação básica, de jovens e adultos, especial, profissional e superior. A EaD é definida como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares, ou tempos diversos. (BRASIL, Decreto 5.622, 2005).

Petters (2009), apud Silva (2014), afirma que o principal motivo para o crescente interesse na Educação a Distância são os inacreditáveis avanços nas telecomunicações. Silva (2014) relata que para os educadores a distância existem quatro inovações importantes que devem ser levadas em consideração:

- a) aperfeiçoamento das tecnologias de computadores pessoais;
- b) tecnologia de multimídia;
- c) tecnologia de compactação digital de vídeo; e
- d) tecnologia de internet.

Silva (2014) aponta que estes quatro fatores aliados a outras tecnologias e inovações, possibilitam vantagens logísticas e pedagógicas surpreendentes. O autor destaca, como exemplo das vantagens mencionadas, a transmissão de dados em tempo real para toda parte

do mundo, possibilidade de aprendizagem autônoma, mais interatividade, maior orientação aos alunos, o que proporciona maior eficácia nos resultados acadêmicos.

Mota e Segundo (2016) afirmam que a educação a distância é uma nova maneira de ensinar, que ao utilizar meios tecnológicos, vem possibilitando o acesso de uma grande parcela da população ao ensino. É reforçado pelos autores que, para se efetivar a aprendizagem, professores e alunos devem organizar seu tempo para realizar as atividades em tempo real ou não, sendo que os meios utilizados e as metodologias empregadas são fundamentais para um melhor aprendizado dos alunos.

Belloni (2008) contempla o novo significado e importância da EaD:

A educação a distância aparece agora como caminho incontornável não apenas para ampliação rápida do acesso ao ensino superior, mas também, como uma nova solução de melhoria da qualidade desse ensino, no sentido de adequá-lo às exigências e características do século XXI. (BELLONI, 2008)

Seguindo o direcionamento da autora Belloni (2008), Motta e Segundo (2016) confirmam que a Educação à Distância é configurada como uma nova modalidade de ensino, permitindo que o conhecimento seja disseminado através de plataformas tecnológicas e deste modo possibilite mais pessoas inseridas no processo de ensino-aprendizagem, independente do espaço-físico e horário em comum. Os autores ressaltam que esta nova modalidade de ensino em EaD (Educação a Distância) não poderia deixar de atender às universidades, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação lato-sensu e de extensão.

A expansão da Educação Superior a Distância no Brasil apresentou grande crescimento, conforme relatado pelo INEP (2009); no ano de 2000, o INEP anunciava a existência de 10 cursos de graduação a distância, em 2003 esse número era de 52, atendendo cerca de 50 mil alunos. Em 19 de dezembro de 2006, o INEP noticiou que, entre os anos de 2003 a 2006, houve aumento de 571% de cursos a distância e de 371% dos matriculados nessa modalidade.

Dados do Censo do Ensino Superior de 2007 indicaram que a graduação a distância era oferecida por 97 instituições, com o número de vagas aumentado em 89,4% em relação a 2006, totalizando 369.766 matrículas (ALONSO, 2010). Isto representava 7% do total de matrículas dos cursos de graduação. Os dados relacionados à participação dos alunos em instituições privadas e públicas, bem como à distribuição em que estavam organizadas, não sofreram alterações significativas.

Os dados apresentados pelo INEP e Censo são atualizados através do Relatório de Gestão do exercício de 2015 da CAPES, Brasil (2016b), a evolução do fluxo de estudantes

(ingressantes) do Sistema UAB na modalidade de graduação a distância, compreendendo licenciatura e bacharelado, no ano de 2010 possuía um total de 80.091 alunos. Este número aumentou para 276.196 estudantes matriculados em 2015 nos cursos de graduação EaD.

No decorrer deste capítulo são discutidos os principais aspectos das instituições públicas superiores e a introdução da EaD como política pública educacional. No próximo capítulo, são destacados os aspectos bibliográficos do Programa Universidade Aberta do Brasil, para entendimento e perspectiva para o tema estudado.

3 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Neste Capítulo são discutidas as questões relativas à apresentação e definição do Programa Universidade Aberta do Brasil e a UAB na UFSCar. Por fim, são relatados estudos empíricos na instituição relevantes ao tema da pesquisa.

3.1 PANORAMA DOS CURSOS DA UAB NO BRASIL

Conforme colocado por Silva (2014), no Brasil as práticas de educação a distância são gerenciadas pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este Sistema foi lançado pelo Ministério da Educação em dezembro de 2005 com o objetivo de democratizar, expandir e interiorizar a oferta de ensino superior público e gratuito no país. De acordo com a autora, o programa oferece formação universitária com utilização de tecnologia de informação às camadas da população com dificuldades de acesso ao mundo acadêmico. É um programa de formação superior pela modalidade de Educação a Distância do governo federal brasileiro em parceria com instituições de ensino superior e governos municipais e estaduais.

Segundo Brasil (2006), o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, e possui como principal meta o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, buscando expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de nível superior a mais locais no país. Para CAPES (2016c), o Sistema UAB é responsável pelo fomento da modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, e apoia pesquisas com desenvolvimento de metodologias em Tecnologias de informação e comunicação (TIC). Ainda segundo o autor, o programa intensifica a parceria entre universidades, a União e os entes governamentais além de incentivar a formação de centros de educacionais permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades planejadas.

O Sistema UAB é um órgão que apoia a universalização do acesso ao ensino superior por meio do uso de TICs, agindo para fortalecer o acesso escolar no interior do Brasil e diminuir a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos (BRASIL, 2006, p. 14).

Ouriques (2012) aponta que se encontra, no sexto artigo do Decreto 5.800 de 2006, a designação das entidades responsáveis pelo orçamento público em nível federal:

As despesas do Sistema UAB correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a seleção de cursos e programas de educação superior com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira (BRASIL, Decreto 5.800, 2006, s/p.).

De acordo com o Relatório de Gestão CAPES 2010, em Brasil 2016b, o Sistema UAB passou a ser gerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) a partir do exercício de 2008, e a transferência da operacionalização foi oficializada com a Portaria nº 318, de 2 de abril de 2009. É ressaltado que como vários projetos já haviam iniciado, para não causar atrasos, optou-se à época pela continuidade da execução de recursos pelo FNDE/MEC para, após o aprimoramento dos trâmites processuais, migrar toda a execução orçamentária e financeira para a CAPES. Visando à execução dos recursos e o pagamento de bolsistas da UAB na CAPES, no ano de 2010, teve início o processo de migração do sistema de gestão e posterior operação pela CAPES. O Sistema esteve em fase de desenvolvimento e homologação em 2010.

De acordo com Brasil (2016c), a Lei nº 11.502, de 2007 e o Decreto nº 6.755, de 2009, condicionaram a CAPES no âmbito do Ministério da Educação (MEC) a função de coordenar ações, focadas na formação inicial e continuada. Dentro desse contexto, a Diretoria de Educação a Distância (DED) é responsável na CAPES pela operacionalização das ações de articulação, aprovação, implantação, coordenação, fomento e monitoramento dos programas e cursos gratuitos de nível superior na modalidade de Educação a Distância (EaD) ministrados pelas IES integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Desse modo, a DED fomenta cursos de aperfeiçoamento, bacharelado, especialização, extensão, formação pedagógica, licenciatura, mestrados profissionais, sequencial e tecnólogo, ofertados por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrante do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Contudo, o Sistema UAB possibilita a articulação, interação e a efetivação de iniciativas de cooperação dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e possibilita meios para o fomento, implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação nas IES (BRASIL, 2006, p.23).

Na figura 1, é apresentado o modelo de articulação e envolvimento entre as instituições públicas.

Figura 1. Modelo de parceria do Sistema UAB, envolvendo instâncias do MEC, Universidades e governos estaduais e/ou municipais



Fonte: UFSCar, 2010.

De acordo com o Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006, Brasil (2006a) é estabelecido que a parceria do Sistema UAB com os governos municipais/estaduais é pela responsabilidade dos recursos de construção e manutenção dos Polos de Apoio Presencial. Esse Decreto concebe um polo como espaço físico com infraestrutura, recursos humanos e materiais, equipamentos e mobiliários, objetivando a execução das atividades universitárias. Um polo no Sistema UAB deve funcionar como um ambiente acadêmico presencial descentralizado para atendimento a estudantes com dificuldades para frequentar o campus da universidade (UFSCAR, 2010).

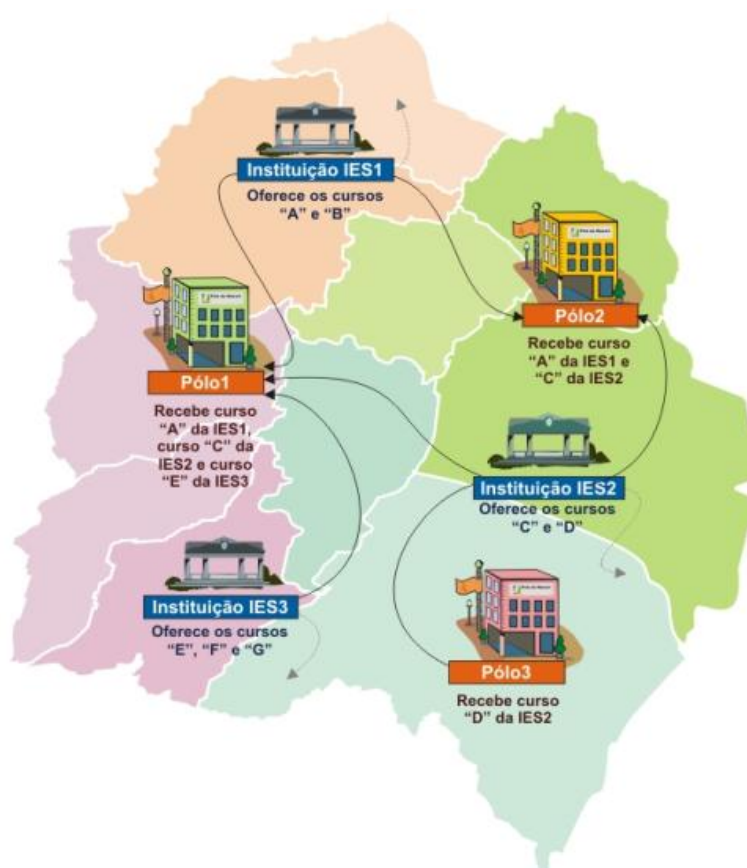
Segundo UFSCar (2010), o polo de apoio presencial na UAB é um ambiente fornecido pelo governo local que prevê disponibilidade de acervo bibliográfico, laboratórios pedagógicos, sala de tutoria, de coordenação do polo e de secretaria acadêmica, assim como salas de aula e demais espaços importantes ao processo de ensino-aprendizagem. O polo de apoio presencial deve obedecer a requisitos mínimos de um modelo proposto pelo MEC (Brasil, 2010).

Brasil (2016d) reitera que, através da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre as três partes atuantes do Sistema UAB (IES, município e CAPES), é firmado o compromisso para execução da oferta de curso. Deste modo, um mesmo polo pode ofertar

curso de diferentes IES, proporcionar um melhor aproveitamento e liberdade de atuação das partes envolvidas, visando sempre atender ao maior número de alunos possível por polos.

Na figura 2, é possível verificar as várias formas de parcerias e articulações entre os polos e as instituições; um polo pode possuir várias parcerias com inúmeras instituições e as universidades têm a liberdade de firmar parceria com vários polos de apoio presencial, desde que haja interesse múltiplo para a realização do acordo de cooperação.

Figura 2. Modelo representativo da articulação entre IES e Polos de Apoio Presencial para oferta de cursos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil



Fonte: Brasil, 2016d.

Segenreich (2009 apud OURIQUES, 2012) demonstra a estrutura básica que o modelo UAB adota: as universidades ficam com as tutorias a distância (conteudista), os municípios contam com a tutoria presencial (polos de educação a distância) e há pagamento de bolsas para os tutores e professores responsáveis por disciplinas pelo Governo Federal. A Lei 11.273 (2006) estabelece que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e CAPES sejam os responsáveis pela concessão de tais bolsas, além de estabelecer

os valores de pagamentos e as regras básicas de funcionamento das bolsas. Consta na Lei 11.273 (2006) que as despesas com a execução das ações previstas ocorrerão por meio de dotações orçamentárias anuais relacionadas ao FNDE e a CAPES, dentro dos limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Brasil (2016b), no Relatório de Gestão do exercício de 2015 da CAPES, coloca que a Diretoria de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (DED/CAPES) entre os anos de 2010 até 2012, redesenhou-se estruturalmente, além de introduzir uma linha de ação de continuidade dos programas, conseguir consolidar a DED no Sistema UAB e a importância da modalidade de Educação a Distância (EaD), no país. O autor destaca a especial visão da Diretoria na política pública para ampliação do acesso à educação superior gratuita e de qualidade, contribuindo para a redução das desigualdades no país, ao enfatizar o desenvolvimento sustentável e as particularidades regionais.

É consolidado no Relatório de Gestão do exercício de 2015 da CAPES (BRASIL 2016c) um panorama com indicadores do Sistema UAB no último ano estudado:

O Sistema UAB, portanto, congrega 104 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que oferecem atualmente 596 cursos de graduação e especialização em 650 polos distribuídos em todas as Unidades da Federação, atendendo prioritariamente profissionais da educação básica (em exercício em escolas públicas ou oriundos da demanda social) (BRASIL, 2016b, p.36.).

Os quadros a seguir apresentam a evolução do quantitativo acumulado de alunos por situação no Sistema UAB e a relação de IPES integrantes deste sistema no período de 2010 a 2015:

Quadro 1. Evolução do Fluxo de Estudantes (ingressantes) do Sistema UAB

Modalidade	Ingressantes					
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15
APERFEIÇOAMENTO	15.399	27.053	34.441	52.030	57.536	58.382
BACHARELADO	15.207	22.977	26.610	39.224	51.920	60.384
ESPECIALIZAÇÃO	31.595	50.793	76.729	126.565	171.866	190.855
EXTENSÃO	845	4.965	7.168	11.053	12.272	12.638
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	70	107	107	859	1.162	12.936
LICENCIATURA	64.884	101.678	130.464	177.960	208.534	215.812
SEQUENCIAL	749	804	1.180	1.180	1.093	1.583
TECNOLOGO	6.386	8.017	9.767	13.351	15.596	15.776
Total	135.135	216.394	286.466	422.222	519.979	568.366

Fonte: Brasil, 2016c (SISREL²/CAPES).

² Sistema responsável pela geração de relatórios dinâmicos dos programas da CAPES.

No quadro 1, é verificado o aumento contínuo de estudantes, englobando todas as modalidades de ingressantes na EaD, no período relacionado.

Quadro 2. Evolução do Fluxo de Estudantes (formados) do Sistema UAB

Modalidade	Formados					
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15
APERFEIÇOAMENTO	8.013	14.685	17.155	23.415	25.462	25.808
BACHARELADO	-	197	559	1.185	5.780	9.249
ESPECIALIZAÇÃO	3.674	9.505	16.892	34.030	45.236	60.113
EXTENSÃO	168	1.087	1.813	2.565	3.320	3.574
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	-	-	-	89	93	9.507
LICENCIATURA	70	653	2.575	22.443	28.156	29.720
SEQUENCIAL	206	207	239	239	258	258
TECNOLOGO	338	595	899	2.138	2.523	2.761
Total	12.469	26.929	40.132	86.104	110.828	140.990

Fonte: Brasil, 2016c (SISREL²/CAPES).

No quadro 2, supracitado, é possível verificar a crescente evolução do fluxo de formandos no Sistema UAB, exceto na modalidade sequencial, o qual por ser um curso específico e de acordo com MEC (2016), os cursos sequenciais são considerados, uma modalidade de curso superior que os alunos podem, após finalizarem o ensino médio, obter uma qualificação superior. Desta forma, ampliam seus conhecimentos em um dado campo do saber, sem a necessidade de ingressar em um curso de graduação, esta modalidade de ensino não é um os principais objetos de política do Ministério.

Quadro 3. Evolução do Número de Instituições Públicas do Ensino Superior (IPES) integrantes do Sistema UAB

ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº IPES	92	101	103	104	104	104

Fonte: Brasil, 2016c (DED/CAPES)

No quadro 3, é possível verificar o quadro de instituições públicas incluídas no Sistema UAB através de acordo de cooperação.

É ressaltado em Brasil (2016c) que a DED - CAPES utiliza os seguintes bancos de dados para gerenciamento e avaliação da gestão dos recursos no Sistema UAB: SisUAB – Plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil, o SGB – Sistema de Gestão de Bolsas da CAPES (número

de alunos matriculados por bolsa, o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira e SIMEC – Sistema de Monitoramento, Execução e Controle do Governo Federal.

Brasil (2016c) apresenta indicadores relativos ao Sistema Universidade Aberta do Brasil até o ano de 2015, estas informações foram obtidas através dos bancos mencionados acima e encontram-se disponíveis no SIMEC:

- 305: quantidade de IES participantes do Sistema UAB;
- 1423: quantidade de alunos concluintes no Sistema UAB por polo;
- 1501: quantidade de alunos - docentes ingressantes para licenciatura no Sistema UAB por polo;
- 1503: quantidade de docentes concluintes no Sistema UAB por polo;
- 1510: matrículas Ativas em Mestrados Profissionais para Professores no Sistema UAB;
- 1531: quantidade de polos integrantes do Sistema UAB por situação;
- 1895: concluintes em Mestrado Profissional para Professores no Sistema UAB;
- 3198: Matrículas Ativas no Sistema UAB por Tipo de Curso;

Nesta seção foi apresentado o programa Universidade Aberta do Brasil, neste contexto está inserido a EaD na UFSCar. O mesmo será exposto na próxima seção.

3.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Conforme relatado em Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, (2006) a introdução da modalidade de EaD na UFSCar é uma iniciativa descrita em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O documento consolida a garantia do compromisso histórico da instituição com a oferta de ensino público, gratuito e de qualidade e com sua busca por condições de acesso e permanência na Universidade a diversos estudantes de origens e esferas sociais distintas.

Na Resolução nº 520, de 7 de julho de 2006 do Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) aprovou a inserção da instituição no Sistema UAB (UFSCar, 2006), visando que as atividades desenvolvidas pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade Federal de São Carlos (UAB-UFSCar) contribuíssem para a democratização e a socialização do conhecimento, ampliando o conhecimento para demais estudantes.

É ressaltado em UFSCar (2010) que por meio da educação a distância a UFSCar pode viabilizar oportunidades a pessoas de cidades afastadas de seus campi, ou com outras dificuldades para participar de cursos presenciais.

Em outubro de 2012 é criada a Portaria GR nº 1502/12, que dispõe sobre a política de Educação a Distância (EaD) da Universidade Federal de São Carlos, esta regulamenta a modalidade na instituição e estabelece o Conselho de Educação a Distância na UFSCar, agente que compete, segundo o art. 10 de UFSCar (2012):

- I - propor a política de educação à distância da Universidade, submetendo-a à apreciação dos conselhos superiores específicos e à aprovação do Conselho Universitário;
- II - acompanhar a execução da política de EaD, realizada pela Secretaria Geral de Educação à Distância (UFSCAR, 2012, p.

Com o intuito de visualização dos grupos existentes atualmente na UFSCar sobre EaD, realizou-se uma pesquisa³ no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, utilizando-se no filtro de busca: unidade federativa do grupo e instituição a que o mesmo pertence, com palavra-chave “distância” a fim de que fossem localizados os grupos da UFSCar, que fazem menção à Educação a Distância. A busca recuperou 11 grupos que estão na situação de “grupos certificados” pelos dirigentes institucionais de pesquisa e podem ser consultados no quadro 4:

Quadro 4. Grupos de Pesquisa em EaD na UFSCar

Nº	Grupo	Líder(es)	Área	Linhas de Pesquisa
1	Aspectos Éticos, Políticos, Estéticos e Epistemológicos das Teorias e Práticas Escolares.	Adriana Mattar Maamari	Filosofia	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos Humanos • Ensino de Filosofia • Epistemologia • Estética • Filosofia e Educação • Filosofia na escola • O Uso de TCS na Educação a Distância e Presencial • Teoria Política • Ética e Filosofia Política

(Continua a seguir)

³ Acesso ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil no site do CNPq (http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf) em 18/11/2016.

(Continuação do Quadro 4)

2	Conhecimento e Produção Científica em Educação	Maria C. P. I. Hayashi Carlos R. Massao Hayashi	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da produção científica em educação • Conhecimento científico em educação a distância • Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação
3	Engenharia de Software	Rosângela A. D. Penteado Antonio F. do Prado	Ciência da Computação	<p>35 linhas de pesquisa, dentre elas inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação a Distância • Gerenciamento de Tecnologia de Informação • Informática na Educação
4	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Musical (GEPEM): Formação de professores e ensino de música presencial e/ou a distância.	Daniela Dotto Machado	Artes	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento profissional e aprendizagem da docência em Música. • Ensino de Música formal e informal na modalidade presencial e/ou a distância. • Formação inicial e continuada de professores e outros agentes educacionais na área de Música na modalidade presencial e/ou a distância. • Materiais didáticos ao ensino de Música • Políticas públicas ao ensino de Arte e/ou de Música na educação básica. • Políticas públicas para a formação de professores de Arte e/ou Música.
5	Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino Superior de Música (ESMUS)	Fernando S. Galizia	Artes	<ul style="list-style-type: none"> • Didática Geral • Estudos sobre Educação Superior e Pedagogia Universitária • Formação inicial e continuada de professores e outros agentes educacionais na área de Música na modalidade presencial e/ou a distância • Interculturalidade • Metodologia de Ensino em Música
6	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Processos Formativos e Saberes da Docência	Helois Chalmers Sista Marcia Regina Onofre	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Narrativas e aprendizagens de professores (as) em formação inicial e em exercício. • Políticas e processos formativos da educação básica na modalidade presencial e a distância. • Reflexões, experiências e saberes profissionais dos(as) docentes alfabetizadores(as).

(Continua a seguir)

(Continuação do Quadro 4)

7	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino da Matemática	Roberto Ribeiro Paterlini Yuriko Yamamoto Baldin	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da informática no ensino da Matemática • Currículos específicos para a área de Matemática • Ensino da Matemática através de sua História • Ensino da Matemática à distância • Ensino de Matemática através de modelagem de fenômenos • Metodologia investigação • Métodos e técnicas de Ensino/Aprendizagem
8	HORIZONTE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens	Daniel Ribeiro Silva Mill Glauber Lúcio A. Santiago	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação e linguagem na construção do conhecimento em novos cenários digitais • Dinâmica entre Educação a Distância em sua convergência com a Educação Presencial • Tecnologias e inovação no processo educacional.
9	Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa - NIASE	Fabiana Marini Braga Roseli Rodrigues de Mello	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem Dialógica e Ações Comunicativas • Educação de Pessoas Jovens e Adultas • Educação a Distância e Aprendizagem Dialógica • Feminismo Dialógico, Novas Masculinidades e Relações de Gênero. • Igualdade de diferenças: estudos étnicos e superação de racismo • Processos de ensino e de aprendizagem • Sociedade da Informação, trabalho e educação
10	Processos de ensino e aprendizagem na modalidade a distância a partir da implementação	Maria Iolanda Monteiro	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Processos de ensino e aprendizagem na modalidade a distância e presencial • Tecnologias de Informação e Comunicação como recursos pedagógicos.
11	Tecnologias aplicadas à criação, à expressão e ao ensino musicais.	Glauber Lúcio A. Santiago Daniel Marcondes Gohn	Artes	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de educadores a distância e presencial musicais e tecnologia. • Processos de ensino e aprendizagem musical • Tecnologias na expressão musical

Fonte: Adaptado de SILVA, 2014.

No quadro 4, o grupo 1 da área da Filosofia pesquisa “Educação a Distância” ao utilizar as TIC’s na Educação a distância e presencial. Isto ocorre também com os grupos 5, 8, 10 e 11, que possuem áreas específicas de artes e educação e trabalham com a “modalidade a distância” em suas linhas de pesquisa ao mencionar as EaD nas modalidades presenciais e a distância.

O grupo 2 possui uma pesquisa específica chamada “Conhecimento e Produção Científica em Educação” e destaca o conhecimento científico em EaD em uma de suas linhas de pesquisa.

O grupo 3, da área de Ciência da Computação, possui 35 linhas de pesquisa, dentre elas uma específica destacada de “Educação a Distância”. No grupo 4, da área de Educação, das 6 linhas de pesquisa, duas delas têm ligação com a modalidade a distância: “Ensino de Música formal e informal na modalidade presencial e/ou a distância” e “Formação inicial e continuada de professores e outros agentes educacionais na área de Música na modalidade presencial e/ou a distância”.

O grupo 6, da área de educação, tem uma linha de pesquisa ligada à EaD, “Políticas e processos formativos da educação básica na modalidade presencial e a distância” das 3 linhas mencionadas.

O grupo 7 apresenta uma linha de pesquisa “Ensino da Matemática à distância”, ligada à área de educação.

O grupo 9, da área de Educação, conta com 7 linhas de pesquisa e uma delas intitulada “Educação a Distância e Aprendizagem Dialógica”.

Verificou-se que há várias pesquisas e estudos institucionais que buscam explorar o uso de TIC’s e a modalidade de Educação a Distância,

É notado que não há a exploração da EaD no sentido em questão da pesquisa apresentada.

No próximo tópico, é apresentada a criação da Secretaria que apoia e desenvolve EaD na Universidade Federal de São Carlos.

3.2.1 Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD)

De acordo com o artigo 5º da Resolução do ConsUni nº 617, de 09 de outubro de 2008, UFSCar (2008), a Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD) é o órgão ligado à Reitoria da UFSCar que possui como objetivo a realização de políticas para apoiar o

desenvolvimento e a implementação de ações, garantindo a qualidade educacional e do material didático, para propostas educacionais, ao utilizar TICs na educação a distância.

O Capítulo III da Resolução ConsUni n. 617, de 09 de outubro de 2008, em UFSCar (2008) contém as seguintes especificações relativas à estrutura administrativa da SEaD e atribuições de gestão pedagógica, bem como demais responsabilidades como órgão que irá fomentar a EaD na UFSCar.

No desempenho de suas finalidades, competirá à SEaD:

- I- Implementar a Política de EaD da UFSCar aprovada pelo ConsUni;*
- II- Promover o desenvolvimento de cursos e atividades de EaD na UFSCar;*
- III- Promover o desenvolvimento e a inserção de novas tecnologias nos cursos e atividades de EaD na UFSCar;*
- IV- Fomentar o desenvolvimento e a inserção de novas tecnologias nos cursos presenciais da UFSCar;*
- V- Promover a integração de mídias (TV, rádio, cinema) para o aprimoramento do material didático dos cursos da UFSCar;*
- VI- Fomentar a criação de laboratórios de ensino para preparação e aprimoramento de material didático;*
- VII- Designar comitês de assessoria para o planejamento e aprimoramento de material didático para EaD;*
- VIII- Promover, juntamente com os grupos de pesquisa em EaD, a exploração de novas técnicas e métodos pedagógicos e sua aplicação nos cursos e material didático da UFSCar;*
- IX - Propor referências de qualidade para o material didático-pedagógico gerado para EaD pela UFSCar;*
- X- Promover a capacitação e o aperfeiçoamento pedagógico nas novas tecnologias de informação e comunicação de alunos, professores, técnico-administrativos e outros recursos humanos envolvidos com a EaD e o ensino presencial na UFSCar;*
- XI- Promover a interação e articulação entre departamentos e centros da UFSCar para a execução de projetos de EaD e de apoio ao ensino presencial;*
- XII- Promover interação e articulação interinstitucionais para a execução de projetos de EaD;*
- XIII- Administrar, juntamente com a Secretaria Geral de Informática - SIn, os recursos de tecnologia da informação e comunicação alocados para os projetos de EaD e de apoio ao ensino presencial na UFSCar;*
- XIV- Atuar junto às pró-reitorias e unidades da UFSCar para captação e administração de recursos financeiros para investimentos em equipamentos e bolsas (iniciação científica, de treinamento, estagiários, e outras modalidades) para a EaD e apoio ao ensino presencial;*

XV- Promover parcerias com empresas de software, editoras, fabricantes de computadores para melhor apoio aos cursos, alunos, professores, técnicos e administrativos da UFSCar no ensino presencial e a distância;

XVI- Promover ações junto à Secretaria Geral de Informática para a implantação de software livre nos cursos presenciais e a distância;

XVII- Assessorar a administração universitária em assuntos relacionados à educação a distância;

XVIII- Representar a UFSCar em eventos, discussões e outras atividades relativas à educação a distância.

Na Resolução do ConsUni em UFSCar (2008) é ressaltado que na estrutura administrativa, a Secretaria Geral de EaD foi constituída por um Secretário Geral de EaD, um Assessor Pedagógico, um Assessor Executivo e um Assessor de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). O Secretário Geral de EaD e os assessores Pedagógico, Executivo e de TICs são indicados pelo Reitor da UFSCar e nomeados após aprovação do ConsUni.

Compete à Assessoria Pedagógica:

I- Acompanhar e subsidiar o desenvolvimento e implementação de novos projetos de EaD;

II- Assessorar as pró-reitorias no atendimento às referências de qualidade traçadas pela Política de EaD da UFSCar para projetos futuros e em andamento;

III- Assessorar as pró-reitorias e coordenações de cursos em questões relacionadas à educação a distância;

IV- Propor, acompanhar e subsidiar políticas de avaliação da formação proporcionada pelos cursos e apoiar a reformulação dos projetos;

V- Propor métricas e métodos comparativos entre as modalidades EaD e presencial;

VI- Propor e acompanhar a aplicação de modelos e técnicas pedagógicas nos cursos de EaD;

VII- Interagir com grupos de pesquisa em EaD, laboratórios de ensino de EaD e comitês assessores para o desenvolvimento e aplicação de métodos e técnicas pedagógicas nos cursos de EaD e de apoio ao ensino presencial;

VIII- Propor e acompanhar o aprimoramento contínuo do material didático dos projetos de EaD da UFSCar;

IX- Propor e acompanhar a criação de material didático utilizando mídias integradas (TV, rádio, cinema);

X- Interagir com a Secretaria Geral de Informática para a aplicação de TICs na implantação de novos cursos;

XI- Interagir com os grupos de pesquisa em EaD da UFSCar e com a Secretaria Geral de Informática para o desenvolvimento e

implementação de repositório digital para os materiais didáticos da UFSCar;

XII- Promover ações para a adoção de direitos autorais para todos os materiais didáticos produzidos na UFSCar (creative commons, dentre outros).

Compete à *Assessoria Executiva*:

I- Envidar esforços para o estabelecimento de parcerias com empresas de softwares, editoras, fabricantes de computador e outros, visando o apoio às atividades de ensino a distância;

II- Interagir com a Secretaria Geral de Informática para avaliação conjunta sobre desenvolvimento de projetos de software para EaD (segundo a política de informática da UFSCar para o desenvolvimento de software);

III- Garantir, juntamente com a Secretaria Geral de Informática, o suporte de TICs para os cursos de EaD, conforme definido pela Política Institucional de EaD da UFSCar;

IV- Apoiar projetos de EaD no âmbito administrativo;

V- Apoiar projetos de EaD da UFSCar no aprimoramento da operacionalização e logística.

Compete à *Assessoria de Tecnologias da Informação e da Comunicação*:

I- Promover ações para o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e da comunicação para serem utilizadas nos cursos da UFSCar (ferramentas de software, repositório digital, etc.);

II- Interagir com a Secretaria Geral de Informática para avaliação conjunta de novos Sistemas de Gerenciamento do Aprendizado, software e hardware a serem adotados pela UFSCar;

III- Desenvolver, juntamente com a Secretaria Geral de Informática, projetos de implantação de novas TICs nos cursos da UFSCar (capacitação de servidores, tutores, alunos).

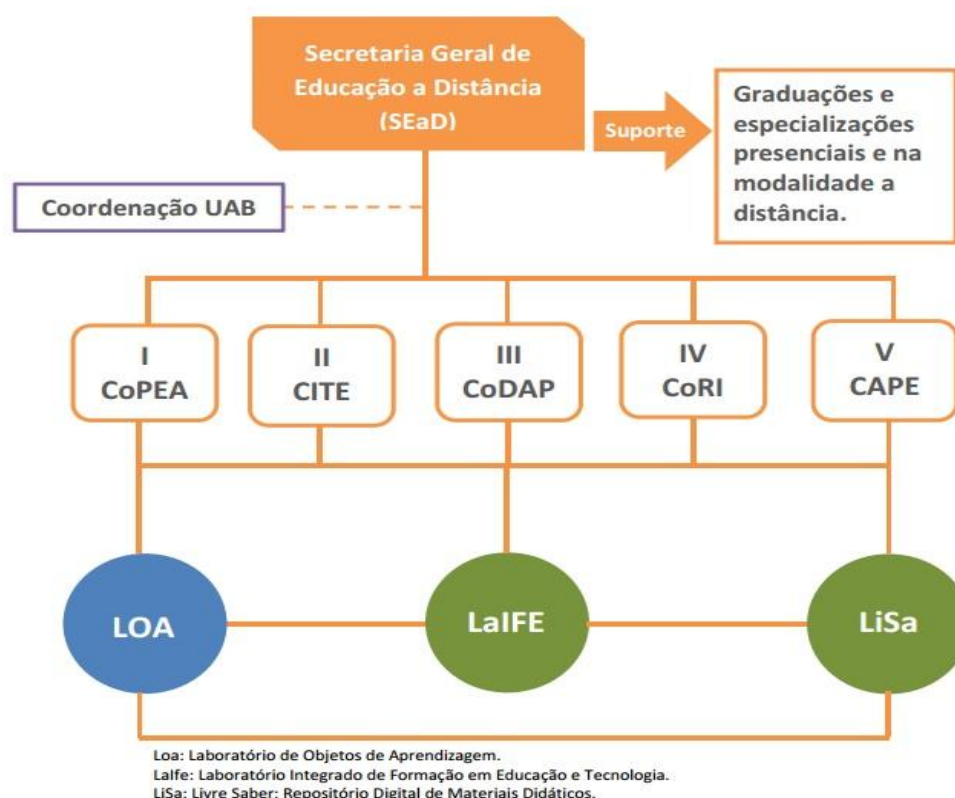
No Capítulo III da Resolução ConsUni n. 617 em UFSCar (2008), no tópico XIV das *Competências da SEaD*, há a seguinte menção:

“XIV- Atuar junto às pró-reitorias e unidades da UFSCar para captação e administração de recursos financeiros para investimentos em equipamentos e bolsas (iniciação científica, de treinamento, estagiários, e outras modalidades) para a EaD e apoio ao ensino presencial;”

Em UFSCar (2016), é destacado como suas principais atribuições a SEaD possuir a função de realizar o suporte aos cursos de graduação e especialização presenciais ou na modalidade a distância. A Secretaria apresenta estreita interação com a Coordenação da Universidade Aberta do Brasil-UFSCar.

De acordo com UFSCar (2010), a SEaD foi instalada em janeiro de 2009 e organizada em coordenações. Segue, abaixo, imagem do organograma administrativo que compreende o órgão:

Figura 3. Diagrama Estrutural da SEaD



Fonte: UFSCar, 2016.

No diagrama apresentado na Figura 3, é possível verificar o principal destaque para as Coordenadorias integrantes da SEaD. De acordo com a UFSCar (2011), a Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD), é composta pelas seguintes Coordenadorias, destacando suas particulares atribuições:

- I. Coordenadoria de Processos de Ensino-Aprendizagem (COPEA) possui como finalidade auxiliar a SEaD nas atividades pedagógicas dos processos de ensino-aprendizagem de projetos de EaD relacionados ao planejamento, acompanhamento e avaliação. É a coordenadoria responsável pelo suporte pedagógico necessário à oferta dos cursos de graduação e especialização da SEaD.

II. Coordenadoria de Inovações em Tecnologias na Educação (CITE); objetiva gerenciar os assuntos ligados à infraestrutura tecnológica de apoio aos cursos a distância oferecidos pela UFSCar, apoiando a elaboração, produção, validação e distribuição de materiais educacionais em diferentes mídias e a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para a EaD. São funções da CITE a produção de material didático e material audiovisual, além de todo o suporte de TI e de desenvolvimento de ambientes virtuais que são a chave para a implantação do ensino pela modalidade a distância, como o proposto pelos cursos da SEaD/UFSCar.

III. Coordenadoria de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional (CODAP); tem por finalidade organizar, propor, executar e acompanhar cursos de formação para profissionais na modalidade à distância. Através deste objetivo, busca desenvolver atividades relacionadas ao aperfeiçoamento profissional das equipes atuantes na oferta dos cursos da UAB (professores, tutores, etc).

IV. Coordenadoria de Relações Institucionais (CORI); competindo o assessoramento aos diferentes setores da UFSCar e outras instituições, públicas e particulares, quanto à modalidade EaD e acompanhamento dos cursos a distância através de monitoramento e avaliação dos polos presenciais. O principal papel desta coordenadoria é cuidar das relações institucionais que a SEaD mantém com as prefeituras e os polos que recebem a oferta dos cursos da SEaD/UFSCar.

V. Coordenadoria de Administração e Planejamento Estratégico (CAPE), objetiva auxiliar a SEaD em sua organização e planejamento administrativo e de recursos humanos. A coordenadoria é responsável pela parte administrativa da SEaD, e pertence a ela os setores de Recursos Humanos e Financeiros.

De acordo com Silva (2013), a Coordenadoria de Administração e Planejamento Estratégico (CAPE) contém o Setor Financeiro, criado inicialmente com a denominação “Administrativo-Financeiro”, e desempenhava as funções administrativas como compras, contratações de serviços por pessoa física e jurídica, pagamentos, recursos humanos, controle de verbas, controle de documentos, controle de patrimônio, prestação de contas, entre outras funções.

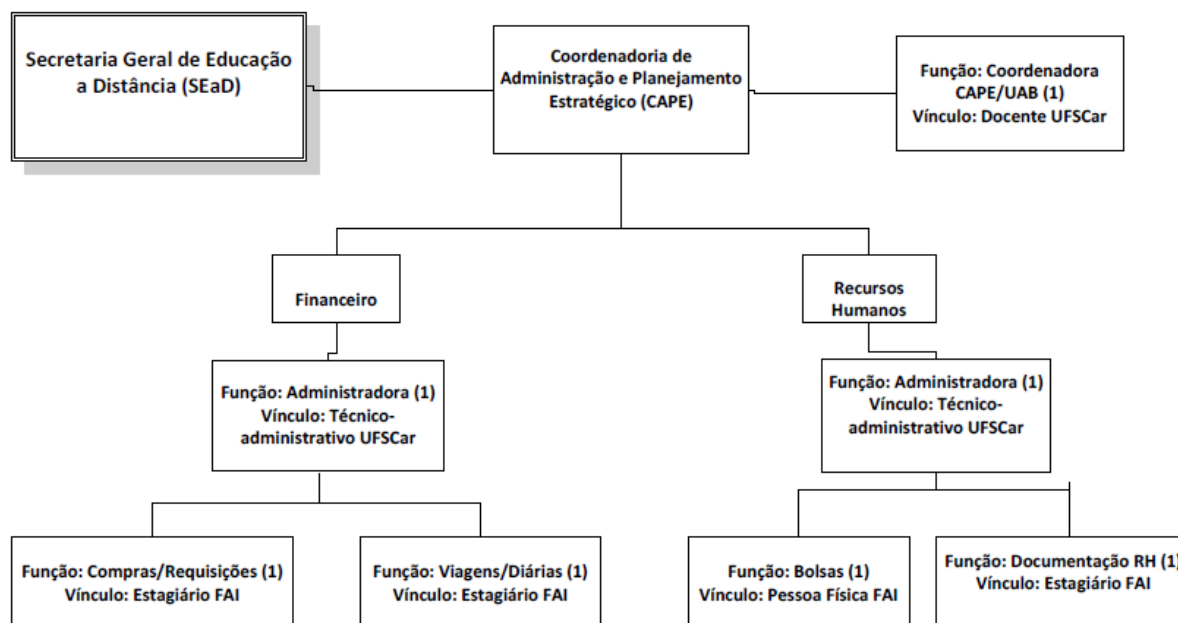
Silva (2013) ressalta que no ano de 2010 o setor Administrativo-Financeiro foi dividido em duas partes: Setor Financeiro e Recursos Humanos (RH). Com esta atualização, os setores conquistaram maior autonomia e definiram suas funções: atribuições relacionadas a cadastros de bolsas e contratação de pessoa física passaram a ser exercidas somente pelo

Setor de RH, e as funções relacionadas aos financiamentos de recursos, a elaboração das planilhas orçamentárias, aos pagamentos, aos relatórios financeiros e compras é responsabilidade do Setor Financeiro.

De acordo com Silva (2013), o Setor Financeiro da SEaD é responsável pela negociação de recursos de financiamentos para as ofertas UAB-UFSCar, englobando como principal função neste processo as atualizações e verificações no Sistema UAB (SisUAB), que segundo CAPES (2016), é uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil. Este sistema possui o cadastramento e consulta de informações sobre instituições, polos, cursos, material didático, articulações, colaboradores e mantenedores. É função do Setor Financeiro a negociação e adequação para os parâmetros CAPES e viabilização dos documentos como Plano de Trabalho e Termo de Referência para posterior assinatura do Termo de Cooperação e descentralização dos repasses.

UFSCar (2016b) ressalta que o Setor Financeiro atua como ponto de apoio estratégico nos contatos e andamentos junto à Pró-reitoria de Administração da UFSCar, ao setor financeiro da FAI-UFSCar e aos demais departamentos da UFSCar que lidam com os recursos financeiros. O Financeiro é responsável por elaborar os relatórios financeiros dos projetos da SEaD e viabiliza a participação em editais com aquisição de material permanente. O autor exemplifica que, além disso, faz parte das atribuições deste setor organizar e gerir as viagens dos participantes da EaD da UFSCar, realizadas aos polos e a outras instituições de ensino e de fomento, possibilitando maior agilidade e controle do serviço prestado.

O Setor Financeiro da SEaD é composto por uma servidora pública, na função de Administradora e dois estagiários e conta com a supervisão do coordenador CAPE, segundo o organograma na figura a seguir:

Figura 4. Organograma do Setor Financeiro da UAB-UFSCar

Fonte: Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD/UFSCar)
Apud Silva (2013).

É destacado em UFSCar (2016) que além dos cursos de graduação do Sistema UAB, a UFSCar por meio da organização e gerenciamento da equipe da SEaD oferece cursos de aperfeiçoamento e especialização como: Gestão Pública, Especialização em Ensino de Matemática no Ensino Médio - Matemática na Prática, Gênero e Diversidade na Escola e Relações Étnico-raciais, estes dois últimos cursos foram ofertados pela Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC). De acordo com o Relatório de Gestão 2012 -2016 UFSCar (2016) foram ofertados em torno de 3.000 vagas desde a implantação do Sistema UAB na UFSCar, e formados, aproximadamente, 1.000 profissionais.

Na próxima seção, são detalhados os cursos de graduação UAB, ofertados na UFSCar, aspectos relevantes ao objeto do tema estudado.

3.2.2 Oferta de cursos de graduação da UAB-UFSCar

Em edital lançado pela Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação (SEED), a UFSCar foi aprovada em julho de 2006 para participação da instituição no Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB (UFSCAR, 2006).

De acordo com UFSCar, 2006, com inserção no edital da SEED a UFSCar passou a oferecer em 2007 cinco cursos de graduação: Bacharelado em Engenharia Ambiental, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Educação Musical, Licenciatura em Pedagogia e Tecnólogo em Produção Sucroalcooleira, na modalidade a distância, via Sistema UAB.

Os cursos de graduação da UAB-UFSCar podem ser detalhados, segundo UFSCar (2016b):

- Bacharelado de Engenharia Ambiental: O curso possui a finalidade de formar técnicos e pesquisadores na área ambiental. A principal atribuição do engenheiro ambiental é elaborar, implantar, avaliar e monitorar projetos para o uso racional dos recursos naturais. O curso de Engenharia Ambiental na modalidade a distância exige muita dedicação dos alunos, pois necessita que se organizem para aproveitar todas as atividades propostas no curso e alcançar os objetivos apontados. Duração média do curso: 7 (sete) anos.
- Bacharelado em Sistemas de Informação: O curso almeja a formação de pessoas capazes de programar o uso eficiente das tecnologias de computação, comunicação e informação nas organizações. O curso conjuga conhecimentos da computação e da administração, enfocando a prática. Os alunos realizam atividades que contribuem para a melhoria da automação, do desempenho, da eficiência e da racionalização dos serviços administrativos das organizações. Duração média do curso: 10 (dez) semestres ou 5 (cinco) anos.
- Licenciatura em Educação Musical: O curso tem como objetivo capacitar profissionais que para atuar em ações de educação musical ou com que possuem a música como um meio para o desenvolvimento do ser humano. Os alunos, depois de formados, poderão trabalhar em cursos de formação musical, presenciais ou a distância, ou/em escolas através da educação musical. Duração média do curso: 5 (cinco) anos.
- Licenciatura em Pedagogia: O curso de Licenciatura em Pedagogia tem como intuito formar o(a) pedagogo(a) para atuar na docência dos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil e na gestão escolar. Esse profissional estará apto para atuar também em outros contextos educativos. Duração média do curso: 8 (oito) semestres (aproximadamente quatro anos).

- Tecnologia em Produção Sucroalcooleira: o curso forma o profissional com uma base sólida em tecnologia química industrial com conhecimentos de Engenharia de Produção, Economia e noções das bases agrícolas com capacidade de atuação na exploração econômica da cana-de-açúcar, visando sua aplicação no processo de álcool, açúcar, energia e demais derivados. O Tecnólogo em Produção Sucroalcooleira, formado pela UFSCar, deverá desenvolver as seguintes competências: administrar e gerenciar agroindústrias; elaborar orçamentos, a partir de conhecimentos contábeis e financeiros; padronizar, medir, controlar e gerir a qualidade da produção; supervisionar a execução e fiscalização de obras e serviços técnicos; supervisionar a produção sucroalcooleira; coordenar equipes de instalação, montagem, operação e manutenção equipamentos e áreas de trabalho; conhecer as relações políticas envolvendo ambiente, comunidade e mundo globalizado. Duração média do curso: 4 (quatro) anos.

As ofertas dos cursos UAB pela UFSCar são gerenciados e estruturados através da SEaD e segundo UFSCar (2010), encontrando-se como um desafio na UFSCar:

“... através da iniciativa de oferta de cursos pela EaD, a UFSCar assume o desafio de garantir aos seus alunos a mesma qualidade que imprime aos seus cursos presenciais em seus diferentes níveis. Nesse sentido, busca-se responder, de um lado, às demandas de formação de profissionais competentes e, de outro, atender aos anseios de uma realidade social, pautada pela exclusão, que exige a ampliação de nossa capacidade de produção e disseminação do conhecimento permanente, o que se mostra fundamental para a formação do cidadão brasileiro e o desenvolvimento de nosso país. Tendo em vista a oferta dos cursos a distância, a UFSCar tem procurado atender à legislação específica (Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005) no que diz respeito aos cursos de graduação e de especialização, bem como às indicações políticas relacionadas à Universidade Aberta do Brasil (Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006)” (UFSCAR, 2010).

Segundo UFSCar (2016), até o ano de 2015, a UAB-UFSCar possui 24 polos parceiros na oferta de cinco cursos de graduação. Os polos presenciais da UAB-UFSCar estão localizados nas seguintes cidades: Apiaí - SP, Araras - SP, Bálamo- SP, Barretos - SP, Catalão – GO, Cubatão - SP, Franca - SP, Guarulhos- SP, Igarapava - SP, Iguaba Grande – RJ, Itapeçerica da Serra - SP, Itapetininga - SP, Itapevi - SP, Itaqui – RS, Jales - SP, Jaú- SP, Osasco - SP, Pato Branco – PR, São Carlos - SP, São José do Vale do Rio Preto – RJ, São José dos Campos – SP (esta cidade possui 2 polos presenciais), Senhor do Bonfim – BA e Tarumã - SP. É ressaltado que, a partir do ano de 2012, a CAPES buscou redimensionar as

distâncias entre os polos e as IES e propôs abertura de vestibulares apenas dentro do estado da instituição.

As vagas ofertadas pelos cursos de graduação da UAB-UFSCar foram realizadas por meio de 7 (sete) vestibulares (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013). Nos quadros a seguir, é possível verificar a distribuição por curso, contendo os polos e as vagas por vestibular ofertadas pela UFSCar.

No quadro 5, é possível verificar as ofertas para o curso de Engenharia Ambiental EaD da UFSCar.

Quadro 5. Oferta de vagas para o Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental UAB-UFSCar

Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental							
Polo / Vagas ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pato Branco	50	-	30	-	-	-	-
São José dos Campos 1	50	-	30	50	50	50	47
Itapetininga	50	-	30	50	50	50	46
Jales	50	-	30	50	50	50	45
Apiáí	-	50	30	-	-	-	-
Catalão	-	50	30	-	-	-	-
Senhor do Bonfim	-	50	-	-	-	-	-
Iguaba Grande	-	50	30	-	-	-	-
São José do Rio Preto	-	50	30	-	-	-	-
Total	200	250	240	150	150	150	138

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SEaD, 2016.

No quadro 6 consolida os vestibulares da UAB-UFSCar que o curso de Tecnologia Sucroalcooleira ofertou, contendo as vagas.

Quadro 6. Oferta de vagas para o Curso de Tecnólogo em Produção Sucroalcooleira UAB-UFSCar

Curso de Tecnologia Sucroalcooleira							
Polo / Vagas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Barretos	50	-	30	50	30	30	25
Itapetininga	50	-	30	50	30	30	-
Tarumã	50	-	30	50	30	30	-
Araras	-	-	-	-	-	-	50
Jales	-	-	-	-	-	-	50
Total	150	-	90	150	90	90	125

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de SEaD, 2016.

No quadro 7, verificam-se as vagas ofertadas para o curso de Educação Musical da UAB-UFSCar nos sete vestibulares ofertados pela instituição.

Quadro 7. Oferta de vagas para o Curso de Licenciatura em Educação Musical UAB-UFSCar

Curso de Educação Musical							
Polo / Vagas ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Barretos	50	-	30	50	50	-	-
Osasco	50	-	30	-	-	-	-
Jales	50	-	30	50	50	-	-
São Carlos	-	50	-	50	50	-	-
Itaqui	-	50	-	-	50	-	-
Itapetininga	-	50	-	50	50	-	-
Araras	-	-	-	-	-	30	-
Guarulhos	-	-	-	-	-	50	50
Franca	-	-	-	-	-	50	50
Cubatão	-	-	-	-	-	50	-
Itapevi	-	-	-	-	-	30	30
Total	150	150	90	200	250	210	130

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de SEaD, 2016.

São demonstradas no quadro 8, logo abaixo, as ofertas de vagas para o curso de Pedagogia, elencando seus respectivos polos presenciais.

Quadro 8. Oferta de vagas para o Curso de Licenciatura em Pedagogia UAB-UFSCar

Curso de Pedagogia							
Polo / Vagas ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
São Carlos	50	-	40	-	50	-	-
Igarapava	50	-	40	-	50	-	25
Itapetininga	-	-	-	-	50	-	50
Itapevi	50	-	40	50	25	-	41
Jales	50	-	40	25	25	-	-
São José dos Campos 2	50	-	40	25	50	25	-
Apiáí	-	50	-	-	-	-	-
Jandira	-	50	-	25	-	-	-
Itapeçerica da Serra	-	50	-	-	-	-	-
Bálsamo	-	50	-	25	-	25	-
Tarumã	-	50	-	50	-	25	42
Cubatão	-	-	-	-	-	25	-
Jaú	-	-	-	-	-	50	50
Guarulhos	-	-	-	-	-	50	49
Total	250	250	200	200	250	200	257

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de SEaD, 2016.

No quadro 9, consegue-se visualizar as vagas ofertadas pela UAB-UFSCar para o curso de Sistemas de Informação.

Quadro 9. Ofertas de vagas para o Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação UAB-UFSCar

Sistemas de Informação							
Polo / Vagas ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Itapevi	50	-	30	50	50	30	25
Jandira	50	-	30	50	-	-	-
Jales	-	-	-	-	25	30	-
Osasco	50	-	30	-	-	-	-
São Carlos	50	-	30	25	25	30	-
Tarumã	50	-	30	25	-	-	-
Igarapava	-	50	-	-	25	-	-
São José dos Campos 1	-	50	-	50	25	30	-
São José dos Campos 2	-	50	-	-	-	-	39
Apiáí	-	50	-	-	-	-	-
Jaú	-	-	-	-	-	-	40
Franca	-	-	-	-	-	-	40
Total	250	200	150	200	150	120	144

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SEaD, 2016.

No decorrer deste capítulo, foram apresentados os principais aspectos relacionados à UAB-UFSCar, bem como os cursos de graduação ofertados pela instituição. Com a descrição destas informações, percebe-se a relevância de uma pesquisa que reúna dados sobre o fomento deste programa governamental e compare-o com recursos relacionados à educação para planejamento na viabilidade de ofertas futuras de turmas. No próximo capítulo, é destacada a bibliografia sobre o tema de financiamento nas IPES.

4 EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA A DISTÂNCIA E FINANCIAMENTO

As pesquisas sobre as Instituições Públicas de Ensino Superior vêm atualmente abrangendo vários enfoques e contribuições. Na sequência, será realizada uma revisão das análises de autores sobre o tema abordado.

Nos estudos realizados por Polidari (2009), Sobrinho (2010), Bittar, Oliveira e Morosini (2008) os autores discutem a Educação Pública de Ensino Superior, realizando avaliações sobre o ensino e a abrangência das políticas públicas educacionais.

Polidari (2009) ressalta o desenvolvimento do processo de avaliação da educação superior brasileira no que diz respeito à sua concepção, por meio da trajetória percorrida e as ações implantadas no país no ano de 2008. Sobrinho (2010) estabelece um eixo entre as principais políticas de avaliação e as transformações da educação superior brasileira, concebidas e praticadas nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.

Bittar, Oliveira e Morosini (2008) são organizadores de uma obra de reflexão da rede acadêmica de pesquisa sobre a educação superior e avaliam este panorama discutindo, analisando e avaliando o impacto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996) na educação superior.

As contribuições nas obras de Pires (2001), Mill e Carmo (2012) e Behr e Costa (2014), apoiam o estudo da Educação Pública Superior, focando a EaD.

Pires (2001) discute o crescimento dos usos Educação à Distância - EAD - pelas Instituições de Ensino Superior - IES e as alternativas das universidades públicas no desenvolvimento de novas tecnologias educacionais. O autor ressalta a importância do uso de softwares livres, dirigidos à democratização digital e à ampliação da escala social de suas ações educacionais.

Na pesquisa de Mill e Carmo (2012), são analisados os sistemas brasileiros e portugueses de educação a distância, identificando os principais desafios enfrentados por gestores de educação a distância (EaD).

O enfoque de gestão da EaD nas IES também é estudado por Behr; Costa (2014), com o objetivo de identificar como a EAD está estruturada nas Instituições Públicas Federais e Ensino Superior (IFES).

Os estudos de Mill et al. (2010) verificam a prática da gestão educacional na educação a distância (EaD) para melhor compreensão das particularidades e origens da

gestão em EaD. Assim como Penterich (2010) explora as competências organizacionais para ofertas de cursos EaD em IES.

Alonso (2010) analisa os documentos que instituem a educação a distância no Brasil, realizando um histórico da expansão da EaD em nível superior e destaca o Decreto que regulamenta a EaD, Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). A autora enfatiza dois aspectos: o relacionado à expansão da educação superior na modalidade a distância e, essa modalidade de ensino, por meio da gestão organizacional. Estes três estudos aprofundam o tema gestão na EaD.

O cálculo financeiro do custo-aluno nas IES é explorado nos estudos de Amaral; Pinto (2013) e Magalhães et al. (2010). Os primeiros autores analisam os recursos demandados para custear cada aluno de graduação de uma IES por categoria administrativa: federal, estadual e municipal, privada e filantrópica. Magalhães et al. (2010) apuram o custo por aluno no ensino de graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Pinto (2002) colabora com os estudos sobre Educação ao realizar um ensaio das principais medidas tomadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso com reflexos no financiamento da educação. Neste período estudado pelo autor, verifica-se a aprovação de leis com forte impacto no financiamento da educação, como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e o Plano Nacional de Educação. Pinto (2002) coloca que o governo do presidente estudado ressalta que os recursos já existentes para a Educação eram suficientes, apenas necessitavam de aperfeiçoamento.

Experiências analisando as fontes de financiamentos das Instituições de Educação Superior (IES) podem ser estudadas nos trabalhos de: Corbucci; Marques (2003), Velloso; Marques (2005) e Amaral (2008). Estes autores discutem o comportamento de despesas das IPES, enfatizando as receitas próprias, e tratam das Fundações de Apoio Institucionais (FAI) da educação superior como órgão alternativo para geração e contabilização de recursos. Amaral (2008) analisa, ainda, as origens do financiamento das IFES.

Fabrino (2010); Duarte; Oliveira (2012) e Franca (2013) estudam o repasse dos recursos públicos despendidos pelo Ministério da Educação (MEC) para a Educação Pública Superior nos primeiros quinze anos iniciais do século XXI.

Fabrino (2010) realiza uma análise e demonstra o financiamento demandado às Universidades Federais, além de elaborar uma percepção sobre a consolidação e expansão – 2011-2020 dos recursos envolvidos.

Franca (2013) analisa a política educacional realizada no sistema público de ensino. Faz estudos relevantes sobre o Plano Nacional da Educação (PNE) e a meta estabelecida de aplicação de 10% do PIB em educação, a ser atingida de maneira gradual em 10 anos, além de investigar a capacidade de financiamento do ano de 2013 e apontar alternativas de financiamento para a área.

Duarte; Oliveira (2012) produzem uma pesquisa com o objetivo de investigar o orçamento de instituições federais de ensino superior (IFES), englobando as políticas públicas e ações do Governo Federal, e apresentam a evolução histórica do orçamento destinado à Universidade Federal de Goiás (UFG).

Diante do exposto, é possível consolidar os principais tópicos dos estudos apresentados anteriormente, abrangendo a área desta pesquisa, conforme segue quadro com panorama geral:

Quadro 10. Estudos, focando EaD nas IES

	Obra/ Autor (es)	Linha de Pesquisa	Assunto
1	Polidari (2009)	Educação Superior	Instrumentos e Programas para avaliação da Educação Pública Superior.
2	Sobrinho (2010)	Educação Superior	Políticas de avaliação e as transformações da educação superior brasileira nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva.
3	Bittar; Oliveira; Morosini (2008)	Educação Superior	O impacto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB na educação superior.
4	Pires (2001)	EaD na Educação Superior	EaD nas Instituições de Ensino Superior.
5	Mill; Carmo (2012)	EaD na Educação Superior	Gestores da EaD em IES no Brasil e em Portugal.
6	Behr; Costa (2014)	EaD na Educação Superior	Como a EAD está estruturada nas Instituições Públicas Federais e Ensino Superior (IFES).
7	Mill et al. (2010)	Gestão na EaD	Verificam a prática da gestão educacional na educação a distância (EaD).
8	Penterich (2010)	Gestão na EaD em IES	Competências organizacionais para ofertas de cursos EaD em IES.
9	Alonso (2010)	Gestão na EaD em IES	Expansão e gestão da EaD em IES.
10	Amaral; Pinto (2013)	Custo-aluno nas IFES.	Análise dos recursos demandados para custear cada aluno de graduação de uma IES por categoria administrativa.
11	Magalhães et al. (2010)	Custo-aluno nas IFES.	Custo por aluno no ensino de graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

(Continua a seguir)

(Continuação do Quadro 10)

12	Pinto (2002)	Leis com impacto no Financiamento Educacional.	Estudo sobre a aprovação de leis com forte impacto no financiamento da educação, como a LDB, o FUNDEF e o Plano Nacional de Educação.
13	Corbucci; Marques (2003)	Fontes de Financiamento nas IES	Estudo das Fontes de recursos da Universidade de Brasília – UnB e as Fundações como fontes alternativas de recursos à IFES.
14	Velloso; Marques (2005)	Fontes de Financiamento nas IES	Estudo das Fontes de recursos da Universidade de Brasília – UnB.
15	Amaral (2008)	Fontes de Financiamento nas IES	As origens do financiamento das IFES
16	Fabrino (2010)	Repasse de Recursos do MEC para as IES.	O financiamento das Universidades Federais e a percepção sobre a consolidação e expansão dos recursos nos anos de 2011 a 2020.
17	Franca (2013)	Repasse de Recursos do MEC para as IES.	Estuda o Plano Nacional da Educação (PNE) o trabalho, investiga a capacidade de financiamento do ano de 2013 e aponta alternativas de financiamento para a área.
18	Duarte; Oliveira (2012)	Repasse de Recursos do MEC para as IES.	Os autores apresentam a evolução histórica do orçamento destinado à Universidade Federal de Goiás (UFG).

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados extraídos dos estudos relacionados na tabela.

Conforme apresentado no quadro 10, muitos autores contribuem para o estudo da EaD na Educação Pública Superior. Alguns estudiosos investigaram alternativas institucionais para fontes de financiamentos e quatro autores realizaram estudos sobre repasses do MEC para as IES, apresentando dados e percepções. Estes últimos estudos, colocados pelos autores Fabrino (2010), Duarte e Oliveira (2012) e Franca (2013) são as bases de interesse à questão apresentada neste trabalho.

4.1 REPASSES DE RECURSOS DA UAB PARA AS IES

Alonso (2010) ressalta em seu estudo que IES públicas, devido à forma de financiamentos dos projetos de cursos a distância, os alunos da EaD são excluídos da matriz orçamentária das instituições de ensino superior público e os programas nesta modalidade, em sua grande maioria, não são instituídos na entidade de ensino superior. O autor ressalta que uma das particularidades do financiamento para o aluno de EaD é o fato de o reembolso ser restrito aos anos de integralização de um curso. A possibilidade de que os alunos da EaD

sejam respeitados em seus ritmos e tempos de aprendizagem não é realizada, isto gera diferenças significativas entre o aluno do presencial e o do não presencial, cabendo aos alunos da EaD, na maioria das vezes, simplesmente cursar o que lhes é proposto como currículo.

Alonso (2010) explica de forma sucinta como são alocados os recursos de bolsas do Sistema UAB:

“Como os cursos de EaD demandam muito mais professores que os contratados nas vagas destinadas especificamente para essa modalidade, os professores para aí atuarem recebem bolsas que variam de R\$ 900 a R\$ 1.200, dependendo de sua formação e experiência na área. O problema é que na maioria das IES públicas o trabalho remunerado não é computado na carga horária semanal dos professores. Assim, o trabalho despendido nos cursos de EaD não aparece nos sistemas de controle das IES ou do Ministério da Educação. Neste caso, a distorção é perversa, já que o trabalho com a EaD implica pouco ou nenhum benefício de longo prazo para as instituições que trabalham com esta modalidade. Além disso, a expansão da oferta de cursos na EaD redundando em sobrecarga de trabalho dos professores, refletindo na forma pela qual se faz o atendimento aos alunos” (ALONSO, 2010, p. 1329).

Silva (2012) ressalta ser grande o número de docentes das IES atualmente comprometidos com os cursos de graduação da EaD; entretanto, para estes professores os créditos ofertados na EaD não são contabilizados como créditos obrigatórios, por sua vez, as disciplinas são consideradas como atividades concomitantes por não estarem institucionalizadas. A autora completa que a institucionalização tem sido foco de discussões entre os Coordenadores da UAB das esferas Federais, Estaduais e dos Institutos, por meio de grupos de trabalhos com orientação da Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em UFSCar (2010), é apontado o início do processo de institucionalização por meio da inclusão da regulamentação e das normas acadêmicas da Educação a Distância no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) na Universidade Federal de São Carlos. É considerada, também, traços de fortalecimento educacional no campo científico da Educação a Distância, a realização das três edições dos eventos internacionais promovidos pela Secretaria de Educação a Distância (SEaD) e realizados na Universidade Federal de São Carlos: o Simpósio Internacional de Educação a Distância (SIED) e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância (EnPED). Estes dois eventos ocorreram de forma conjunta e sequencial no mês de setembro de 2012, 2014 e 2016, reunindo pesquisadores do Brasil e do exterior em torno de debates sobre Educação a Distância.

Na Resolução do ConsUni (2006), especificamente no 3º artigo, ressalta-se a condição da criação e oferta dos cinco cursos de graduação da UAB-UFSCar pela instituição em contrapartida da liberação e repasse de recursos pelo Governo Federal.

Conforme colocado por Behr e Costa (2014), o financiamento dos cursos no Sistema UAB pode ser ilustrado pela Tabela abaixo, a qual demonstra a Universidade Aberta do Brasil (UAB) como principal fonte de recursos das Universidades Federais, seguida do aporte de recursos de outros órgãos públicos. Os autores verificam que a oferta de cursos pagos pelos discentes está presente em poucas universidades federais.

Tabela 1. Fonte de Financiamento IES

Fonte de financiamento	Frequência
Financiados pela UAB	93,10%
Financiados por outros órgãos públicos	48,30%
Financiados por recursos próprios da Universidade	34,50%
Financiados pela Una – SUS	20,70%
Financiados pela Rede e-TeC	17,20%
Financiados pelos discentes	6,90%

Fonte: Behr; Costa, 2014.

De acordo com Brasil (2016), o financiamento no Sistema UAB às Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) ocorre via fomento, que pode ser entendido como um estímulo para promover o desenvolvimento – ocorrido por meio de Termos de Cooperação. Estes fomentos podem ser classificados em duas modalidades:

I Bolsa: para Coordenadores, Professores e Tutores;

II Custeio/Capital: para atender elementos de despesas necessários à criação, ao desenvolvimento e manutenção de cursos.

O pagamento do fomento de bolsas é realizado diretamente pela CAPES, através do Sistema de Gestão de Bolsas (SGB).

UFSCar (2010) apresenta as etapas da liberação e pagamento das bolsas da instituição e coloca como sendo um processo não muito simples por envolver vários órgãos governamentais, compreendendo os seguintes passos:

1º O bolsista entrega o formulário para cadastramento (documento padrão diferenciado por categoria: coordenador, professor e tutor para todas as IES, estabelecido pela CAPES) juntamente com os comprovantes na instituição para cadastramento no

sistema. É colocado pelos autores que este cadastramento, apesar de não ser difícil, é minucioso e requer atenção;

2° Todos os comprovantes são checados e avaliados para que o procedimento seguinte possa ocorrer. Após o cadastramento, o mesmo é homologado, sendo um processo relativamente rápido, já que atualmente é feito tudo pela universidade, via assinatura digital. Toda a documentação do cadastramento fica sob a responsabilidade da instituição ofertante dos cursos, responsável por homologar os cadastros;

3° Após a homologação, o bolsista já está apto a entrar para a folha de liberação de bolsas dos cursos contemplados na instituição.

Segundo UFSCar (2010), na SEaD há o envio por ofício pelos coordenadores de curso até o décimo dia útil de cada mês, para recebimento no próximo mês. É exposto de modo exemplificativo pelos autores: uma liberação significa que o bolsista ao entregar sua documentação no final de fevereiro, por exemplo, após o fechamento do pagamento do mês de fevereiro, a ser recebido em março, só entrará para a folha de liberação de bolsas em março e sua bolsa só será recebida em abril.

4° Ao término da liberação pela universidade, a DED-CAPES autoriza e envia para o banco, que tem a prerrogativa de disponibilizar a bolsa na conta em 5 dias úteis após o envio. Importante frisar que a abertura de pagamento do lote é a mesma para todas as instituições pertencentes ao Sistema UAB. Segue quadro 11 consolidando os processos apresentados anteriormente para maior compreensão:

Quadro 11. Etapas de liberação e pagamento de bolsa CAPES

Agente	Processo
Bolsista	1° Entrega de documentos para cadastro no SGB.
IES	2° Conferência dos documentos, cadastro e homologação do bolsista no SGB. 4° Liberação da bolsa e envio de solicitação à CAPES
Secretaria de Curso	3° Envio de ofício pela coordenação do curso solicitando liberação de pagamento ao bolsista.
CAPES	5° Liberação de pagamento ao banco do bolsista.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de UFSCar, 2010.

Segue, abaixo, o quadro 12 com dados consolidados sobre o demonstrativo de pagamento de bolsas do Programa Universidade Aberto do Brasil, conforme conta no Relatório da DED – CAPES do ano de 2015, relatado em Brasil (2016c):

Quadro 12. Histórico de pagamentos de bolsas DED 2006-2015

Programa	Ano Referência	Quantidade de Bolsas	Valor
UAB	2006	55	R\$ 12.000,00
UAB	2007	10.199	R\$ 8.757.700,00
UAB	2008	81.306	R\$ 63.388.200,00
UAB	2009	160.958	R\$ 126.646.600,00
UAB	2010	225.410	R\$ 203.164.975,00
EAD - MOÇAMBIQUE	2011	87	R\$ 92.365,00
UAB		286.345	R\$ 321.049.115,00
PROFBIO		46	R\$ 55.200,00
PROFMAT		9.844	R\$ 11.664.000,00
TOTAL 2011		296.322	R\$ 332.860.680,00
EAD - MOÇAMBIQUE	2012	167	R\$ 181.990,00
PRO - UC		34.263	R\$ 14.131.330,00
UAB		270.115	R\$ 251.506.500,00
PROFBIO		430	R\$ 546.300,00
PROFMAT		23.564	R\$ 29.761.800,00
TOTAL 2012		328.539	R\$ 296.127.920,00
EAD - MOÇAMBIQUE	2013	224	R\$ 233.085,00
PROFÍSICA		1.307	R\$ 1.759.500,00
PRO-UC		6.026	R\$ 3.998.515,00
SECADI		7.794	R\$ 7.345.090,00
UAB		271.862	R\$ 255.010.045,00
PROFBIO		749	R\$ 1.066.350,00
PROLETRAS		4.201	R\$ 5.902.500,00
PROFMAT		26.893	R\$ 38.403.300,00
TOTAL 2013		319.056	R\$ 313.718.385,00
EAD - MOÇAMBIQUE	2014	476	R\$ 493.090,00
PROFARTES		815	R\$ 1.222.500,00
PROFBIO		420	R\$ 630.000,00
PROFHISTORIA		630	R\$ 945.000,00
PROFÍSICA		4.261	R\$ 6.352.500,00
PROFLETRAS		9.280	R\$ 13.920.000,00
PROFMAT		22.562	R\$ 33.429.300,00
SECADI		5.580	R\$ 5.355.085,00
UAB		293.977	R\$ 276.359.150,00
TOTAL 2014		338.001	R\$ 338.706.625,00

(Continua a seguir)

(Continuação do Quadro 11)

EAD - MOÇAMBIQUE	2015	162	R\$ 174.055,00
PROFARTES		1.919	R\$ 2.878.500,00
PROFBIO		69	R\$ 103.500,00
PROFHISTORIA		1.464	R\$ 2.196.000,00
PROFISICA		6.160	R\$ 9.240.000,00
PROFLETRAS		14.401	R\$ 21.601.500,00
PROFMAT		19.946	R\$ 29.919.000,00
SECADI		2.505	R\$ 2.368.535,00
UAB		284.451	R\$ 269.397.885,00
TOTAL GERAL		1.759.846	R\$ 1.683.383.085,00

Fonte: Brasil, 2016c.

Segundo Brasil (2016c), através dos dados relativos no quadro supracitado, é possível verificar a expansão do financiamento de bolsas entre 2006 e 2015. O relatório ressalta que as Diretorias de Educação a Distância e de Formação de Professores para a Educação Básica compartilham as mesmas ações orçamentárias (0000 e 20RJ).

Brasil (2016c) aponta que ao término do repasse de recursos, a Diretoria de Educação a Distância da CAPES realiza visitas técnicas (exceto no ano de 2015, pois não houve visita aos polos presenciais, devido ao contingenciamento de recursos) e procede à análise frequente dos sistemas de gestão com o objetivo de acompanhar a execução dos recursos. Após a celebração de convênios e a realização das descentralizações, as IES são classificadas pela DED de acordo com a Lei de Pareto 80/20, em função do volume de recursos recebidos.

Uma ferramenta utilizada na classificação das instituições é a Lei de Pareto, que segundo Costa (2011) foi uma das mais relevantes contribuições do estudioso Vilfredo Pareto. A lei de Pareto, conhecida como Lei 80/20, determina que na maioria dos fenômenos conhecidos, 80% das ocorrências originam-se de 20% das causas. O autor demonstra tal regra ao fazer um cálculo em que 80% das riquezas da Itália estavam nas mãos de 20% das famílias mais ricas, traçando um diagrama. Outros exemplos da aplicação dessa lei são: 20% dos clientes são responsáveis por 80% das vendas, ou então, 80% de descobertas científicas se originam de 20% dos cientistas.

4.2 CÁLCULO DOS REPASSES FINANCEIROS PARA UAB-UFSCAR

Ouriques et al.(2012) pontuam que as principais fontes de financiamento da EaD são os recursos governamentais, em que a dotação orçamentária consiste na principal fonte de recursos financeiros para a EaD no Brasil. Os autores ressaltam ser comum que os valores orçados sejam limitados e dificultem projetos de expansão ou realização de eventos extracurriculares nos cursos ofertados.

Conforme Brasil (2016d), o financiamento das ofertas dos cursos do Sistema UAB eram, até 2012, realizados através de planilhas eletrônicas, com flexibilidade para negociação junto ao gestor financeiro representante na CAPES. A planilha eletrônica verificava a demanda quantitativa dos cursos e a negociação do coordenador de cada instituição junto ao gestor financeiro da CAPES era possível demonstrar as particularidades de cada IES.

A partir de 2013, a negociação se inicia via SiSUAB. Em Brasil (2016d), é relatado que todo o cálculo financeiro de custeio para desembolso anual à IES obedecia aos devidos eixos:

- Despesas da Gestão EaD: objetivando a implantação e estruturação dos cursos para acompanhamento dos gestores institucionais do núcleo UAB.
 - I – Acompanhamento de Polos e Cursos;
 - II – Apoio Acadêmico aos Cursos;
 - III – Equipe Multidisciplinar;
 - IV – Coordenações.

- Despesas para oferta do Curso: parâmetro de custeio para efetivar as disciplinas e logística dos cursos.
 - I – Encontros Pedagógicos;
 - II – Produção e Reprodução de Material Didático;
 - III – Produção/Revisão de Material Didático;
 - IV – Oferta do Curso;
 - V – Estágio Supervisionado;
 - VI – Orientação de trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Estes parâmetros de Fomento englobam os anos iniciais do Sistema UAB até 2014 e podem ser revisados detalhadamente no Anexo 1 deste estudo.

De acordo com Brasil (2016c), a Diretoria de Educação a Distância iniciou como parte de sua estratégia de desempenho operacional, desde 2011, um trabalho objetivando apresentar melhores resultados na utilização dos recursos financeiros, além de alcançar maior número de alunos nas IES com a aplicação de menor volume de recursos financeiros de fomento. Em 2014, após apresentar este trabalho na reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), estudo realizado com a participação das IES e com a representação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (Forplad), foi concluído, dando origem, assim, à Matriz de Fomento para a UAB. Desse modo, o custo operacional por aluno, obtido a partir desse estudo, passou a ser utilizado nos fomentos aos cursos UAB.

A partir do ano de 2014, passa-se a redefinir novos parâmetros de negociação e, no ano de 2015, o parâmetro de Financiamento das ofertas dos cursos do Sistema UAB adequou-se ao valor aluno ativo no SiSUAB de R\$ 861,60 (Oitocentos e sessenta um reais e sessenta centavos), conforme pode ser visualizado no Anexo 2 do trabalho.

Retomam-se, aqui, a partir do aporte teórico apresentado, aspectos fundamentais desta pesquisa: analisar os recursos de custeio destinados à UAB-UFSCar no período de 2006 a 2015, comparando - os aos recursos destinados ao Programa Universidade Aberta do Brasil e ao Ministério da Educação. Serão apresentados dados para habilitar o planejamento de ações futuras para gestão da EaD na UFSCar, a partir dos coletados de documentos oficiais dos órgãos e da IPES.

Buscando instrumentar o estudo, discorreremos nos próximos parágrafos sobre o conceito de Plano Plurianual (PPA).

O Plano Plurianual é uma lei, de iniciativa do Poder Executivo, que deve estabelecer, “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL, 1988). É possível afirmar por meio das declarações de Paulo (2014) que:

“A Constituição Federal atribuiu ao Plano Plurianual um papel central de organização da ação do Estado, uma vez que submete a elaboração dos demais documentos de planejamento e orçamento às suas disposições” (PAULO, 2010, p.172).

De acordo com Paulo (2014, p. 173), o Plano Plurianual deve estabelecer a ligação entre objetivos indicativos de Estado, presentes em um planejamento de longo prazo;

políticas de governo, de médio prazo, e, finalmente, realização dos gastos previstos pelo orçamento anual.

Com o intuito de consolidar as informações relevantes ao estudo apresentado, segue quadro 13 com um resumo sobre o referencial teórico exposto na pesquisa.

Quadro 13. Dados sobre o referencial teórico

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Governo	Governo 1 1º Mandato		Governo 1 2º Mandato				Governo 2 1º Mandato			Governo 2 2º Mandato	
PPA	Plano Brasil de Todos			Desenvolvimento com Inclusão e Educação de Qualidade			Brasil sem Miséria				
Agência de Fomento do Sistema UAB	FNDE					CAPES					
Modo de Negociação no Sistema UAB	Planilha Eletrônica							SiSUAB			
Parâmetro de Financiamento do Sistema UAB	Financiamento através de ações e categorias.									Custo aluno ativo	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

No quadro 13, utilizando-se como padrão os anos estudados, consolidaram-se alguns pontos relevantes, que serão relacionados e elencados nas análises de representação gráfica e estatística para possíveis resultados de pesquisa.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo, é apresentado o método da pesquisa empregado neste trabalho. Inicialmente, faz-se a classificação da pesquisa quanto à natureza, às abordagens metodológicas e aos procedimentos adotados. Posteriormente, as etapas da pesquisa são demonstradas.

5.1 ESPECIFICAÇÃO DA PESQUISA

Nesse estudo, deseja-se analisar os recursos de custeio destinados à UAB-UFSCar no período de 2006 a 2015. Deste modo, o presente trabalho caracteriza-se quanto aos propósitos como uma *pesquisa exploratória e descritiva*.

De acordo com Ganga (2012), pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar a primeira compreensão sobre um problema pouco analisado, amplo e desconhecido, tornando-se difícil de formular hipóteses sobre o fenômeno. Morosi et al. (2003) afirmam que a pesquisa é exploratória, quando há pouco estudo anterior e porque tem como objetivo procurar padrões, ideias ou hipóteses (não irá testar hipóteses), possibilitando a familiarização com o problema, tornando-o mais explícito, ao permitir a formulação de novas hipóteses, sendo possível um planejamento de gestão flexível.

Ganga (2012), explica que pesquisas descritivas envolvem a análise de fenômeno para melhor defini-lo ou diferenciá-lo, visando estabelecer relações entre variáveis.

“A pesquisa é descritiva na medida em que busca descrever o comportamento dos fenômenos e é usada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p.13).

Pode-se caracterizar o presente estudo quanto à natureza dos resultados como uma *pesquisa aplicada*. Morosi et al. (2003) explicam que este tipo de pesquisa objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida. Ganga (2012) completa a definição de pesquisa aplicada ao mencionar que esta procura gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, ao envolver verdades e interesses locais.

Como serão utilizados dados quantificáveis na coleta de informações e no tratamento estatístico, o método de pesquisa quanto à abordagem do problema, ou seu nível de aprofundamento pode ser caracterizado como uma pesquisa *quantitativa*, sendo considerado que os dados possam ser quantificáveis; ou seja, será traduzido em números, opiniões e

informações para classificá-las e analisá-las, por meio do uso de recursos e de técnicas estatísticas (MOROSI et al., 2003).

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, cuja estratégia consiste na investigação dos desembolsos financeiros dos órgãos estudados, em que se procura descrever e analisar a articulação e efetivação dos aportes de recursos, que abrangem a gestão para os cursos de graduação do Sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Em comparação aos dados secundários de acesso público das outras duas instâncias: o Ministério da Educação e o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

No tocante ao procedimento adotado para a coleta de dados, esta pesquisa pode ser classificada como *documental e bibliográfica*. De acordo com Morosi et al. (2003), a pesquisa documental é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, *video-tape*, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros.

Os autores Morosi et al.(2003) afirmam que uma pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas; isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa.

Para a realização da análise dos dados, foi utilizado o método da estatística descritiva, chamado de gráfico Temporal ou Sequencial. De acordo com Neto (2014), o gráfico temporal mostra a evolução de uma variável ao longo do tempo, é criado da mesma forma que o digrama de dispersão, sendo possível a união de pontos consecutivos.

De modo sucinto, podemos caracterizar esta pesquisa quanto aos diferentes critérios de classificação, conforme quadro 14 abaixo:

Quadro 14. Classificação da Pesquisa

Quanto à natureza							
Básica				Aplicada			
Quanto à forma de abordagem							
Quantitativa				Qualitativa			
Quanto aos seus objetivos							
Exploratória			Descritiva			Explicativa	
Quanto aos procedimentos técnicos (coleta de dados)							
Bibliográfica	Documental	Experimental	Levantamento	Estudo de caso	Expost-facto	Ação	Participante

Fonte: Adaptado de Silva (2015, p.73).

5.2 SELEÇÃO, COLETA DE DADOS E DEFINIÇÃO DA PESQUISA

Para realização das análises dos dados, foram coletadas as informações financeiras das instituições públicas de 2006 a 2015, compreendendo o início do Programa Universidade Aberta do Brasil até o último ano completo para análise disponível no momento da coleta de dados.

Para identificar quais os valores dos recursos liberados para financiamento, realizou-se uma pesquisa de levantamento de dados com documentos disponibilizados pela SEaD; como Nota de Crédito descentralizada para a instituição pela CAPES; como os Relatórios de Gestão do órgão, demonstrativos anuais de despesa e receita do FNDE e informações coletadas do diário oficial. Para os recursos analisados nos demonstrativos orçamentários anuais referentes ao MEC, foram utilizados valores de dotação orçamentária e despesas liquidadas. Segundo Brasil (2017b), pode-se denominar como dotação orçamentária toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos. No caso do estudo, são recursos destinados à Educação de Nível Superior. E ainda, segundo o mesmo autor, despesa liquidada é tida como despesa concretizada ou investimentos realizados.

Para o estudo das informações coletadas, procedeu-se a uma análise via representações dos gráficos da série histórica dos dados analisados, chamada de análise da representação gráfica dos valores relativos da UAB-UFSCar em relação à UAB e ao MEC no período analisado.

Neste estudo foram utilizados, mediante a natureza das variáveis contínuas, testes não paramétricos, por não se ter certeza de estarem reunidas as condições definidas por Bryman e Cramer (2002, p.115), para que as variáveis pudessem ser sujeitas a testes paramétricos. Para tal, teriam de cumprir três condições:

1. O nível ou a unidade de medida esta definida em intervalos equivalentes;
2. A distribuição da população é normal;
3. As variâncias das variáveis são homogêneas.
4. Poucos dados, não haver certeza da distribuição, testes de normalidades serem afetados.

O instrumento estatístico foi o teste Mann-Whitney, que de acordo com Rodrigues (2005, p.134) é utilizado para determinar se a distribuição de valores de ambos os lados da mediana é igual para duas amostras independentes. Ou seja, compara o centro de localização de duas amostras como forma de detectar diferenças entre as localizações.

O teste de Mann-Whitney foi utilizado para duas amostras independentes.

- A hipótese a ser testada era:

H_0 : Se a Mediana é igual nos períodos 1 e 2;

H_1 : Se a Mediana do período 1 é maior do que a Mediana do período 2.

Para o teste realizado, foi considerado o nível de significância de 95%, ou seja, a hipótese H_1 é aceita, se $p\text{-valor} < 0,05$.

No quadro 15, foram consolidados os testes realizados e apresentada a justificativa dos períodos selecionados para realização das análises.

Quadro 15. Segmentação para períodos analisados

Teste	Período	Motivo
1	2006-2010 x 2011-2015	Início do Sistema UAB até mudança de governo. Governo 1 em comparação ao governo 2.
2	2006-2011 x 2012-2015	Início do Sistema UAB até mudança de Plano Plurianual, compreendendo 1º Plano Plurianual em comparação ao 2º Plano Plurianual.
3	2006-2012 x 2013-2015	Período 1 compreende o início de negociação de custeio UAB via planilha eletrônica e período 2 a negociação inicia-se através do SiSUAB.
4	2006-2013 x 2014-2015	Início do Sistema UAB no período 1 em relação ao início de estudo de adequação de parâmetro de negociação no período 2.
5	2007-2011 x 2012-2015	Início da oferta dos cursos do Sistema UAB na UFSCar até mudança de Plano Plurianual. Plano Plurianual 1 em comparação ao Plano Plurianual .
6	2007-2010 x 2011-2015	Início da oferta dos cursos do Sistema UAB na UFSCar até mudança de governo. Governo 1 em comparação ao governo 2.
7	2007-2012 x 2013-2015	Início da oferta dos cursos do Sistema UAB na UFSCar via planilha eletrônica e período 2 a negociação inicia-se através do SiSUAB.
8	2007-2013 x 2014-2015	Início da oferta dos cursos do Sistema UAB na UFSCar no período 1 em relação ao início de estudo de adequação de parâmetro de negociação no período 2.
9	2008-2011 x 2012-2015	Comparação entre Planos Plurianuais. Plano Plurianual 2 em comparação ao Plano Plurianual 3.
10	2008-2012 x 2013-2015	Período 1 compreende início de Plano Plurianual até ano final de negociação de recursos UAB via planilha eletrônica e período 2, a negociação inicia-se através do SiSUAB.
11	2008-2013 x 2014-2015	Período 1 compreende início de Plano Plurianual e período 2 compreende anos de estudo e implantação do parâmetro de fomento através de custo-aluno.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Deve-se destacar que os valores apresentados para estudo foram capitalizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O IPCA é o índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias, contratadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir de julho/99 (BRASIL, 2017).

Segue quadro 16, sintetizando as etapas da pesquisa, apresentadas anteriormente:

Quadro 16. Protocolo para Pesquisa

Visão geral do projeto para pesquisa	
Elemento	Caracterização
Questões principais da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Em que medida ocorre a articulação e proporção entre os recursos públicos destinados à educação e a EaD nas diferentes esferas? - Diante do cenário político atual, partindo da análise do diagnóstico estatístico financeiro quais as melhores estratégias de gestão para intervenção estrutural de políticas públicas institucionais para EaD? - Os recursos destinados para custeio, nos últimos 10 anos, à UAB-UFSCar são proporcionais aos recursos recebidos para financiamento da UAB e MEC?
Objetos de análise	<ul style="list-style-type: none"> - UFSCar: Sistema Universidade Aberta do Brasil na UFSCar, através da Secretaria Geral de Educação a Distância – SEaD ; - MEC e CAPES (UAB): serão fontes de consulta de dados secundários públicos para efeitos de comparação de realidades dentre os três desembolsos federais; - No MEC serão explorados os dados públicos referentes aos repasses de recursos para custeio do governo federal ao ministério da Educação. - Na CAPES serão explorados os dados públicos referentes aos recursos repassados para fomento de custeio da Diretoria de Educação a Distância (DED) mais especificamente os destinados ao Sistema.
Recorte de tempo	Janeiro de 2006 a dezembro de 2015.
Local	UFSCar, <i>campus</i> São Carlos (SP, Brasil); MEC; CAPES: Brasília (DF, Brasil): dados institucionais online, dados públicos em meios virtuais, repositórios de informações institucionais; bibliotecas virtuais; e contatos a distância.
Eixos temáticos que serão abordados na bibliografia da dissertação	Educação de Ensino Público Superior, Educação Superior nos programas de governos de 2006 a 2016, Educação Superior a Distância no Brasil, Universidade Aberta do Brasil, Panorama dos cursos da UAB no Brasil, Educação Superior a Distância na Universidade Federal de São Carlos, Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD), Oferta de cursos de graduação da UAB-UFSCar, Educação Superior EaD e Financiamento, Repasses de recursos de custeio para UAB-UFSCar e Cálculo dos repasses financeiros para UAB-UFSCar.
Autores	Aporte teórico
CARVALHO, C. H. A. FERREIRA, S.	Políticas para o Ensino Superior.
SCHWARTZMAN, J. e SCHWARTZMAN, S.	Políticas Públicas e avaliação educacional.
POLIDARI, M. M.	Processo de avaliação da educação superior.
GOMES, L. F. PIRES, H. F.	Introdução da EaD nas IES no Brasil.
FERREIRA, S. SEGENREICH, S. C. D.	Sistemas nacionais da UAB e panorama histórico.

(Continua a seguir)

(Continuação do Quadro 15)

CARBUCCI, P. R. OURIQUES, R. N. R. et al.	Financiamento educacional da educação superior no Brasil e o Sistema UAB.
AMARAL, N. C.	Avaliação e Financiamento educacional das IES
AMARAL, N. C. e PINTO J. M. R. Magalhães et al.	Pesquisa de custo-aluno institucional.
BEHR, A. e COSTA, C.F.	EaD e Educação Superior, pesquisa aplicada sobre Método Survey.
CORBUCCI, P. R. e MARQUES, P. M. VELLOSO, J. e MARQUES, P. M. F.	Fontes de Financiamento das IFES: estudo sobre as Fundações de Apoio.
DUARTE, C. S. e OLIVEIRA, T. S. M. FABRINO, R. J. G.	Panorama orçamentário, financiamentos e investimentos ao setor público educacional das IFES.
FRANÇA, M. P.	Indicadores para capacidade de financiamento atual nacional
Procedimentos	
PRIMEIRA ETAPA	
1. Investigação teórica e coleta de dados pertinentes à educação em âmbito global a partir de publicações a fim de caracterizar o ambiente externo das universidades federais no que tange às políticas públicas federais a partir de um mapeamento histórico legal e dos programas de incentivo do governo federal;	
2. Caracterizar com profundidade a educação ligada à gestão da EaD e internamente à EaD na UFSCar. As outras duas instituições federais (MEC e CAPES) serão analisadas a partir de dados secundários públicos, com vistas a identificar a o panorama geral da gestão destes órgãos a partir do envolvimento das instâncias competentes;	
3. A partir do levantamento anterior, para cada órgão analisado, realizar uma caracterização setorial quanto à estrutura organizacional a partir da identificação dos atores envolvidos no desembolso de financiamento ligados à EaD.	
SEGUNDA ETAPA	
4. Revisão de informações preliminares e coleta de dados dos desembolsos aos órgãos no período estudado.	
TERCEIRA ETAPA	
5. Proceder à tabulação e análise da representação gráfica e estatística dos conteúdos dos dados coletados;	
QUARTA ETAPA	
6. Realizar um diagnóstico de gestão educacional, envolvendo os parâmetros das instâncias Federais, a partir de indicadores vinculados às dimensões estratégicas, identificadas ao longo da pesquisa.	

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são descritos todos os resultados obtidos com a aplicação dos procedimentos expostos no tópico anterior.

Na discussão dos resultados, foi realizada a apresentação inicial dos recursos anuais, coletados para cada órgão institucional.

Na tabela 2, pode ser verificado o orçamento do Ministério da Educação através das despesas efetivadas no período e para possibilitar maior amplitude de análise foi completado na tabela o valor estimado (dotação) para Educação Superior dos anos analisados.

Tabela 2. MEC: Despesas com o Ensino Superior - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – período de 2006 a 2015

ANO	DOTAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS ^{4(a+b)}	# ENTRE DESPESAS DOTADAS E LIQUIDADAS
2006	R\$ 16.014.918.567,44	R\$ 19.977.490.373,45	25%
2007	R\$ 18.743.179.375,71	R\$ 22.837.600.360,67	22%
2008	R\$ 19.996.918.092,53	R\$ 23.135.143.528,80	16%
2009	R\$ 24.083.826.883,67	R\$ 27.520.385.761,00	14%
2010	R\$ 24.017.408.581,92	R\$ 27.793.403.884,54	16%
2011	R\$ 26.826.050.951,80	R\$ 30.165.400.294,28	12%
2012	R\$ 29.708.526.442,86	R\$ 31.441.410.704,84	6%
2013	R\$ 31.982.615.988,34	R\$ 35.475.871.748,89	11%
2014	R\$ 33.206.177.917,29	R\$ 36.003.507.388,46	8%
2015	R\$ 33.234.693.020,00	R\$ 29.246.001.460,00	-12%

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do INEP, 2017.
Nota: Capitalizado pelo IPCA, acumulado no ano de 2006 a 2015.

Em primeiro lugar, verifica-se que os valores das despesas liquidadas obtidos nesta pesquisa, em termos absolutos, foram mais elevados que a dotação do orçamento estimado ao MEC. É possível detectar que houve uma exceção no ano de 2015, o qual apresentou um declínio na despesa efetivada de 12% em relação ao estimado para o ano.

O aumento do investimento executado em relação ao valor orçado nos anos estudados é de aproximadamente 20% ao ano.

Na tabela 3, pode ser visualizado o recurso para financiamento executado pelo governo federal ao Sistema Universidade Aberta do Brasil nos anos de 2006 a 2015.

⁴ a + b em que: a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64 e b) despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Tabela 3. UAB: Recurso executado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil no período de 2006 a 2015

ANO	RECURSO EXECUTADO (CUSTEIO + CAPITAL)	BOLSAS	EXECUTADO CUSTEIO+BOLSAS
2006	R\$ 268.026.800,02	R\$ 20.609,83	R\$ 268.047.409,86
2007	R\$ 161.679.155,04	R\$ 14.400.409,41	R\$ 176.079.564,45
2008	R\$ 241.137.096,18	R\$ 98.423.144,22	R\$ 339.560.240,40
2009	R\$ 306.851.199,78	R\$ 188.519.554,60	R\$ 495.370.754,38
2010	R\$ 401.654.827,24	R\$ 285.572.082,71	R\$ 687.226.909,95
2011	R\$ 332.747.948,35	R\$ 423.729.576,66	R\$ 756.477.525,01
2012	R\$ 202.691.010,23	R\$ 313.658.975,43	R\$ 516.349.985,66
2013	R\$ 154.139.173,80	R\$ 300.281.672,28	R\$ 454.420.846,08
2014	R\$ 166.282.781,70	R\$ 305.846.671,31	R\$ 472.129.453,01
2015	R\$ 27.527.032,00	R\$ 269.397.885,00	R\$ 296.924.917,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Brasil, 2016c.

Nota: Capitalizado pelo IPCA acumulado no ano de 2006 a 2015.

Observando o quadro 17, percebe-se o valor elevado para custeio nos anos iniciais da implementação do Sistema UAB nas universidades, mantendo-se aumentado até o ano de 2010. Comparando o recurso de custeio com as bolsas, é possível constatar o investimento em custeio superior a 45% ao recurso alocado em bolsas até o ano de 2010.

Nota se que o valor despendido em bolsa para a UAB, em valores absolutos, obteve ascensão continuada até 2010, havendo uma relativa estabilidade nos anos seguintes.

No valor total executado (custeio e bolsas) para o Sistema UAB, nota-se um quadro crescente de 2011, havendo posteriormente um decréscimo contínuo.

A tabela 4 apresenta os resultados de financiamento do governo para o Sistema UAB-UFSCar, em que estão reportados os recursos para custeio descentralizados à instituição e valores relativos ao pagamento de bolsas, gerenciado pelo SGB.

Tabela 4. UAB-UFSCar: Recurso executado pela UFSCar através do Sistema Universidade Aberta do Brasil no período de 2006 a 2015

ANO	RECURSO EXECUTADO (CUSTEIO + CAPITAL)	BOLSAS	EXECUTADO CUSTEIO+BOLSAS
2006	R\$ 0,00	R\$ 2.060,98	R\$ 2.060,98
2007	R\$ 3.390.181,98	R\$ 613.493,58	R\$ 4.003.675,57
2008	R\$ 4.551.303,93	R\$ 5.841.119,11	R\$ 10.392.423,04
2009	R\$ 5.607.429,17	R\$ 6.497.363,56	R\$ 12.104.792,73
2010	R\$ 4.175.277,52	R\$ 6.369.608,32	R\$ 10.544.885,85
2011	R\$ 5.264.474,88	R\$ 8.643.110,72	R\$ 13.907.585,60
2012	R\$ 12.031.048,72	R\$ 9.054.857,40	R\$ 21.085.906,13
2013	R\$ 8.063.896,35	R\$ 7.121.770,72	R\$ 15.185.667,07
2014	R\$ 796.824,00	R\$ 6.988.439,76	R\$ 7.785.263,76
2015	R\$ 410.000,00	R\$ 4.741.970,00	R\$ 5.151.970,00

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Diário Oficial da União e Sistema de Gestão de Bolsas (SGB – FNDE e CAPES), 2006 a 2015.

Nota: Capitalizado pelo IPCA, acumulado no ano de 2006 a 2015.

Na tabela 4, detecta-se que no ano de 2006 não houve investimento em custeio, tendo em vista que a primeira de graduação do Sistema UAB-UFSCar teve início com o vestibular ocorrido no ano de 2007. Nos anos posteriores, o recurso executado de custeio e capital apresentou-se estável, com elevado acréscimo em 2012, havendo um declínio pontual nos anos subsequentes.

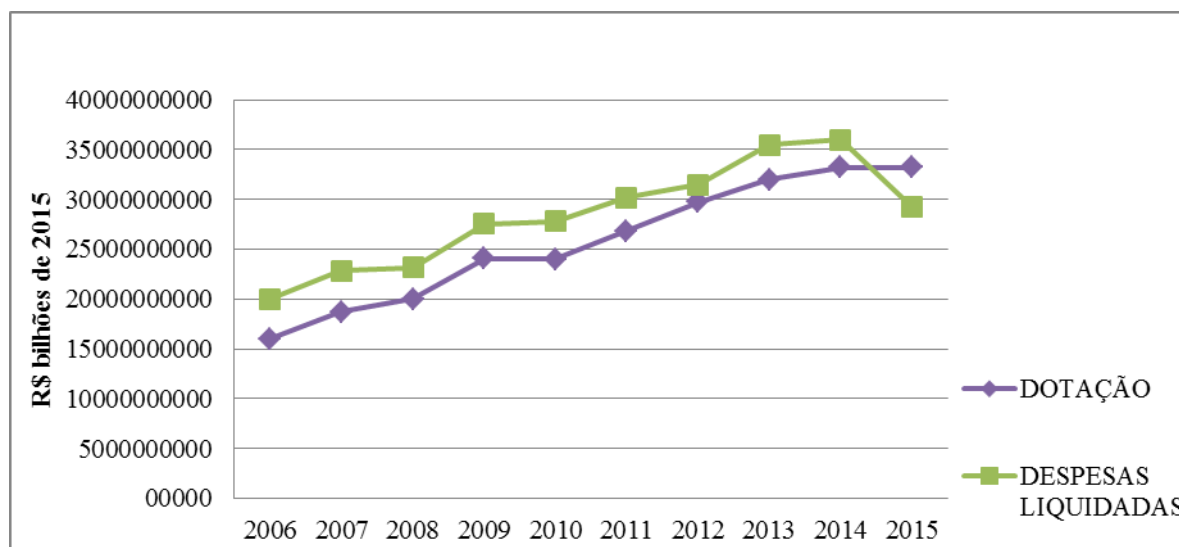
A tabela 4 apresenta o recurso absoluto em bolsas da UAB-UFSCar nos anos estudados, contínuo e linear, não apresentando oscilações relevantes.

É observado, na tabela 4, que o valor total executado de financiamento na UAB-UFSCar, em valores relativos, possui ascensão até 2013 e queda no ano seguinte de aproximadamente 50% do valor total, anteriormente financiado.

6.1 ANÁLISE VIA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

A seguir, apresentam-se os dados gráficos obtidos via resultado dos estudos dos valores coletados e demonstrados no tópico anterior.

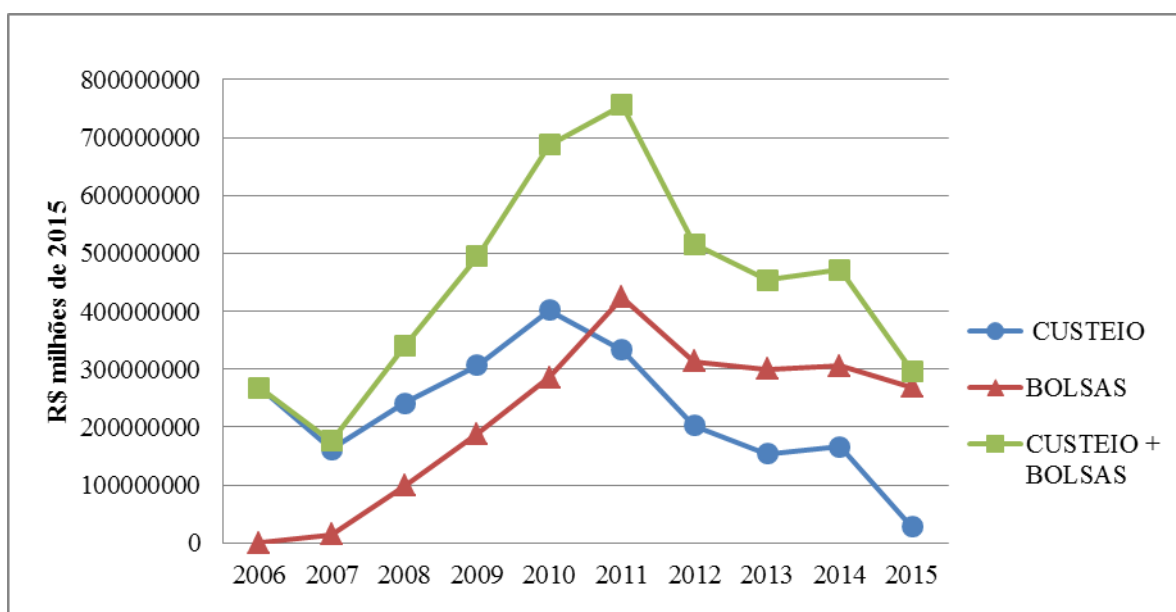
A primeira análise é demonstrada no gráfico 1, expondo o investimento realizado pelo governo na educação de nível superior nacional.

Gráfico 1 – Financiamento do MEC: 2006 a 2015

No gráfico 1, visualiza-se a ascensão de investimentos executados em relação ao estimado para a educação de nível superior nos anos estudados, destacando-se o ano de 2015 como ponto descontínuo deste evento.

É possível constatar graficamente a homogeneidade no financiamento destinado ao MEC para as IES.

O gráfico 2 retrata, através da imagem gráfica, o investimento do governo federal no Sistema UAB desde a criação do programa até o ano de 2015.

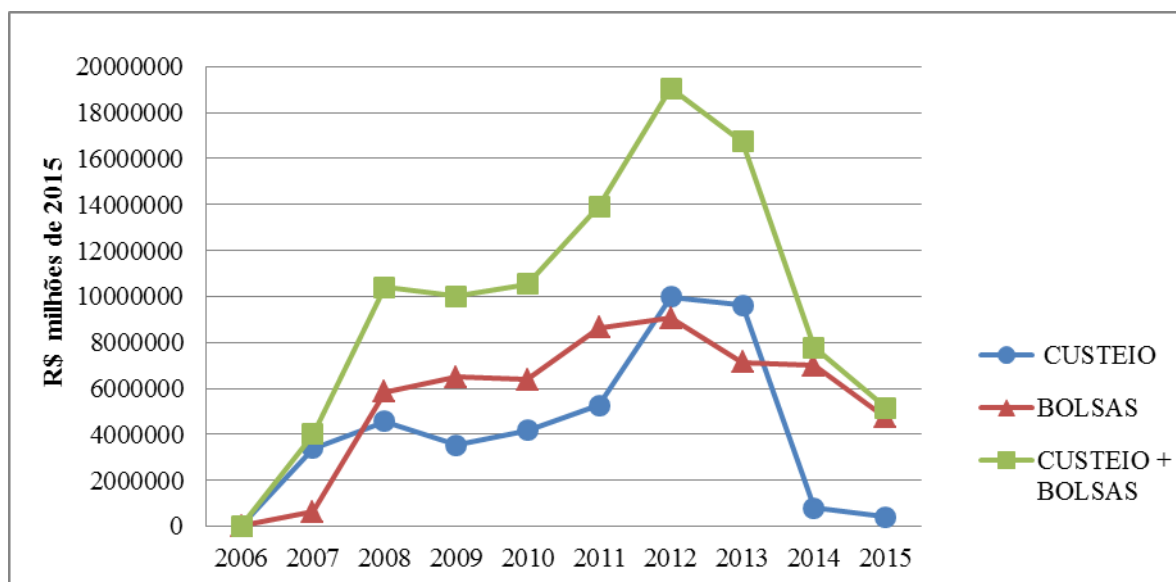
Gráfico 2– Financiamento do Sistema UAB: 2006 a 2015

O gráfico 2 exprime, como ponto relevante, o aumento de investimento no Sistema UAB até 2011 e declínio do valor total financiado nos anos seguintes.

Um segundo aspecto relevante é o aumento de investimento em bolsas de estudos e a continuidade do investimento nesta categoria. Por sua vez, observa-se a descontinuidade da despesa de custeio no Sistema UAB e a escassez desta alínea.

No gráfico 3, apresenta-se o comportamento de financiamento em âmbito institucional, demonstrando graficamente o percurso realizado dos recursos recebidos da UAB-UFSCar.

Gráfico 3– Financiamento da UAB-UFSCar: 2006 a 2015



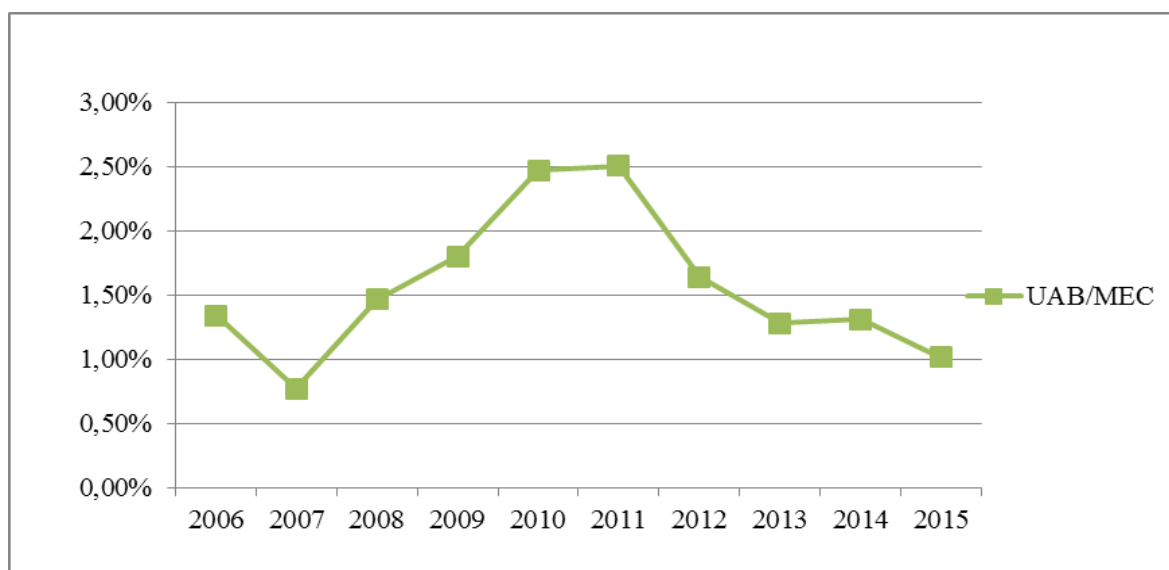
Observa-se, no gráfico 3, o financiamento no Sistema UAB-UFSCar com ápice no ano de 2012, alcançando este impacto através do aumento relativo no recurso de custeio, o qual não acompanha este crescimento nos anos subsequentes.

Da mesma forma, é importante notar que o financiamento via bolsas UAB-UFSCar possui valores crescentes, havendo uma descontinuidade somente no ano de 2015.

Conforme metodologia especificada no capítulo anterior, foram aplicadas as análises gráficas comparativas entre os órgãos financiados pelo governo federal: MEC, UAB e UAB-UFSCar e, a partir do gráfico 4, serão analisados comparativamente os desembolsos entre as instituições, por meio de gráficos percentuais, .

No gráfico 4, comparam-se, percentualmente, os recursos de financiamento anual do MEC e da UAB, podendo ser verificados os resultados relatados na sequência.

Gráfico 4– Recursos do MEC e UAB: proporção de financiamento da UAB em relação ao montante de recurso do MEC para Nível Superior

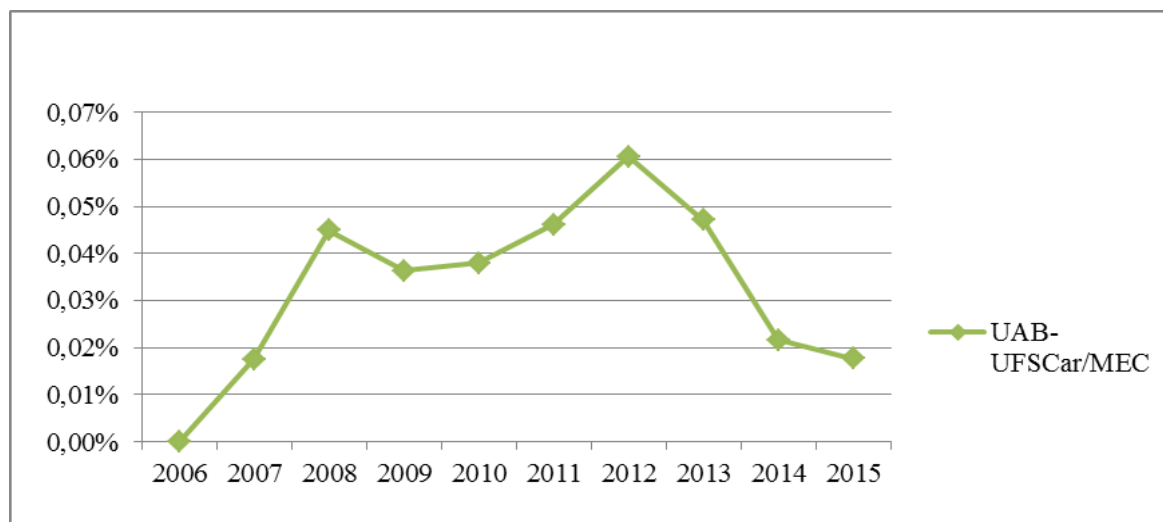


Pelos resultados do gráfico 4, pode-se verificar um aumento gradativo no financiamento da UAB em relação ao financiamento total dos recursos do MEC para IES. O percentual de 2,5% mantém-se nos anos de 2010 e 2011, ocupando nestes anos o pico do montante de despesas dispendidas ao Sistema UAB.

Finalmente, no gráfico 4, é exposto o declínio no financiamento ao Programa a partir do ano de 2012, opondo ao crescente investimento no ensino superior recebido pelo MEC no mesmo período, conforme apresentado no gráfico 1.

No gráfico 5, pode ser visualizada a comparação percentual dos recursos investidos no Sistema UAB-UFSCar em relação ao montante total executado de recursos do MEC para a IES.

Gráfico 5 – Recursos do MEC e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar em relação ao montante de recurso do MEC para Nível Superior

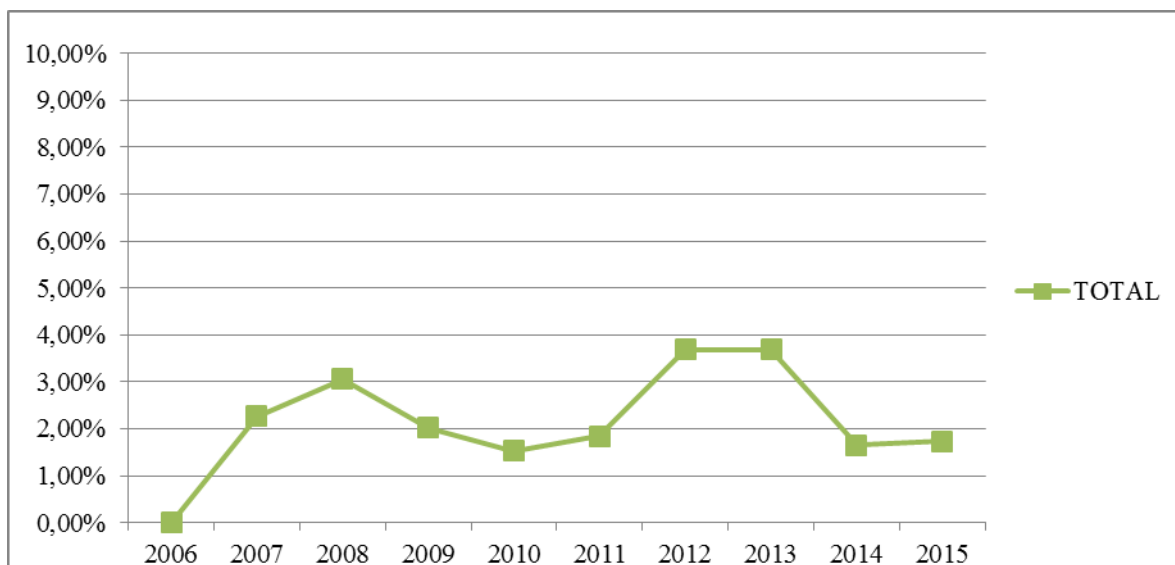


Pela análise dos resultados percentuais apresentada no gráfico 5, é possível verificar que o montante destinado ao financiamento UAB-UFSCar é inferior a 1% do montante despendido do MEC.

O investimento comparado no gráfico 5 entre os órgãos estudados é ascendente, percentualmente, até o ano de 2012, período em que ocorre uma queda de investimento na UAB-UFSCar, índice que não se aplica ao MEC, conforme explicitado anteriormente.

Para concluir a análise da representação gráfica comparativa entre os órgãos, é apresentado, a seguir, o estudo da investigação dos recursos executados para financiamento da UAB-UFSCar em relação à UAB. Esta pesquisa é demonstrada em gráficos separados por natureza de recurso (custeio, bolsas e total), conforme exposto em seguida.

Gráfico 6– Recursos da UAB e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar em relação ao montante de recurso destinado ao Sistema UAB



Primeiramente, é importante considerar que o financiamento da UAB-UFSCar em relação ao financiamento total UAB apresenta oscilações em praticamente quase todo o período de 2006 a 2015, obtendo seu maior desempenho e continuidade apenas nos anos de 2012 e 2013.

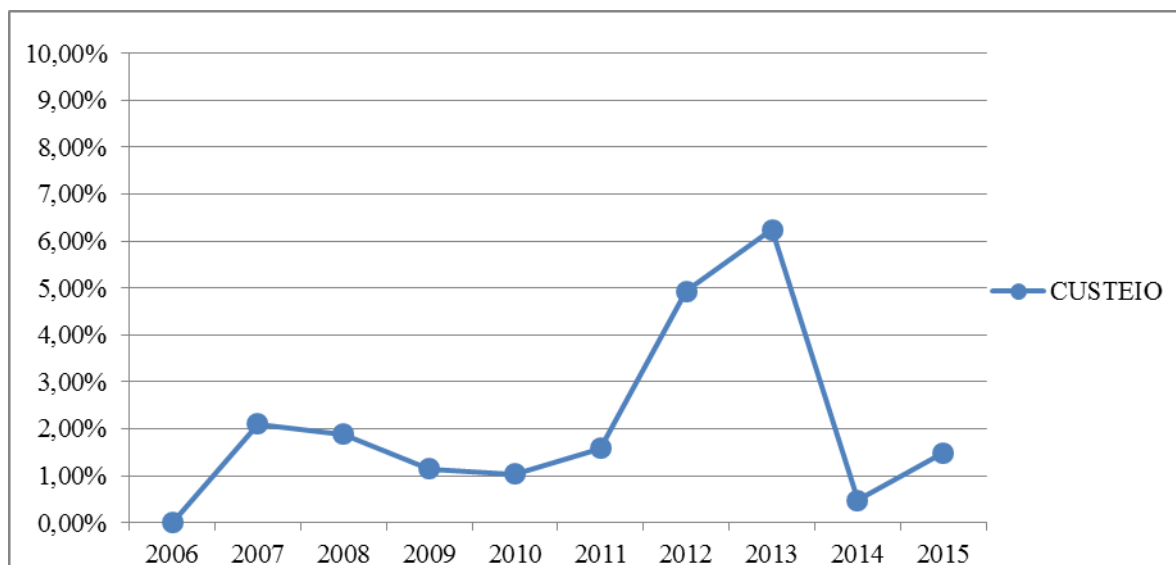
Observa-se que no ano de 2006 não houve investimento considerável à instituição da UAB-UFSCar.

Em 2014, ocorreu queda de financiamento em aproximadamente 50%, comparado ao ano anterior, e estabilidade de investimento nos anos subsequentes, 2014 e 2015.

Nos gráficos demonstrados a seguir serão analisados, por alínea, os recursos da UAB-UFSCar, comparando-se primeiramente este valor com o total de financiamento da mesma alínea no Sistema UAB e outra confrontação das alíneas (custeio e bolsas) com o valor total de despesa da UAB.

Por meio desta comparação, é possível analisar o percentual de relevância das alíneas: custos e bolsas no montante de investimento da mesma alínea no Sistema UAB e no total geral de recurso dispendido ao Programa.

Gráfico 7– Recursos da UAB e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar de custeio em relação ao montante de recurso de custeio destinado ao Sistema UAB



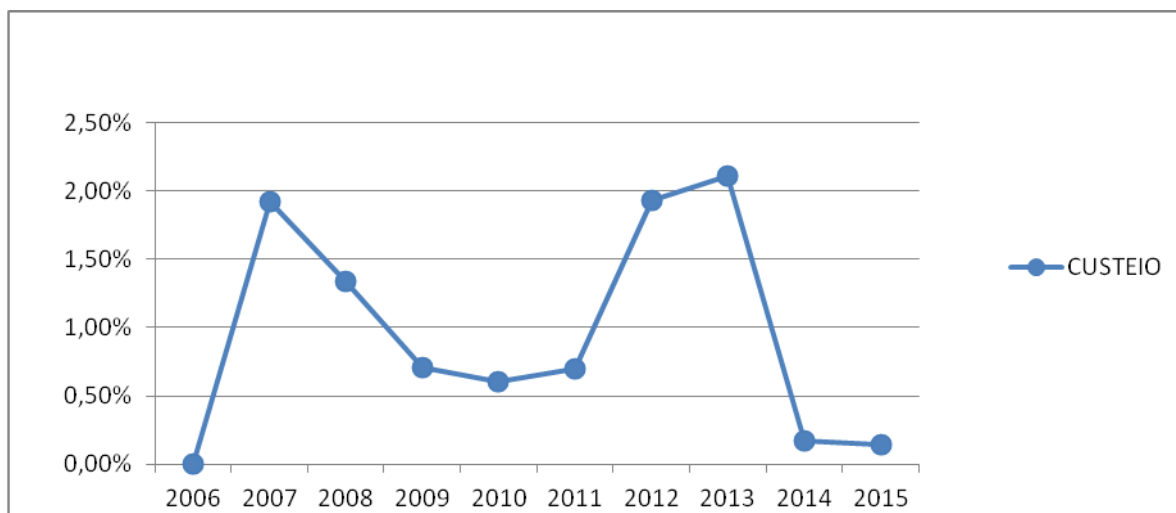
O custeio da UAB-UFSCar, de acordo com a imagem comparativa do gráfico 7, configurou-se como aproximadamente 2% em relação ao custeio total da UAB no decorrer dos 6 primeiros anos do programa. O aumento e ápice de 2013 não apresentaram continuidade no ano seguinte.

O resultado analisado no parágrafo acima pode ser associado ao cenário das negociações da UAB-UFSCar no ano de 2013, o qual apresentava o maior número de turmas de graduação em andamento no período estudado, item importante para o cálculo do valor de custeio, que tinha como parâmetro, conforme já apresentado na seção 4.2: número de alunos ativos, distância de polos, número de material didático e equipe multidisciplinar.

No ano de 2014, é possível visualizar a queda no percentual de custeio da UAB-UFSCar, podendo ser atribuído ao novo parâmetro de financiamento, exposto no item 4.2. Este considera o número de aluno ativo, sendo calculado como custo-aluno nas IES; importante destacar para o cálculo anual que ocorre diminuição do valor de custeio, subtraindo os alunos formados do ano anterior.

No gráfico 8, compara-se o custeio da UAB-UFSCar ao montante total da UAB.

Gráfico 8 – Recursos da UAB e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar de custeio em relação ao montante total de recurso destinado ao Sistema UAB

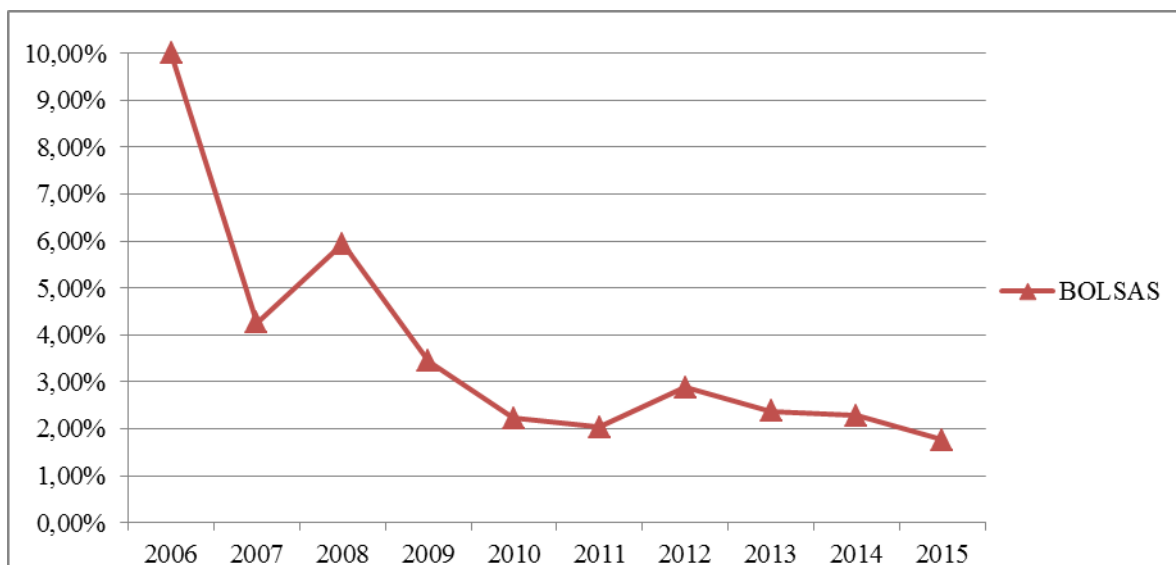


Pela análise do gráfico 8, é possível verificar o impacto de 2% do recurso de custeio da UAB-UFSCar no financiamento total da UAB, e confirma-se o resultado do gráfico 7 referente ao valor aumentado de recurso descentralizado nos anos de 2012 e 2013.

Um segundo destaque é observado no ano de 2007. No gráfico anterior, não é perceptível a relevância do financiamento destinado à UAB-UFSCar do montante de custeio total da UAB, mas em comparação com o total despendido da UAB, este ano apresenta alto valor de investimento institucional.

No gráfico 9, compara-se o valor de financiamento despendido em bolsas de estudos para a UAB-UFSCar, comparando percentualmente ao montante destinado às bolsas do Sistema UAB.

Gráfico 9 – Recursos da UAB e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar de bolsa em relação ao montante de recurso de bolsa destinado ao Sistema UAB

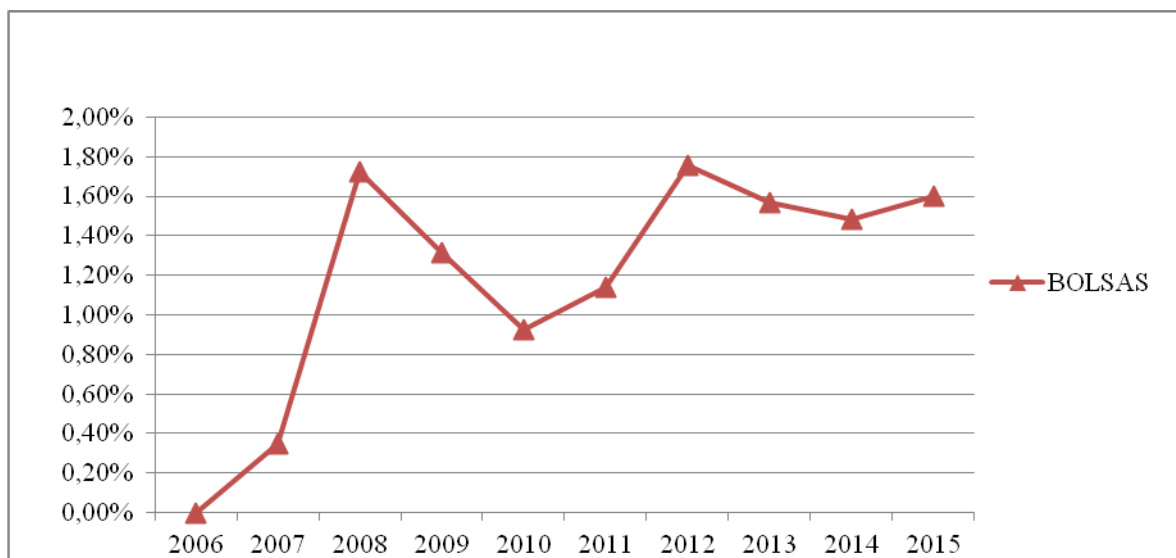


O gráfico 9 resulta do valor total de bolsas da UAB-UFSCar, comparado ao total de bolsas da UAB, é relevante o declínio acentuado nessa fonte de financiamento do Sistema UAB destinado à UFSCar.

É possível considerar que, mesmo havendo um declínio na alínea de bolsas, este item é superior percentualmente ao item custeio dos gráficos 7 e 8, podendo se apresentar como a alínea com maior relevância e estabilidade de fomento da UAB-UFSCar.

Finalmente, no gráfico 10, obtém-se o estudo comparativo do valor de financiamento despendido em bolsas de estudos para a UAB-UFSCar, comparando-se percentualmente ao montante destinado total de recursos do Sistema UAB.

Gráfico 10 – Recursos da UAB e UAB – UFSCar: proporção de financiamento da UAB – UFSCar de bolsa em relação ao montante total de recurso destinado ao Sistema UAB



Observando o gráfico 10, é possível verificar que o montante de bolsas destinado à UAB-UFSCar não ultrapassa 2% do valor total de financiamento da UAB; este valor é estável e constante ao longo do estudo.

O quadro 17 discorre sobre as análises das representações gráficas expostas neste tópico.

Quadro 17. Análise da representação gráfica comparativa dos órgãos: MEC, UAB e UAB-UFSCar

Gráfico	Comparação de Financiamento	Pontos Relevantes	Hipótese
1	MEC	Valor executado superior ao valor estimado.	Investimento superior ao previsto na educação de ensino superior.
2	UAB	Investimento crescente no Sistema UAB até 2011.	Mudança de plano plurianual do governo federal
3	UAB-UFSCar	Crescimento contínuo em investimento até 2013.	Repasse da desaceleração de investimentos no Sistema UAB ao âmbito institucional.
4	MEC e UAB	Declínio no financiamento ao Sistema UAB, a partir do ano de 2012, opondo ao crescente investimento no ensino superior recebido pelo MEC.	Readequação de Políticas Públicas governamentais.

(Continua a seguir)

(Continuação do Quadro 16)

5	MEC e UAB-UFSCar	O montante destinado ao financiamento UAB-UFSCar é inferior a 1% do montante despendido do MEC e declínio a partir de 2012 em investimento na UAB-UFSCar em oposição ao investimento no MEC.	Readequação de Políticas Públicas governamentais.
6	UAB e UAB-UFSCar	O financiamento da UAB-UFSCar em relação ao financiamento total UAB apresenta oscilações em praticamente quase todo o período de 2006 a 2015, obtendo seu maior desempenho e continuidade apenas nos anos de 2012 e 2013.	UAB-UFSCar apresentou até 2012 em crescente abertura de turmas e, consequentemente, aumento de vagas na IES, consolidando se o Programa.
7	UAB Custeio e UAB-UFSCar Custeio	O custeio da UAB-UFSCar, apresentou se aproximadamente 2% em relação ao custeio total da UAB ao decorrer dos 6 primeiros anos do programa. O aumento e ápice de 2013 não obtiveram continuidade no ano seguinte.	UAB-UFSCar com maior número de turmas em 2013, garantido maior repasse de custeio para a IES neste ano.
8	UAB Total e UAB-UFSCar Custeio	O impacto de 2% do recurso de custeio da UAB-UFSCar no financiamento total da UAB, confirmando o valor aumentado de recurso descentralizado nos anos de 2012 e 2013. O ano de 2007 pode ser considerado um ano de alto valor de investimento institucional.	UAB-UFSCar recebeu valor significativo de investimento para início do Programa na instituição.
9	UAB Bolsas e UAB-UFSCar Bolsas	Demonstra o valor total de bolsas da UAB-UFSCar comparado ao total de bolsas da UAB, nesta análise é relevante o declínio acentuado nesta fonte de financiamento do Sistema UAB destinado à UFSCar.	Bolsas é superior percentualmente ao item custeio dos gráficos 7 e 8, podendo se apresentar como a alínea com maior relevância e estabilidade de fomento da UAB-UFSCar.
10	UAB Total e UAB-UFSCar Bolsas	Verifica-se que o montante de bolsas destinado à UAB-UFSCar não ultrapassa 2% do valor total de financiamento da UAB, este valor é estável e constante ao longo do estudo.	Valor de bolsas constante que "garante" as finalizações das turmas em andamento da UAB-UFSCar.

Fonte: Elaborado pela autora.

6.2 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Foi utilizado um teste não paramétrico, considerando a quantidade reduzida de dados devido às características da análise exploratória, que objetiva a validade do teste para verificar tendências.

O teste realizado foi o de Mann-Whitney para duas amostras independentes.

- A hipótese a ser testada era:

H_0 : Se a Mediana é igual nos períodos 1 e 2;

H_1 : Se a Mediana do período 1 é **maior** do que a Mediana do período 2.

Ressaltando que, para os testes a seguir, foi considerado o nível de significância de 95%; ou seja, a hipótese H_1 é aceita, se p -valor $< 0,05$.

Outras hipóteses foram testadas para o mesmo conjunto de dados.

Tabela 5. Teste Estatístico: Período 2006-2010 x 2011-2015

Período	Variável	p-valor	Interpretação da Hipótese
2006-2010 x 2011-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,347208	Aceita H_0
2006-2010 x 2011-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,047203	Rejeita H_0
2006-2010 x 2011-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,464703	Aceita H_0
2006-2010 x 2011-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,754023	Aceita H_0
2006-2010 x 2011-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,117186	Aceita H_0
2006-2010 x 2011-2015	UAB/MEC	0,754023	Aceita H_0
2006-2010 x 2011-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,174526	Aceita H_0

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme seção 5.2, no quadro14, depois de testado o período relatado acima, a hipótese H_1 é confirmada para a variável Bolsa UAB-UFSCar em relação à verba destinada à Bolsa da UAB. Desde modo, é aceita a hipótese de que o período de 2006 a 2010 recebeu recurso para bolsa, maior que o período de 2011 a 2015 no Sistema UAB-UFSCar. O período de 2006-2011x2011-2015 foi testado, levando-se em consideração o período 1 ser compreendido pelo início do Sistema UAB até a mudança do governo 1 para o período do governo 2.

A mesma hipótese foi testada, conforme mencionado no quadro 14, no teste 2, para o seguinte período de 2006-2011 e 2012- 2015, o qual compreende o início do Sistema UAB até a mudança do Plano Plurianual. Neste teste 2 foi confirmada a hipótese H_0 , conforme tabela 6, que segue:

Tabela 6. Teste Estatístico: Período 2006-2011 x 2012-2015

Período	Variável	p-valor	Interpretação da Hipótese
2006-2011 x 2012-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,393769	Aceita H_0
2006-2011 x 2012-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,200826	Aceita H_0
2006-2011 x 2012-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,393769	Aceita H_0
2006-2011 x 2012-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,669816	Aceita H_0
2006-2011 x 2012-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,055010	Aceita H_0
2006-2011 x 2012-2015	UAB/MEC	0,200826	Aceita H_0
2006-2011 x 2012-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,393769	Aceita H_0

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro 14, teste 3, é possível verificar o período de 2006-2012 e 2013 – 2015. Período 1, inicia-se no ano de negociação do Sistema UAB através de planilha eletrônica e no período 2, a negociação começa a ser realizada através do SiSUAB. No teste 3 não foram encontradas amostras diferentes, conforme análise na tabela 7.

Tabela 7. Teste Estatístico: Período 2006-2012 x 2013-2015

Período	Variável	p-valor	Interpretação da Hipótese
2006-2012 x 2013-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,909269	Aceita H_0
2006-2012 x 2013-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,138478	Aceita H_0
2006-2012 x 2013-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,909269	Aceita H_0
2006-2012 x 2013-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,732440	Aceita H_0
2006-2012 x 2013-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,305060	Aceita H_0
2006-2012 x 2013-2015	UAB/MEC	0,087376	Aceita H_0
2006-2012 x 2013-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,909269	Aceita H_0

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme descrito no quadro 14, teste 4, foi verificado o período de 2006-2013 e 2014 – 2015. Período 1 utiliza a negociação através de ações e categorias e período 2, o início do estudo sobre custo-aluno. Neste teste nada foi encontrado, conforme análise da tabela 8.

Tabela 8. Teste Estatístico: Período 2006-2013 x 2014-2015

Período	Variável	p-valor	Interpretação da Hipótese
2006-2013 x 2014-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,296271	Aceita H ₀
2006-2013 x 2014-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,117186	Aceita H ₀
2006-2013 x 2014-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,296271	Aceita H ₀
2006-2013 x 2014-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,117186	Aceita H ₀
2006-2013 x 2014-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,433423	Aceita H ₀
2006-2013 x 2014-2015	UAB/MEC	0,191696	Aceita H ₀
2006-2013 x 2014-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,296271	Aceita H ₀

Fonte: Elaborado pela autora.

Segue tabela 9, contendo a análise realizada do período 2007-2011 e 2012 – 2015, conforme mencionado no quadro 14, teste 5, o qual é estudado por serem períodos de Planos Plurianuais diferentes. Nesta análise, não foi obtido resultado com variável maior.

Tabela 9. Teste Estatístico: Período 2007-2011 x 2012-2015

Período	Variável	p-valor	Interpretação da Hipótese
2007-2011x 2012-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,624206	Aceita H ₀
2007-2011x 2012-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,327188	Aceita H ₀
2007-2011x 2012-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,624206	Aceita H ₀
2007-2011x 2012-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	1,000000	Aceita H ₀
2007-2011x 2012-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,086412	Aceita H ₀
2007-2011x 2012-2015	UAB/MEC	0,220672	Aceita H ₀
2007-2011x 2012-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,624206	Aceita H ₀

Fonte: Elaborado pela autora.

A mesma hipótese foi testada para o período 2007-2010 e 2011-2015, quando se iniciam os cursos da UAB-UFSCar, compreendendo os períodos de mudança nos governos, mas não foi constatado nada relevante nos testes, conforme é possível visualizar na tabela 10.

Tabela 10. Teste Estatístico: Período 2007-2010 x 2011-2015

Período	Variável	p-valor	Interpretação da Hipótese
2007-2010x 2011-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,624206	Aceita H ₀
2007-2010x 2011-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,086412	Aceita H ₀
2007-2010x 2011-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,806496	Aceita H ₀
2007-2010x 2011-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,806496	Aceita H ₀
2007-2010x 2011-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,220672	Aceita H ₀
2007-2010x 2011-2015	UAB/MEC	0,806496	Aceita H ₀
2007-2010x 2011-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,327188	Aceita H ₀

Fonte: Elaborado pela autora.

A mesma hipótese foi analisada para o período 2007-2012 e 2013-2015, conforme teste 7, com o estudo compreendendo o ano do início da UAB-UFSCar e os períodos de diferentes formas de financiamentos: planilha eletrônica e SiSUAB, mas nada foi encontrado, conforme exposto na tabela 11.

Tabela 11. Teste Estatístico: Período 2007-2012 x 2013-2015

Período	Variável	p-valor	Interpretação da Hipótese
2007-2012x 2013-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,796254	Aceita H ₀
2007-2012x 2013-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,196707	Aceita H ₀
2007-2012x 2013-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,605577	Aceita H ₀
2007-2012x 2013-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,438579	Aceita H ₀
2007-2012x 2013-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,438579	Aceita H ₀
2007-2012x 2013-2015	UAB/MEC	0,121336	Aceita H ₀
2007-2012x 2013-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,605577	Aceita H ₀

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme tópico 5.2, a mesma hipótese está sendo testada para o período 2007-2013 e 2014-2015, que compõe o teste 8, de acordo com quadro 14, o qual analisa o início dos cursos da UAB-UFSCar e o estudo dos parâmetros para financiamento.

Para a hipótese H_1 : maior que, foi identificado que para a variável Custeio UAB-UFSCar/Total UAB foi aceito; ou seja, o primeiro período (2007-2013) tem mediana maior, conforme tabela 12.

Tabela 12. Teste Estatístico: Período 2007-2013 x 2014-2015

Período	Variável	p-valor	Interpretação da Hipótese
2007-2013x 2014-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,143236	Aceita H_0
2007-2013x 2014-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,143236	Aceita H_0
2007-2013x 2014-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,143236	Aceita H_0
2007-2013x 2014-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,040425	Rejeita H_0
2007-2013x 2014-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,558185	Aceita H_0
2007-2013x 2014-2015	UAB/MEC	0,241567	Aceita H_0
2007-2013x 2014-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,143236	Aceita H_0

Fonte: Elaborado pela autora.

A mesma hipótese está sendo testada para o período 2008-2011 e 2012-2015, período utilizado para comparar Planos Plurianuais.

Para a hipótese, em que temos a comparação da Mediana do período 1 é maior do que a Mediana do período 2, foi aceita H_1 para a variável UAB/MEC; ou seja, o primeiro período tem porcentagem maior da verba, conforme exposto na tabela 13.

Tabela 13. Teste Estatístico: Período 2008-2011 x 2012-2015

Período	Variável	p-valor	Interpretação da Hipótese
2008-2011x 2012-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,563703	Aceita H_0
2008-2011x 2012-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,563703	Aceita H_0
2008-2011x 2012-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,563703	Aceita H_0
2008-2011x 2012-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	1,000000	Aceita H_0
2008-2011x 2012-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,148916	Aceita H_0
2008-2011x 2012-2015	UAB/MEC	0,043309	Rejeita H_0
2008-2011x 2012-2015	UAB-UFSCar /MEC	1,000000	Aceita H_0

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a seção 5.2, quadro 14, teste 10, a mesma hipótese está sendo testada para o período 2008-2012 e 2013-2015, analisando-se o início do Plano Plurianual e as diferentes formas de negociação de fomento; planilha eletrônica e SiSUAB.

Novamente é aceita a hipótese H_1 para a variável UAB/MEC para a hipótese de maior que, conforme verificado na tabela 14 abaixo.

Tabela 14. Teste Estatístico: Período 2008-2012 x 2013-2015

Período	Variável	p-valor (Hipótese 2)	Interpretação da Hipótese
2008-2012x 2013-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,881498	Aceita H_0
2008-2012x 2013-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,296718	Aceita H_0
2008-2012x 2013-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,654721	Aceita H_0
2008-2012x 2013-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,456057	Aceita H_0
2008-2012x 2013-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,654721	Aceita H_0
2008-2012x 2013-2015	UAB/MEC	0,025348	Rejeita H_0
2008-2012x 2013-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,296718	Aceita H_0

Fonte: Elaborado pela autora.

Finalizando os testes da hipótese apresentada, aferimos o período 2008-2013 e 2014-2015, conforme consta na seção 5.2, teste11, que compara início de Plano Plurianual e anos de estudo e implantação do parâmetro de fomento através de custo-aluno.

O resultado é demonstrado na tabela 15, em que foi aceita a hipótese H_1 (maior que) para as variáveis Custeios UAB-UFSCar/Total UAB e UAB-UFSCar/MEC.

Tabela 15. Teste Estatístico: Período 2008-2013 x 2014-2015

Período	Variável	p-valor (Hipótese 2)	Interpretação da Hipótese
2008-2013x 2014-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /CUSTEIO UAB	0,182423	Aceita H_0
2008-2013x 2014-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,182423	Aceita H_0
2008-2013x 2014-2015	TOTAL UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,182423	Aceita H_0
2008-2013x 2014-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,045501	Rejeita H_0
2008-2013x 2014-2015	BOLSA UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,738883	Aceita H_0
2008-2013x 2014-2015	UAB/MEC	0,095582	Aceita H_0
2008-2013x 2014-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,045501	Rejeita H_0

Fonte: Elaborado pela autora.

Na tabela 16, são apresentadas as variáveis que ao serem testadas, entre todos os períodos mencionados no quadro 14, rejeitaram a H_0 ; ou seja, possuem período 1 maior que período 2 de financiamento.

Tabela 16. Testes Estatísticos: períodos que aceitaram H_1

Teste	Período	Variável	p-valor	Interpretação da Hipótese
1	2006-2010 x 2011-2015	BOLSA UAB-UFSCar /BOLSA UAB	0,047203	Rejeita H_0
8	2007-2013x 2014-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,040425	Rejeita H_0
9	2008-2011x 2012-2015	UAB/MEC	0,043309	Rejeita H_0
10	2008-2012x 2013-2015	UAB/MEC	0,025348	Rejeita H_0
11	2008-2013x 2014-2015	CUSTEIO UAB-UFSCar /TOTAL UAB	0,045501	Rejeita H_0
11	2008-2013x 2014-2015	UAB-UFSCar /MEC	0,045501	Rejeita H_0

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela 16 expõe os períodos que, por meio das análises estatísticas, apresentaram diferença nos períodos analisados. É possível verificar que os testes que apresentaram períodos diferentes de proporcionalidade de financiamento para UAB em relação ao MEC, testes 9 e 10, utilizam diferentes Planos Plurianuais, podendo se configurar como a principal resultante de diferencial em nível macro.

Os testes que apresentaram diferenças em proporcionalidades referentes à UAB-UFSCar, testes 8 e 11, conforme tabela 16, configuram-se em períodos analisados em que houve mudanças no modo de negociação de financiamento do Sistema UAB, da planilha eletrônica para o SiSUAB. É possível aferir deste resultado que o modo operacional influenciava no montante dispendido à instituição.

Por meio dos resultados apresentados na análise deste estudo, é possível traçar um paralelo com os principais trabalhos citados no referencial teórico desta pesquisa.

O estudo de Franca (2013), ao analisar os gastos públicos com educação, elencando os custos por categorias e esferas públicas, demonstra o recurso do governo federal destinado à educação, mas não é especificado o recurso dispendido para educação de nível superior. Este trabalho converge ao estudo apresentado, ao constatar o declínio nos investimentos nos níveis superiores da educação nacional.

Fabrino (2010) coloca os indicadores de financiamento da Educação Superior e inclui a Educação a Distância em sua análise. Este ponto se assemelha ao estudo realizado e confirma a análise apresentada no trabalho ao demonstrar o aumento de recursos destinados ao Ensino Superior no período estudado. Em seu trabalho faz uma projeção do número de alunos para 2020, e contempla o financiamento dos alunos nas IES, mas não há subdivisão por categorias, sendo impossível determinar o volume de recursos provisionado, por exemplo, para alunos de EaD. Com base nos achados do presente trabalho, em que se verifica a redução de recursos destinados ao financiamento do ensino a distância nas IES públicas, pode-se inferir que a projeção de alunos de Fabrino (2010) está superavaliada, considerando a perspectiva atual do Sistema UAB.

Duarte e Oliveira (2012) pontuam a expansão e financiamento das IES, colocando o caso da UFG, mencionam o Sistema UAB na universidade, mas retratam e estudam o REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) ao realizar um estudo exploratório e quantitativo da expansão da UFG por meio do financiamento do programa. Este estudo assemelha-se ao atual trabalho ao realizar um paralelo de um programa com os governos gestores e constatar a expansão de investimentos do governo federal às IES. Entretanto, o estudo apresenta os dados do aumento de recursos da UFG através de uma previsão de financiamento, não trabalha com dados efetivados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas análises realizadas para verificar em que medida, nos últimos 10 anos, os recursos destinados à UAB – UFSCar são proporcionais aos recursos recebidos para financiamento do Sistema UAB e do MEC e, trabalhando com a hipótese de que os valores recebidos para financiamento dos órgãos são equivalentes, foi possível observar que os valores percentuais encontrados se diferenciam nos investimentos da UAB-UFSCar e do Sistema UAB, principalmente, nos últimos quatro anos estudados.

O investimento contínuo e acima da despesa orçada ao MEC, ao longo dos nove anos iniciais analisados, configura a alocação de recursos do governo federal ao ensino superior. O mesmo resultado não foi obtido nas esferas inferiores, isto é, não houve confirmação de aumento de investimento à UAB-UFSCar e ao Sistema UAB nos anos estudados.

O Brasil passou por trocas de governos no decorrer do período analisado, consequentemente, trocas de Planos Plurianuais (2004 a 2007, 2008 a 2011 e 2012 a 2015), havendo, assim, alterações de metas de planejamento e políticas públicas. É possível dizer que o Sistema UAB ao longo deste período sofreu modificações em termos de financiamento em relação ao MEC. Não houve constância de destinação de recursos ao longo do período, uma vez que a participação da UAB em relação ao MEC atingiu seu pico em 2011 (2,51% dos recursos do MEC). A partir daí passa a ter uma tendência de queda, encerrando o ano de 2015 com a menor participação (1,02% dos recursos do MEC), a qual só não foi inferior ao ano de 2007, o segundo da existência e quando o sistema ainda estava em formação.

Pode-se dizer que o Sistema UAB sofreu queda em alocação de recursos a partir do ano de 2012, não acompanhando a alocação do MEC em investimentos para nível superior. Com tal constatação é possível inferir que houve uma alteração de perspectiva governamental a respeito deste sistema. Isso se sustenta pelo fato de que 2012 é o primeiro ano do Plano Plurianual do segundo governo federal a atuar com o Sistema UAB. Tal dado é relevante tanto para observação de atuais e novas políticas públicas adotadas, mais especificamente aquelas focadas no ensino superior, como para os instrumentos de gestão do Sistema UAB, já que os profissionais envolvidos passam a atuar em um novo ambiente de financiamento de operações.

A UAB-UFSCar, por consequência da política de gestão do Sistema UAB, também apresentou queda de financiamento, os testes estatísticos demonstraram de modo relevante a diferença de alocação de recursos na UAB-UFSCar, principalmente nos dois últimos anos

analisados. Percebe-se que o recebimento de recursos com os mesmos padrões de recursos percentuais, destinados a UAB-UFSCar, manteve-se até o ano de 2013. O Sistema UAB repassou à UAB-UFSCar percentualmente a queda de financiamento auferida pelo MEC desde 2012, somente nos anos a partir de 2013 .

Conforme mencionado no tópico 4.1, as bolsas e o custeio são modalidades de fomento utilizadas pelo governo federal para financiar o Sistema UAB. As bolsas são pagamentos realizados mensalmente para coordenadores, professores e tutores vinculados ao Sistema. O recurso de custeio é repassado à IES anualmente para custear despesas de manutenção dos cursos.

De acordo com a análise deste estudo, as bolsas no Sistema UAB podem ser destacadas como principal item de financiamento do sistema. É possível visualizar a manutenção de sua proporcionalidade no período analisado por meio das representações gráficas do trabalho. Na comparação MEC-UAB, percebe-se que nos últimos quatro anos de estudo houve um declínio intenso na proporcionalidade de recursos destinados ao item custeio, fato que não ocorre com o item bolsas, pois este permanece praticamente com a mesma proporção ao longo dos anos. O declive de financiamento do item bolsas no teste estatístico referente à UAB-UFSCar em relação à UAB nos diferentes governos retrata a diminuição de financiamento ao Sistema, ao afetar, também, o item de maior financiamento quantitativamente e proporcionalmente.

A negociação do repasse de recursos de custeio da UAB-UFSCar passou por períodos distintos (planilha eletrônica e SiSUAB) e foi reforçada a singularidade de cada um deles nos testes estatísticos.

O primeiro período foi o de negociação por meio de planilha eletrônica, no qual a flexibilidade nas negociações com os gestores da CAPES abrangia aspectos quantitativos e qualitativos, estes refletiam no valor aumentado de recursos financiados. No segundo período, é destacada a realização da planilha orçamentária de financiamento pelo SiSUAB, o qual o recurso liberado à IES é fechado pelo quantitativo de alunos fornecido pelo sistema, não havendo possibilidade da coordenação UAB expor detalhes específicos e qualitativos das particularidades dos cursos para ajustar o montante de financiamento.

Principalmente, na análise estatística, foi possível confirmar a diferença de volume de financiamento nas negociações entre estes dois modos de negociação, com reflexos nos recursos repassados às IES.

Este estudo possibilitou auferir uma visão geral sobre aspectos mais amplos relacionados às formas e práticas de financiamento do MEC ao Sistema UAB. O sistema

sofreu oscilações e declínio relevantes em função das trocas de governos e, de Planos Plurianuais, conforme confirmados nos testes de representações gráficas e estatísticas.

Os resultados do estudo confirmaram aspectos institucionais do Sistema UAB com a UFSCar, tais como o declínio de financiamento com a mudança de negociação e, conseqüentemente, os aspectos macros (mudança de governo e Plano Plurianual) que influenciaram o financiamento do Sistema UAB, sendo repassada à instituição após dois anos da ocorrida redução a matriz.

No intuito de contribuir para com o avanço de estudos nessa área em pesquisas futuras, sugere-se estudar os anos seguintes de atuação do Sistema UAB, com o objetivo de obter mais dados, além de verificar se a aparente tendência de queda nos anos mais recentes, identificada nesta pesquisa se intensifica ou sofre alteração. E, desta forma, verificar as perspectivas de atuação deste sistema e/ou das novas gestões governamentais em relação a ele. Sugere-se, ainda, a adoção de índices por alíneas de custeio e bolsas do Sistema UAB e custo-aluno do sistema, contribuindo com ferramentas de gestão à política de EaD nacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. A educação a distância no Brasil: diretrizes políticas, fundamentos e práticas. In: **Actas do VI Congresso Iberoamericano de Informática Educativa, Vigo: RIBIE, nov. 2002.** 6 p. Disponível em: <<http://lsm.dei.uc.pt/ribie/pt/textos/doc.asp?txtid=40#top>>. Acesso em: 29.dez.2016.

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf>>. Acesso em: 30.dez.2016.

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das Ifes: desafios e ações. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008.

AMARAL, Nelson Cardoso; PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento das IES brasileiras em 2005: recursos públicos, privados e custo dos alunos. **Revista Série-Estudos**, n. 30, 2013. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/122>>. Acesso em: 09. nov.2016.

BEHR, Ariel; COSTA, Camila Furlan Da. **Educação a Distância nas Instituições Públicas Federais e Ensino Superior Brasileiras: uma análise a partir da estruturação e dos desafios apresentados à gestão da EaD**, 2014.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 5ª Ed. Campos, SP: Autores associados, 2008.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira De; MOROSINI, Marília. Educação superior no Brasil-10 anos pós-LDB. **Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 04. ago.2016a.

_____. **Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm >. Acesso em: 16. nov.2016.

_____. **Decreto n. 5.800, de 08 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 04. jul.2016.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Brasília: 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006.** Brasília: 2006b. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa aos participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11273.htm>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. **Lei nº 11.502, de 06 de julho de 2007.** Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior- CAPES. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Ministério da Educação. Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório de Gestão do exercício de 2010.** Brasília: 2016b. 464p. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/relatorio_gestao_2010.pdf>. Acesso em: 29.dez.2016.

_____. Ministério da Educação. Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório de Gestão do exercício de 2015.** Brasília: 2016c. 235p. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Contas_Publicas/2015_Relatorio_de_Gestao.pdf>. Acesso em: 31.out.2016.

_____. Ministério da Educação. Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Sobre a UAB.** 2016d. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/uab>>. Acesso em: 01.jul.2016.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros, 2011.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf>. Acesso em: 04.08.2016.

_____. Ministério da Educação. **Institucional/História.** 2016e. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>>. Acesso em: 26.jul.2016.

_____. Portal Brasil. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**. 2017a. Disponível em: <<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>>. Acesso em: 26.abr.2017.

_____. **Senado Federal**. Brasília, 2017b. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/dotacao-orcamentaria-rubrica.>>. Acesso em: 01. maio. 2017.

BRYMAN, Alan; CRAMER, Duncan. **Quantitative data analysis with SPSS release 10 for Windows: a guide for social scientists**. Routledge, 2002.

COLLIS, Jill e HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**. 2ª. Ed. Ed. Bookman, São Paulo, 2005.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma**. Educ. Soc., 69 Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, out. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a03v2588.pdf>. Acesso em: 28.jun.2016.

CORBUCCI, Paulo Roberto; MARQUES, Paulo Roberto Fonseca. **Fontes de financiamento das instituições federais de ensino superior: um estudo sobre a Universidade de Brasília**. Brasília, DF: IPEA, 2003 (Texto para discussão n. 999). Disponível em: <www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs,>. Acesso em: 01.jul.2016.

COSTA, Giovani Glaucio Oliveira. Estimativa bootstrap para o enviezamento, erro padrão e intervalo de confiança do coeficiente de elasticidade da curva de Pareto. **Gepros: Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 6, n. 1, p. 67, 2011.

DUARTE, Cássia Soares; OLIVEIRA, Tatiana Souto Maior de. O financiamento das instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Goiás. **Revista Organização Sistêmica**, v. 2, n. 1, p. 102-118, 2012.

FABRINO, Ricardo José Grossi. **Financiamento do Ensino Superior**. 2010.
FERREIRA, Suely. Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, v. 18, n. 36, p. 455-472, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/6794/5773>>. Acesso em: 03.ago.2016.

FRANCA, Maíra Penna. Perspectiva do investimento público em educação: é possível alcançar 10% do PIB? **Centro de Estudos sobre Desigualdades e Desenvolvimento. Texto para Discussão nº 74**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD74.pdf>>. Acesso em: 02.jun.2016.

GANGA, Gilberto Miller Devós. **Trabalho de Conclusão de curso na Engenharia de Produção: um guia prático de conteúdo e forma**. São Paulo: Atlas, 2012

GOMES, Luiz Fernando. Distance education in Brazil: perspectives and challenges. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, n. 1, p. 13-22, 2013.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**, 2016. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 05.out.2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Ministério da Fazenda. **Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - janeiro a dezembro - 2006 a 2015**, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/demonstrativo-de-mde>>. Acesso em: 12.abr.2017.

MAGALHÃES, Elizete Aparecida De; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos, ABRANTES, Luiz Antônio; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; WAKIM, Vasconcelos Reis. Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública – RAP. FGV, Rio de Janeiro**, v. 44, n. 3, p. 637-666, maio/jun. 2010.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do Governo Lula. **Revista Educar**, Curitiba, n. 28, p. 179-198. Editora UFPR, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a12n28.pdf> >. Acesso em: 01.ago.2016.

MILL, Daniel; CARMO, Hermano. Análise das dificuldades de educadores e gestores da educação a distância virtual no Brasil e em Portugal. **SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância 2012**, 2012. Disponível em: <<http://www.grupohorizonte.ufscar.br/ojs/index.php/sied/article/view/158/3>>. Acesso em: 09.nov.2016.

MILL, Daniel et al. Gestão da Educação a Distância (EaD): noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EaD. **Vertentes (UFSJ)**, v. 35, n. 1, p. 9-23, 2010.

MORESI, Eduardo et al. Metodologia da pesquisa. **Brasília: Universidade Católica de Brasília**, v. 108, 2003.

MOTA, Marcos Chagas; SEGUNDO, José Diener Feitosa Marques. Educação a Distância no Ensino Superior. **SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância**, 2016.

NETO, Camilo Rodrigues. **Representação gráfica da informação**. 2014. Disponível em: < <http://www.each.usp.br/camiloneto/tadi/tadi.Representacao.Grafica.da.Informacao.pdf>>. Acesso em: 01.maio.2017.

OTRANTO, Célia Regina. A reforma da educação superior do governo Lula da Silva: da inspiração à implantação. **Reunião anual da ANPED**, v. 29, p. 1-19, 2006. Disponível em: < http://celia.na-web.net/pasta1/Texto_15.pdf >. Acesso em: 03.ago.2016.

OURIQUES, Rafael Nietsche Renzetti; Silva, Flora Moritz Da; Melo, Pedro Antônio De; Costa, Alexandre Marino. **Gestão de Polos e Políticas de Financiamento: Desafios e Oportunidades na área Financeira**, 2012.

PAULO, Luiz Fernando Arantes. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. *Revista do Serviço Público*, v. 61, n. 2, p. 171-187, 2014. Disponível em <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/44/42>. Acesso em: 19.mai.2017.

PENTERICH, Eduardo. **Competências organizacionais para a oferta da educação a distância no ensino superior**: um estudo descritivo-exploratório de IES brasileiras credenciadas pelo MEC. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-24022010-111257/en.php>>. Acesso em: 09. nov. 2016.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 108-135, 2002.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 14, n. 2, 2009.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Universidade, políticas públicas e novas tecnologias aplicadas à educação a distância. **Revista Advir**, v. 14, 2001.

RODRIGUES, Miguel Ângelo Vilela. **A Nova Gestão Pública na Governação Local: O caso dos municípios dos distritos de Vila Real e Bragança**. 2005. Tese de Doutorado.

SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. O ensino superior privado como setor econômico. **Ensaio—Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 10, n. 37, p. 411-440, 2002.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. **Pró-Posições, Campinas**, v. 20, n. 2, p. 205-222, 2009.

SILVA, Daniela Salgado Gonçalves da. **Iniciação científica e tecnológica na educação superior a distância**. 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2014.

SILVA, Josiane de Fátima Rosa Da. **Práticas de Gestão Administrativo-Financeira na Implementação de Políticas Públicas**: o financiamento de cursos de graduação e especialização na modalidade a distância do sistema universidade aberta do Brasil - UAB/UFSCar. Araraquara: UNESP-FCLAr, 2013. 14 p. Relatório de Estágio.

SILVA, Rodrigo Augusto Quintiliano Da. **Alinhamento entre cultura organizacional e valores relativos ao trabalho em uma instituição financeira**. 2015. 138p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 15, n. 1, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. UFSCar. **Apresentação**. São Carlos, 2017. Disponível em: <<http://www2.ufscar.br/a-ufscar/apresentacao>>. Acesso em: 26. março. 2017.

_____. **PORTARIA GR nº 1502/12, de 23 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a política de Educação a Distância (EaD) da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<http://www.sead.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/01/PORTARIA-GR-1502.pdf>>. Acesso em: 02. nov. 2016.

_____. **RESOLUÇÃO CoAd nº 013, de 18 de março de 2011**. Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Secretaria Geral de Educação à Distância da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<http://www.sead.ufscar.br/wp-content/uploads/2015/01/RESOLUCAO-CoAd-013-18.03.2011.pdf>>. Acesso em: 06. nov. 2016.

_____. **RESOLUÇÃO ConsUni nº 520, de 07 de julho de 2006**. Dispõe sobre a participação da UFSCar no Sistema UAB e a criação de cursos de graduação na modalidade à distância. Disponível em: <http://www.soc.ufscar.br/consuni/2006/consuni_deliberacoes_20060707.pdf>. Acesso em: 02. nov. 2016.

_____. **RESOLUÇÃO ConsUni nº 617, de 09 de outubro de 2008**. Dispõe sobre a política de educação a distância e sobre o regimento da Secretaria Geral de Educação a Distância – SEaD. Disponível em: <<http://www.sead.ufscar.br/wp->

content/uploads/2015/01/RESOLUCAO-CONSUNI-617.2008-SEAD.pdf>. Acesso em: 02. nov. 2016.

_____. Secretaria Geral de Educação a Distância. **Relatório de Gestão 2012-2016**. São Carlos, 2016a. Disponível em: < http://www.sead.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/10/RELATORIO_2012-2016_FINAL.pdf >. Acesso em: 03. nov. 2016.

_____. Secretaria Geral de Educação a Distância. **SEaD/UFSCar**. São Carlos, 2016b. Disponível em: < <http://www.sead.ufscar.br/> >. Acesso em: 11. nov. 2016.

_____. **Universidade Aberta do Brasil. UAB-UFSCar**. São Carlos, 2010. Disponível em: < <http://www.uab.ufscar.br/menu/parceiros> >. Acesso em: 24. Out. 2016.

VELLOSO, Jacques; MARQUES, Paulo Marcello F. Recursos próprios da UNB, o financiamento das IFES e a reforma da educação superior. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 655-680, 2005.

ANEXOS

Anexo 1. Parâmetros de Fomento CAPES ano 2013



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB



PARÂMETROS DE FOMENTO

DESPESAS DA GESTÃO EaD

Será concedido fomento às unidades institucionais dedicadas à oferta de cursos no âmbito do Sistema UAB, de acordo com as linhas de ação e as categorias que se seguem:

I – Acompanhamento de Polos e Cursos

São previstas até duas visitas de acompanhamento por polo, por ano. As despesas de que trata este item são destinadas ao representante institucional e ao motorista acompanhante, nos casos aplicáveis.

- a) **Diárias:** uma unidade por polo de apoio presencial, por semestre, em valor unitário, conforme disposto no Decreto 6.907, de 21 de julho de 2009. Conceder-se-á uma diária integral por dia de viagem pernoitado e meia diária para o dia de viagem não pernoitado, de acordo com o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal – SCDP. O fator multiplicativo para a concessão das diárias pernoitadas será 1 – para o caso em que a distância rodoviária média entre os polos de apoio presencial e a IES for inferior ou equivalente a duzentos (200) quilômetros; 2 – para o caso em que a distância rodoviária média entre os polos de apoio presencial e a IES for superior a duzentos (200) quilômetros e inferior a seiscentos (600) quilômetros; ou 3 – para o caso em que a distância rodoviária média entre os polos de apoio presencial e a IES for equivalente ou superior a seiscentos (600) quilômetros. Casos excepcionais deverão ser submetidos à CAPES/DED, que avaliará a justificativa e deliberará sobre a sua consideração.
- b) **Adicional de embarque e desembarque:** em valor unitário, conforme disposto no Decreto 6.907, de 21 de julho de 2009. Este benefício é válido para qualquer transporte principal utilizado – aéreo, rodoviário ou hidroviário.
- c) **Aluguel de veículo:** uma unidade por polo de apoio presencial, por semestre, por viagem rodoviária, em valor unitário de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).
- d) **Combustível:** uma unidade (litro) a cada dez quilômetros de trecho de viagem rodoviária, em valor unitário de R\$ 3,00 (três reais).
- e) **Passagens terrestres:** uma unidade por trecho rodoviário realizado em transporte coletivo, em valor unitário de R\$ 0,30 (trinta centavos), a cada quilômetro.
- f) **Passagens aéreas:** uma unidade por trecho aéreo realizado em transporte coletivo, em valor unitário de R\$ 500,00 (quinhentos reais).
- g) **Passagens hidroviárias:** uma unidade por trecho hidroviário realizado em transporte coletivo, em valor unitário equivalente à menor cotação de três propostas congêneres.
- h) **Seguro:** uma unidade por trecho de viagem realizado, em valor unitário de R\$ 20,00 (vinte reais).
- i) **Pedágio:** uma unidade por trecho de viagem tarifado por pedágio, em valor unitário máximo de R\$ 9,00 (nove reais).



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
 Diretoria de Educação a Distância – DED
 Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB



II – Apoio Acadêmico aos Cursos

a) Apoio acadêmico: três, quatro ou cinco profissionais por curso, quando o número de alunos matriculados for até 599, entre 600 e 999 ou superior a 999, respectivamente, em valor unitário, de até R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

b) Obrigações tributárias e contributivas: 104,09% (cento e quatro vírgula zero nove por cento), incidente sobre o montante da categoria de fomento “Apoio Acadêmico”.

III – Equipe Multidisciplinar

a) Equipe multidisciplinar: número de profissionais proporcional e parametrizado ao número de ofertas e reofertas dos cursos, distinguidos os níveis, remunerados em unidades-pagamento de valor unitário de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), de acordo com os critérios que se seguem:

(i) a oferta de um curso de graduação/especialização equivale a três reofertas de curso de graduação/especialização;

(ii) a oferta de um curso de extensão/aperfeiçoamento/sequencial equivale à metade da oferta de um curso de graduação/especialização;

(iii) a equipe multidisciplinar mínima constituir-se-á de quatro profissionais, independentemente do número de ofertas/reofertas, em qualquer nível.

O cálculo do número de constituintes da equipe multidisciplinar será realizado, conforme as seguintes fórmulas:

(i) Se $1 \leq [(G + 1/3G') + (1/2P + 1/6P')] \leq 3 \rightarrow X = 4$.

(ii) Se $[(G + 1/3G') + (1/2P + 1/6P')] > 3 \rightarrow X = 4 + \{[(G + 1/3G') + (1/2P + 1/6P')] - 3\}$.

Em que:

G: número de primeiras ofertas de curso de graduação/especialização.

G': número de reofertas de curso de graduação/especialização.

P: número de primeiras ofertas de curso de extensão/aperfeiçoamento.

P': número de reofertas de curso de extensão/aperfeiçoamento.

X: número de profissionais da equipe multidisciplinar (equivalente a doze unidades-pagamento).

OBSERVAÇÃO 1: Se a parte fracionária de “X” for inferior a 0,25 (vinte e cinco avos), o arredondamento será “a menor”, considerando-se, portanto, a parte inteira de “X”. Se a parte fracionária de “X” for igual ou superior a 0,25 (vinte e cinco avos), o arredondamento será “a maior”, considerando-se, sucessivamente, o próximo número inteiro: parte inteira de “X” + 1.

b) Revisor linguístico: seis unidades-pagamento, por semestre, por curso, em valor unitário de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

c) Revisor de conteúdo: seis unidades-pagamento, por semestre, por curso, em valor unitário de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), restritas à primeira oferta de curso.



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB



d) Obrigações tributárias e contributivas: 104,09% (cento e quatro vírgula zero nove por cento), incidente sobre o montante das categorias de fomento “Equipe multidisciplinar”, “Revisor linguístico” e “Revisor de conteúdo”.

IV – Coordenações

- a) Coordenador(a) UAB: doze cotas de bolsas por ano.
- b) Coordenador(a) Adjunto(a) UAB: doze cotas de bolsas por ano.
- c) Coordenador(a) de Curso: doze cotas de bolsas por ano.
- d) Coordenador(a) de Tutoria: doze cotas de bolsas por ano.

OBSERVAÇÃO 2: O pagamento de bolsas para o(a) Coordenador(a) UAB e para o(a) Coordenador(a) Adjunto(a) UAB terá início simultâneo à aprovação da primeira articulação para oferta de curso no âmbito do Sistema UAB. O pagamento de bolsas para o(a) Coordenador(a) de Cursos de Graduação/Especialização terá início 4 (quatro) meses antes do início do curso e se estenderá até 4 (quatro) meses após o seu término. O pagamento de bolsas às demais categorias terá início simultâneo à data de início do curso vinculado.

OBSERVAÇÃO 3: Os valores unitários de que tratam os itens I a IV são sujeitos à atualização, por dispositivo legal, por própria iniciativa da DED, por análise de demanda ou, ainda, por motivo de força maior.

DESPESAS PARA OFERTA DO CURSO

Para a oferta de cursos no âmbito do Sistema UAB, será concedido fomento de acordo com as linhas de ação e categorias a seguir enumeradas:

I- Encontros Pedagógicos

São previstos até quatro encontros pedagógicos por semestre, por disciplina, por polo, a depender do nível do curso (graduação/pós-graduação).

- a) Diárias:
 - (i) Graduação: até quatro unidades por polo de apoio presencial, por disciplina, em valor unitário, conforme disposto no Decreto 6.907, de 21 de julho de 2009.
 - (ii) Extensão, Aperfeiçoamento e Especialização: até duas unidades por polo de apoio presencial, por disciplina, em valor unitário, conforme disposto no Decreto 6.907, de 21 de julho de 2009.

OBSERVAÇÃO 4: Conceder-se-á uma diária integral por dia de viagem pernoitado e meia diária para o dia de viagem não pernoitado, conforme Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal – SCDP. O fator multiplicativo para a concessão das diárias pernoitadas será 1 – para o caso em que a distância rodoviária média entre os polos de apoio presencial e a IES for inferior ou equivalente a duzentos (200) quilômetros; 2 – para o caso em que a distância rodoviária média entre os polos de apoio presencial e a IES for superior a duzentos (200) quilômetros e inferior a seiscentos (600) quilômetros; ou 3 – para o caso



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
 Diretoria de Educação a Distância – DED
 Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB



em que a distância rodoviária média entre os polos de apoio presencial e a IES for equivalente ou superior a seiscentos (600) quilômetros. Casos excepcionais deverão ser submetidos à CAPES/DED, que avaliará a justificativa e deliberará sobre a sua consideração.

b) Adicional de embarque e desembarque: em valor unitário, conforme disposto no Decreto 6.907, de 21 de julho de 2009. Este benefício é válido para qualquer transporte principal utilizado – aéreo, rodoviário ou hidroviário.

c) Aluguel de veículos: até quatro unidades por polo de apoio presencial, por disciplina, por semestre (cursos de graduação), ou duas unidades por polo de apoio presencial, por disciplina, por semestre (cursos de pós-graduação), em valor unitário de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

d) Combustível: uma unidade (litro) a cada dez quilômetros de trecho de viagem rodoviária, em valor unitário de R\$ 3,00 (três reais).

e) Passagens terrestres: uma unidade por trecho rodoviário realizado em transporte coletivo, em valor unitário de R\$ 0,30 (trinta centavos), a cada quilômetro.

f) Passagens aéreas: uma unidade por trecho aéreo realizado em transporte coletivo, em valor unitário de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

g) Passagens hidroviárias: uma unidade por trecho hidroviário realizado em transporte coletivo, em valor unitário equivalente à menor cotação de três propostas congêneres.

h) Seguro: uma unidade por trecho de viagem realizado, em valor unitário de R\$ 20,00 (vinte reais).

i) Pedágio: uma unidade por trecho de viagem tarifado por pedágio, em valor unitário máximo de R\$ 9,00 (nove reais).

j) Postagem: uma unidade por polo de apoio presencial, por disciplina, em valor unitário de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), para o caso em que a distância rodoviária média entre os polos de apoio presencial e a IES for inferior ou equivalente a quatrocentos (400) quilômetros; ou R\$ 50,00 (cinquenta reais), para o caso em que a distância rodoviária média entre os polos de apoio presencial e a IES for superior a quatrocentos (400) quilômetros.

k) Material de expediente: uma unidade por polo de apoio presencial, em valor unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais) por semestre.

l) Reprografia: cinquenta unidades por aluno matriculado e ativo no curso, em valor unitário de R\$ 0,15 (quinze centavos), por ano.

OBSERVAÇÃO 5: As despesas de que trata o item I (Encontros Pedagógicos), subitens “a” a “i”, são destinadas ao representante institucional e ao motorista acompanhante, nos casos aplicáveis.



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
 Diretoria de Educação a Distância – DED
 Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB



II – Produção e Reprodução de Material Didático

- a) Material de expediente: uma unidade por disciplina, em valor unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais).
- b) Impressão do material didático: uma unidade por integrante do curso (alunos matriculados, professores, tutores e coordenadores de polo, em valor unitário referencial de R\$ 30,00 (trinta reais).
- c) Reprodução de mídias: uma unidade por integrante do curso (alunos matriculados, professores, tutores e coordenadores de polo), em valor unitário de R\$ 3,00 (três reais).
- d) Produção de videoaula: uma unidade por disciplina, em valor unitário de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

III – Produção/Revisão de Material Didático

- a) Conteudista: uma unidade-pagamento a cada quinze horas-aulas de carga horária, em valor unitário de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).
- b) Obrigações tributárias e contributivas: 104,09% (cento e quatro vírgula zero nove por cento), incidente sobre o montante das categorias de fomento “Conteudista” (subitem “a”).
- c) Revisão de material didático: uma cota de bolsa por disciplina, por reoferta de cursos de graduação (licenciatura, tecnólogo e bacharelado) e de especialização.

IV – Oferta do Curso

- a) Professor Pesquisador: uma cota de bolsa a cada quinze horas-aulas de carga horária.
- b) Tutor:
 - (i) Especialização e Graduação (bacharelado, licenciatura, tecnólogo e formação/complementação pedagógica):
 - (i.a) uma cota de bolsa a cada trinta horas-aulas de carga horária, por grupo de quinze alunos; ou
 - (i.b) um tutor (doze cotas de bolsas) por grupo de vinte e cinco alunos; e um tutor (doze cotas de bolsa) por polo, por grupo de vinte e cinco alunos.
 - (ii) Extensão, Aperfeiçoamento e Sequencial:
 - (ii.a) uma cota de bolsa a cada trinta horas-aulas de carga horária, por grupo de vinte e cinco alunos; ou
 - (ii.b) um tutor (doze cotas de bolsas) por grupo de vinte e cinco alunos; e um tutor (doze cotas de bolsa) por polo, por grupo de vinte e cinco alunos.



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB



V – Estágio Supervisionado

a) Coordenador de Estágio Supervisionado:

(i) Licenciatura: dezoito cotas de bolsa, concedidas por oferta do curso, sem concomitância.

(ii) Bacharelado: doze cotas de bolsas, concedidas por oferta do curso, sem concomitância.

b) Professor Supervisor de Estágio Supervisionado: uma cota de bolsa por grupo de quinze alunos, por seis meses.

c) Professor Conteudista de Estágio Supervisionado: duas cotas de bolsas, por oferta, para desenvolvimento de materiais da(s) disciplina(s) de Estágio.

d) Tutor (Estágio Supervisionado): uma cota de bolsa a cada trinta horas-aulas de carga-horária, por grupo de quinze alunos.

OBSERVAÇÃO 6: Para efeito de cálculo do parâmetro de que tratam os subitens “c” e “d” do item V (Estágio Supervisionado), será computada a carga horária total de estágio supervisionado, indicada no Projeto Pedagógico como disciplina de estágio ou prática supervisionada, de natureza predominantemente prática.

VI – Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

a) Coordenador de TCC: seis cotas de bolsas, por curso de licenciatura, bacharelado e especialização, concedidas no último ano do curso, sem concomitância.

b) Professor Orientador de TCC: duas cotas de bolsas por grupo de cinco alunos (parametrizado com a base de cálculo 0,4 (quatro décimos) de bolsa por aluno).

c) Tutor de TCC: seis cotas de bolsas por grupo de vinte e cinco alunos.

OBSERVAÇÃO 7: Os valores unitários de que tratam os itens I a VI são sujeitos à atualização, por dispositivo legal, por própria iniciativa da DED, por análise de demanda ou, ainda, por motivo de força maior.

OBSERVAÇÃO 8: O fomento dar-se-á nas seguintes naturezas de despesa: diárias; passagens, material de consumo; serviços de terceiros – pessoa física; serviços de terceiros – pessoa jurídica; obrigações tributárias e contributivas.

OBSERVAÇÃO 9: Os valores unitários dos itens de custeio são referência e estão sujeitos à negociação com a DED, conforme regras e instrução processual a ser determinada.

Anexo 2. Parâmetros de Fomento CAPES ano 2015

COMUNICADO 11/02/2015

Senhores (as) Coordenadores (as) UAB,

- 1) Conforme exposto na Reunião Extraordinária de Fórum de Coordenadores UAB realizada em novembro passado na cidade de São Luís, a Diretoria de Educação a Distância tem como meta para 2015 a substituição gradual da metodologia de financiamento dos cursos da UAB.
- 2) Até 2014, os valores de custeio bem como as cotas de bolsas eram determinados por critérios que davam origem a planilhas de financiamento por curso e período, processo complexo e demorado que atrasava a descentralização/repasse de recursos e não acompanhava a evolução do alunado, tal como foi constatado em levantamentos de dados disponíveis no SisUAB. De agora em diante, o cálculo do custeio e das cotas de bolsas será realizado com base na evolução do quantitativo de alunos ativos, com o objetivo de estabelecer um indicador de custo-aluno/ano, em nível nacional, por IES, por tipo de curso (graduação e pós-graduação) e por curso.
- 3) Para implantar esse novo procedimento, a DED realizou estudos sobre o financiamento dos cursos fomentados pela UAB a partir de 2007, levando em consideração o fluxo dos alunos (vagas ofertadas, taxa de preenchimento dessas vagas, alunos ativos, inativos e não concluintes, bem como a taxa de formação) e a evolução dos vários critérios e parâmetros já utilizados, principalmente os valores consignados nas anteriormente mencionadas planilhas e a execução orçamentária e financeira das IES integrantes do Sistema UAB.
- 4) Esses estudos permitiram analisar novos indicadores para cálculo do custeio e das cotas de bolsa, tais como:
 - custeio-aluno/ano, em nível nacional e por IES;
 - proporcionalidade entre valor de custeio e de bolsas pagas, em nível nacional e por IES;
 - valor médio das bolsas pagas;
 - relação entre alunos e total de bolsas pagas, em nível nacional e por IES; e
 - relação entre os diversos tipos de bolsas pagas e entre cada tipo de bolsas e os alunos ativos, em nível nacional e por IES.
- 5) A implantação dessa nova metodologia de financiamento iniciar-se-á pela liberação dos recursos de custeio, dentro dos limites impostos pelas cotas mensais de 1/18^º dos valores consignados na Proposta de Lei Orçamentária Anual – PLOA e, após a aprovação da PLOA no Congresso Nacional, pelo orçamento estabelecido para a DED/CAPES.

- 6) Os valores de custeio para cada IES serão calculados *inicialmente* a partir de um valor nacional médio de R\$ 861,60 (oitocentos e sessenta e um reais, sessenta centavos), decorrentes dos estudos da DED/CAPES sobre custeio-aluno/ano. Multiplicando esse valor pelo quantitativo de alunos ativos em 31/12/2014, chegar-se-á a uma estimativa de custeio a ser descentralizado/repassado para cada IES em 2015.
- 7) Uma primeira parcela deste custeio será liberada a partir das cotas de 1/18º correspondentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2015 para IES consideradas prioritárias, no valor de 20% do custeio anual estimado pelo procedimento descrito no parágrafo anterior.
- 8) Serão priorizadas as IES que não dispõem de recursos de custeio para manter os cursos em andamento, situação que foi verificada nos dados do SIAFI e no SICONV e a partir de informações complementares prestadas pelas próprias IES.
- 9) A partir de março, parcelas poderão ser liberadas para todas as IES, em função da evolução dos alunos em cada IES, das disponibilidades orçamentárias da DED/CAPES e dos recursos das IES decorrentes de repasses anteriores. Manter-se-á para o cálculo das parcelas de custeio a metodologia estabelecida no parágrafo 6, com atualização periódica do quantitativo de alunos ativos. O cálculo dessas parcelas será realizado em função das informações solicitadas em Comunicado publicado no ATUAB em 10/02/2015 e dos resultados do Edital 75/2014. Adicionalmente alertamos que possíveis cortes ou contingenciamentos orçamentários poderão afetar repasses futuros.
- 10) O provisionamento de recursos de financiamento dependerá de atualização permanente dos dados inseridos no SisUAB por parte de todas as IES. Por outro lado, o SisUAB será modificado para melhorar a qualidade das informações registradas sobre os alunos de cursos fomentados pelo Sistema UAB.
- 11) A DED/CAPES acompanhará, junto com a Presidência e o Conselho do Fórum Nacional de Coordenadores UAB, a execução orçamentária e financeira durante 2015 para estabelecer um valor de custeio-aluno/ano *por IES* com o objetivo de implantá-lo em 2016. Estudos complementares poderão estabelecer maior detalhamento do custeio-aluno/ano, por curso e tipo de curso. Poderão também ser levados em consideração indicadores adicionais, tais como taxa de preenchimento de vagas, taxa de retenção e taxa de formação.
- 12) Em relação às cotas de bolsas, continuarão sendo informadas nas planilhas atualmente vigentes, que serão acompanhadas e atualizadas, para implantar, a partir do 2º semestre de 2015, uma nova metodologia também baseada no fluxo de alunos, nos indicadores mencionados no parágrafo 4 e outros que possam ser estabelecidos a partir de debates com as instâncias representativas das IES.

- 13) Os procedimentos para liberação de financiamento não mudaram. As IES federais deverão inserir propostas no SIMEC, as estaduais no SICONV e ambas devem seguir os normativos existentes. A viabilidade da utilização de Termos de Execução Descentralizada e Termos de Convênios já firmados, porém não financiados, deverá ser discutida com os respectivos gerentes financeiros na CGFO/DED/CAPES.
- 14) A DED/CAPES está á disposição para esclarecimentos adicionais, principalmente no fórum de discussão que está sendo aberto no ATUAB

Atenciosamente,


Diretoria de Educação a Distância
CAPES
Jean Marc Mätzig
Diretor de Educação a Distância
DED/CAPES
Port. Nº 478, D.O.U de 23/06/2014